



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Verônica Xavier Luna

**ENTRE O PORTEAU E O VOLANTE:
Africanos Redesenhando a Vila São José de Macapá –
1840-1856**

MESTRANDA: Verônica Xavier Luna
ORIENTADOR: Solimar Oliveira Lima

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História do Brasil
LINHA DE PESQUISA: Cultura e Memória

Teresina-PI
Maio de 2009



Verônica Xavier Luna

**ENTRE O PORTEAU E O VOLANTE:
Africanos Redesenhando a Vila São José de Macapá –
1840-1856**

Dissertação apresentada por Verônica Xavier Luna ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil. Elaborada sob a orientação do Professor Dr. Solimar Oliveira Lima.

MESTRADO EM HISTÓRIA - UFPI

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: História do Brasil

LINHA DE PESQUISA: Cultura e Memória

Teresina-PI
Maio de 2009

A meus pais,
Belísio (In memoriam) e Cinira
Xavier Luna

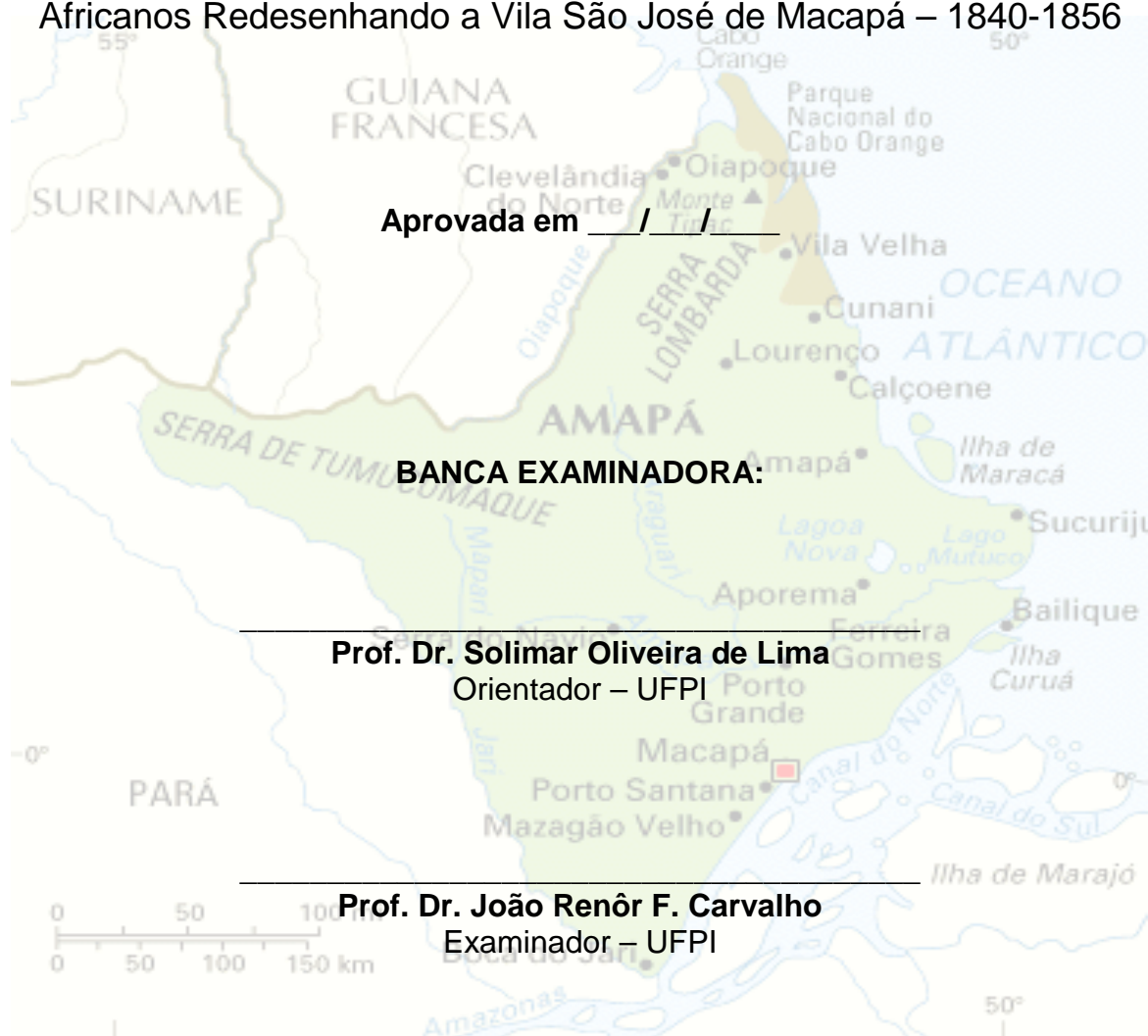
e

Francinete do Socorro Santos
Cardoso (In memoriam)
(amiga particular)

VERÔNICA XAVIER LUNA

ENTRE O PORTEAU E O VOLANTE:

Africanos Redesenhando a Vila São José de Macapá – 1840-1856



AGRADECIMENTOS

Ao átomo menor que se fez cosmo, que se fez homens e mulheres inteligentes, de olhares diferentes ora grandes, ora pequenos, à espera que deles se construa o sentido da vida.

Ao meu companheiro, segundo ele até meia noite de hoje, que agora está sentido no corpo o que outrora eu senti, quando ele dedicava noites inteiras a sua tese de doutorado. Estou feliz por ele ser bem mais humorado do que eu, em vez de sofrer, faz “chisteres” da situação. Meu muito obrigada.

Aos meus dois filhos amados, José Martí (Rossê – 9 anos) e Juan Pablo Luna Palhano (4 anos), pela minha ausência nas horas de dedicação à dissertação e pela paciência à espera por alguns momentos que eu pudesse cobri-los de carinho. Deixo aqui declarado meu grande amor por eles.

Ao meu orientador, Solimar Oliveira Lima, pela confiança total depositada em mim, desde o projeto à elaboração da dissertação. Esse crédito me deu segurança e responsabilidade para a conclusão desta narrativa histórica.

A minha irmã Maria do Céu Xavier de Lima por sua ajuda, na tarefa de acompanhar meus filhos, sem a qual eu não teria tempo para realizar as várias etapas deste estudo até sua conclusão. Fica aqui registrado meu eterno carinho.

A Carlos Magno Ferreira, bolsista que muito me ajudou na tarefa de transcrever a documentação pesquisada no Arquivo Público de Belém do Pará – APEP.

Ao professor João Rênor Ferreira Carvalho, historiador e pesquisador dos assuntos amazônicos, por toda sua gentileza em emprestar seus livros, na verdade os principais clássicos sobre a história da Amazônia.

Ao músico Marco Aurélio Fonseca que me presenteou com a coleção de filmes-vídeo das criações artístico-circenses do “Cirque du Soleil” Canadense, por saber de minha admiração por este espetáculo constituído pela arte de usar o corpo.

Registro minha gratidão aos alunos da 4ª turma do Mestrado em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí, especialmente a Ângela Maria S. de Oliveira e toda sua família, pois fui acolhida com muito carinho, sempre que foi necessário retornar ao Piauí, bem como a Cristina Araújo, que esteve atenta a todo tempo em fazer minha matrícula na Secretaria do Mestrado e me informar dos relatórios que eu deveria encaminhar e essa Secretaria.

A todos os meus professores da UFPI, pois eles contribuíram para que eu superasse conhecimentos congelados, pelos seus próprios métodos, e a partir das minhas idéias instaurasse uma visão renovada sobre meu objeto de estudo. Agradeço também ao professor Dr. Antonio Montenegro do Curso de Doutorado em História do Norte e Nordeste do Brasil da UFPE, pelos conhecimentos adquiridos, quando cursava a disciplina Teoria da História em domínio conexo.

A duas funcionárias especiais, pela alegria em me atender e pelo encanto de seus profissionalismos, Eliete de Brito e Floriano – Secretária do Mestrado em História da UFPI e Zenilda Felinto da Silva, atendente da Biblioteca da UFPB, que me recebeu todos dias com o mesmo sorriso, nesse espaço sagrado de estudo por todo o ano de 2008, quando eu escrevia minha dissertação.

Ao professor Guilherme Jarbas Vasconcelos e Coordenador do Curso de História da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, pelas vezes que teve que se posicionar em meu favor nas reuniões de Colegiado do Curso.

Não posso esquecer-me do apoio moral da Doutora Rosilda Alves da Silva Isla Chamilco, professora da UNIFAP – e de três teresinenses (seus parentes) que me acolheram em suas casas, Simone Maria da Silva Sousa e Maria Valdecy Alves do Nascimento que muito me ajudaram, assegurando-me estadia e conforto no período da seleção para o mestrado em História na UFPI e, após o resultado de classificada para o referido curso, Seu Francisco Nascimento foi extremamente atencioso sendo meu avalista e alugando um apartamento para mim no Condomínio Santa Mônica, no bairro Ininga, um residencial que fica muito próximo a UFPI.

RESUMO

Este trabalho analisa as relações de interseção pelas quais os trabalhadores africanos foram se constituindo na região do Macapá, mais especificamente, como esses sujeitos sociais foram redesenhando através de suas experiências o espaço social urbano da vila São José de Macapá no recorte temporal de 1840 a 1856. Portanto, o estudo orienta-se em compreender os múltiplos desejos incontidos na formação social da vila de Macapá; a entrada de africanos para compor seu corpo social e as interseções ocorridas entre os diversos campos de poderes que constituíram a referida vila. A pesquisa foi realizada a partir de um plano teórico-metodológico que estabelece o conceito de interseção como relações sociais ou ações de poder fundadas entre o conjunto de forças existentes em um determinado espaço social. Experiências, por meio das quais, as partes que formam o todo constituem os elementos que simultaneamente, criam novas operações e recorrentes sociabilidades, a partir dos hábitos e da “arte de fazer” de cada campo de poder. O projeto teórico contempla como objeto de estudo os trabalhadores africanos e sua interseção com outros seguimentos sociais na vila São José de Macapá, e revela as ocasiões que oportunizaram os africanos a se constituírem socialmente na vila, à medida que iam redesenhando esse espaço urbano a partir de suas vivências/experiências. Procurei empregar o termo trabalhador africano e não escravo, como forma de assegurar a identidade étnica do africano.

Palavras chaves: trabalhadores africanos, interseção, espaço urbano.

ABSTRACT

The present work analyses the relationship of intersection through which African workers developed in the Macapá region, specifically, how these social characters reshaped, through their experiences, the urban social space of the village São José de Macapá from 1840 through 1856. Therefore, this study tries to understand the multiple wishes that are part of the social formation of village of Macapá; The entrance of Africans to consist its social body and the intersections occurred between the various fields of power that constituted the village. The research was done from a theoretical and methodological plan that establishes the concept of intersection as social relationships or deeds of power founded on the collection of forces that exist in a certain social space. Experiences, through which, the parts that form the whole constitute the elements that simultaneously will create new operations and recurrent sociability from the habits and from the “art of doing” of each field of power. The theoretical project considers African workers and their intersection with other social segments at the village São José de Macapá as its object of study and reveals the occasions that bring opportunities to the Africans in terms of social constitution in the village as they reshaped such urban space from their experiences. I’ll try to use the term African instead of slave, as a way to ensure the ethnical identity of the Africans.

Key words: African workers, intersection, urban space.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Parte da terra firme em frente a Guiana e o Caribe. Fonte: SG. Guyane Française. Centre des Archives d’Outre-Mér, CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.....	25
MAPA 2	Região do Macapá, com destaque em vermelho para o território contestado pela França, localizada entre os rios Araguari e Oiapoque. Fonte: Biblioteca Militar, (CARVALHO, 1945, p. 127).	27
MAPA 3	Localização das Vilas de administração portuguesa. Fonte: Atlas Melhoramentos, mapa retrabalhado pela autora, (2002).....	38
MAPA 4	Vila São José de Macapá. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 10.05.2218, S/D. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.03.2008.....	40
MAPA 5	Lago entre as terras altas, onde se planejou e foi erigida a fortaleza “São José de Macapá” e a vila “São José”, também planejada para ser construída em um lugar mais elevado. O lago era uma baixada entre ambos os projetos. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX – Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 11.03.2327.....	42
MAPA 6	Planta da Igreja São José de Macapá, porém modificada no decorrer do continuum histórico. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 11.01.2251, S/D. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.06.2008.....	45
MAPA 7	Planta da Fortaleza de São de Macapá. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 11.03.2327, S/D.– Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.06.2008.....	46
MAPA 8	Mapa das vilas que foram anexadas à Sant’Anna e as chamadas a abastecer a Vila São José do Macapá. Fonte: D’AZEVEDO (1999). Mapa em anexo e retrabalhado pela autora	67
MAPA 9	Iconografia que registra a presença dos locais de olarias e casas de forno. A demarcação da olaria velha deixa entrever que ela fora construída, especificamente na rua Feliciano Coelho. Localizada onde atualmente é o Bairro do Trem. Tal denominação dada ao bairro provavelmente está associada aos	

	trilhos que levavam as mercadorias do porto para o armazém. Nesta rua, considerando a leitura do mapa, residia o sargento-mor e outros corpos da guarda e o cirugião-mor e existia um palácio, um armazém e uma igreja em ruínas. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 10.05.2220. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.03.2008.....	71
MAPA 10	Perímetro de circulação de escravos em direção ao Macapá. Linha imaginária criada pela autora para melhor compreensão desta região como um espaço central escolhido pelos trabalhadores africanos de diversas regiões para organizar seus mocambos. Fonte: Atlas Geográfico do Brasil. Ed.: Melhoramentos 2002.....	79
MAPA 11	Região em litígio até 1900. Fonte: Carta náutica da Companhia Francesa de Navegação. SG. Guyane Française. Centre des Archives d’Outre-Mér,CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.....	80
MAPA 12	Rio Araguari – curso de água que separavam a região de posse legal das terras litigadas no Macapá.Fonte: Biblioteca Militar (CARVALHO, 1940, p.135).....	97
MAPA 13	MAPA 13: Colônias Francesas no Macapá. Fonte: Atlas Melhoramento – 2002. Mapa retrabalhado pela autora.....	99
MAPA 14a	Colônias francesas no mapa de Alexandrino. Fonte: Mapa elaborado por Alexandrino (1749). Nele destacam-se colônias francesas, ou antigas habitações francesas. Documento existente na Biblioteca do Museu Goeld, doação feita sob o no. 443.....	138
MAPA 14b	Colônias francesas nas terras contestadas. Fonte: Carta de Cavalcante (1896) referente ao domínio sul da planície costeira. Nela podem-se perceber as várias colônias francesas. Documento exposto no Museu de Mineralogia de CG/FFPA. Cedido pelo Prof. Dr. Marcondes Lima Costa.....	139

LISTA DE FOTOGRAFIAS

IMAGEM 1	Fotografia atual de uma casa construída no final do século XVIII, provavelmente entre 1770-1775 em Mazagão Velho, terceira vila a ser criada na Região de Macapá depois da vila São José de Macapá, em Tijolo de adobe, técnica construtiva bastante usada na segunda metade do século XVIII. Fonte: Arquivo particular da autora (2006).....	44
IMAGEM 2	Fotografia da Igreja edificada (Fotografia do ano de 1910). Pode-se perceber que sofreu modificação no seu projeto arquitetônico anterior; foi construída com uma única torre e sem os pilares de sustentação. Ao lado, a câmara administrativa da vila São José de Macapá. Fonte: Arquivo público do Museu Terras de Fronteiras - PA.....	45
IMAGEM 3	Fotografia atual da Fortaleza de São José de Macapá. Em primeiro plano, as pedras em estado bruto, ainda existente na região do Amapá, que foram utilizadas para a construção das muralhas do forte, vistas aqui no segundo plano. Fonte: Arquivo da jornalista Dulcivânia Gomes Freitas.....	47
IMAGEM 4	Fotografia atual dos pilares de sustentação da Fortaleza de São José de Macapá. Observa-se que eram usadas as pedras lapidadas para seu contorno e ornamento. Edificação original, sem nenhuma ou recuperação posterior. Fonte: Arquivo da Jornalista Dulcivânia Gomes Freitas- (03.2009).....	69
IMAGEM 5	Fotografia atual, porém das ruínas de uma igreja do século XVIII, onde pode ser vista as pedras brutas, que outrora foram retiradas das pedreiras do rio Anauerapucú e do rio Pedreiras e que foram usadas para construir casas e igrejas na segunda metade do século XVIII. Fonte: arquivo particular da própria autora (10.2006).....	70

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REGIÃO DO MACAPÁ: DESEJOS INCONTIDOS	25
2.1	A Vila São José de Macapá: seu Existir	36
2.2	Corpos Africanos São Evocados a ser “Negros Escravos”.....	48
2.3	As Multiplicidades de Papéis Sociais.....	60
3	MINHA VIDA, MEUS CORPOS, MEUS CAMINHOS TORTOS.....	77
3.1	Outros Corpos Escravos em Macapá	77
3.2	Vilas no Macapá: Mais Corpos Escravos	89
4	ENTRE O PORTEAU E O VOLANTE: AFRICANOS REDESENHANDO A VILA SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	111
4.1	As Sociabilidades Africanas na Festa do Rosário	111
4.2	As Ocasões para Ocupar a Vila de Macapá	124
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
	FONTES E REFERÊNCIAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

Início esta pesquisa sobre a história de Macapá, a partir do sujeito – trabalhadores africanos – na segunda metade do século dezanove, quando esse lugar era ainda uma vila denominada São José de Macapá. Atualmente, esse espaço geográfico possui o destaque de capital do Estado do Amapá, e se localiza na parte setentrional do Brasil, área geofísica que faz fronteira com a Guiana Francesa. A vila São José de Macapá foi o primeiro plano político de urbanização dos produtores lusos nessa região, denominada por eles de “Cabo do Norte”, e, nela, eles concentraram homens e mulheres de diversas etnias, credos e costumes, amálgama que deu origem à vila e posteriormente à cidade de Macapá (1856). Dentre essa multiplicidade social, elenquei os trabalhadores africanos como meio para conhecer todo corpo social dessa localidade. Por conseguinte, torna-se importante indicar meu interesse pela temática e alguns pontos de referências que me permitem delimitar a sua análise e tornar mais compreensíveis os caminhos percorridos para cumprir essa missão.

O interesse pelo tema faz parte de meu desejo de compreender como os indivíduos sociais africanos se articularam como sujeitos desse espaço social. Essa necessidade emergiu dos contatos que me foram possibilitados por amigos, professores e alunos com a cultura dos afro-descendentes, quando ocorreu a minha chegada à cidade de Macapá para ministrar aula no curso de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Familiaridade que me permitiu conhecer o Curiaú, comunidade de afro-descendentes situada em Macapá. Nessa localidade, tive oportunidade de assistir ao cerimonial do Marabaixo. Esse ritual é uma manifestação de origem africana, que tem um movimento rítmico, caracterizado pelo batuque, música e dança; a letra da música é improvisada no decorrer do batuque e da dança pelos próprios participantes do culto. A essa vivência, os africanos introduziram os santos católicos, como o Divino Espírito Santo, São Sebastião e o menino Jesus, como forma de manter e externar o seu ritual.

Aprecei que essa homenagem ao Divino Espírito Santo, com dança e reza, era também vivenciada pelos moradores da cidade de Macapá, especificamente, entre os que moram nos bairros do Laguinho e Santa Rita. Atentei

para um fato que me chamou a atenção, foi perceber que esses bairros encontravam-se ocupados por afro-descendentes. A partir da literatura histórica local e de depoimentos de pessoas dos supracitados bairros,¹ e correlacionados com fotografias da época, tomei conhecimento de que esses espaços foram demarcados e destinados a receber os afro-descendentes, transferidos a contragosto, do perímetro urbano da cidade de Macapá para esses recortes administrativos nos primeiros anos da década de quarenta, durante a gestão do governador Janary Gentil Nunes (1943 a 1956). Outro feito me chamou a atenção na cidade foi um monumento e duas instituições em homenagem a dois afro-brasileiros: o “Museu Sacaca” e “Hospital Mãe Lúzia”, lembrados pelos serviços prestados a população. Pleito que me deixou mais seduzida ainda a conhecer as vivências anteriores dessa etnia.

Os contatos e informações adquiridos desafiaram-me e levaram-me a conhecer outras manifestações de origem africana que até então se praticava no Estado do Amapá. Resolvi conhecer a festa de São Tiago em Mazagão. Essa cidade foi transladada da África (Marrocos) para Macapá (espaço geográfico que compreende o atual Estado do Amapá) na década de 70, dos anos setecentos. Aqui a homenagem é a um santo protetor dos militares, mas antes de tudo, é uma simbologia às facetas de conquista dos mouros pelos cristãos. Reis, soldados, cavalos e a cor vermelha e branca fazem o espetáculo a céu aberto.

Visitei o povoado de Cunani, comunidade resultante do caminhar dos africanos. Atualmente, situada no município de Calçoene, com localização ao norte do Estado do Amapá. Em 1885, nesse povoado, o afro-descendente e fugitivo Trajano, de posse de um título de capitão, dado por autoridades da parte francesa, liderou um movimento apoiado pelos franceses, de independência de Cunani. O objetivo era transformar o povoado em uma República Francesa.² O nomeado herói, Cabralzinho,³ desmontou a intenção dos africanos. É importante dispor que todos esses eventos e contos estão vinculados à história cultural da população africana e seus descendentes no Estado do Amapá. Compreende-se então, que o

¹ Entrevista realizada sobre a confecção artesanal dos tambores para o ritual do Marabaixo com Cosme Espiridião Nascimento Ramos em 17 de dezembro de 2006. Nesta missão de ouvir o morador, além das informações sobre os tambores, muitos detalhes foram acrescentados sobre o existir da cidade de Macapá (RAMOS, 2006,17/12).

² Para uma leitura mais detalhada sobre a organização da República do Cunani, conferir: Meira (1975); Queiroz (1999). Outra visão mais atualizada pode ser encontrada em Cardoso (2003).

³ Sobre as façanhas de Cabralzinho existem várias versões que podem ser lidas em: Meira (1975); Queiroz (1999); Cardoso (2003); Romanni (2007).

africano, como assinala Vicente Salles, “não deixou de plasmar aí sua personalidade, de influir étnica e culturalmente” (SALLES, 1988, p. 1).

Esses contatos me permitiram apreciar a cidade de Macapá, e, a partir dela, formular algumas indagações no sentido de entender em que circunstâncias os trabalhadores africanos chegaram a essa localidade e como passaram a compor o espaço social da vila São José de Macapá, criada para representar o urbano, o civilizado. Assim sendo, elaborei as seguintes questões: Que construção histórica exigiu a presença de trabalhadores cativos, numa região voltada especificamente para o comércio extrativista praticado entre colonizadores e indígenas? Como os trabalhadores cativos se constituíram em um ambiente que lhes era estranho, distante da cultura consumida até então por eles? Que entremeios elaboraram para enfrentar no seu caminhar as diversidades sociais que contemplavam a vila e os outros campos de forças adversos? Por que o comércio e o rio Araguari era um porto seguro para os cativos? Que sociabilidades foram elaboradas, que permitiram aos trabalhadores cativos se fortalecerem nesse espaço social, no qual eles se apresentavam numa posição de indivíduos ordinários? Que experiências vivenciaram e que percepções elaboraram em seu caminhar pela vila São José de Macapá, que os levaram, inclusive, a ocupar com suas moradias, o centro urbano não mais da vila, e sim da cidade de Macapá, em 1856, fazendo-se presentes no seu porvir.

Assim, a idéia deste estudo surgiu de meus persistentes interesses pela cultura desses trabalhadores africanos. Essa preocupação me levou a fazer algumas leituras e manusear uma documentação ainda muito elementar, na qual eu queria encontrar a presença de relações de forças duais, antagônicas entre os cativos e o senhor de escravos. Era esse o conceito que ainda preenchia o meu modo de pensar, e foi a partir dele que construí meu Projeto de Pesquisa. Na verdade, o escrevi com as idéias e planos que estavam a priori acesos em minha mente, enquanto organizadora de um conhecimento intelectual.

Pois bem, esse foi o primeiro passo. Continuei buscando leituras e documentação que me dessem mais suporte, mas algo começava a me incomodar, dado que eu não conseguia encontrar o conflito dual de classes que estava procurando, e, ao mesmo tempo, entendia que ele não existia, nas leituras dos documentos sobre os africanos em Macapá. O conflito de classe, essa categoria cartesiana de causa e efeito, portanto dual, que eu procurava entre um campo de

poder dominante e o campo social subalterno não foram encontrados, mas sim, uma multiplicidade de interesses sociais que interagem entre si no espaço geográfico da Vila São José de Macapá, no tempo histórico da segunda metade do século dezoito. Meu estranhamento quanto à presença de campos de poderes diversos, lidas nos documentos sobre fugas de cativos permitiu-me ir à procura de outra teoria que revelasse esses vários interesses em jogo.

Esses achados foram me despertando: resolvi fazer leituras mais afinadas de obras e autores que discutissem a escravidão. Entrei em contato com a historiografia local.⁴ A produção local revelou-me uma história mais política da região, pontuando-a ligeiramente com algumas informações apenas da existência de africanos em Macapá e, especificamente, na vila de Macapá. O referencial que constituía essa historiografia me impôs dúvidas, considerando que as obras estavam caracterizadas por deficiências metodológicas que se refletem em nível da produção, com afirmações sem fundamentação, com base em pesquisas insuficientes, apresentando-nos com informações imprecisas, interpretações precipitadas, incorrendo em juízo de valor; quando não, em alguns casos, são fatos compilados da história oficial, desrespeitando, assim, a normatização técnica científica e as obras clássicas da História da Amazônia.

Mesmo assim, as obras dos autores locais tiveram sua importância, posto que elas me orientaram à historiografia regional. Autores como Arthur César Reis, Manuel Nunes Pereira, Antonio Carreira e Manuel Dias Nunes, Antônio Ladislau M. Baena e Arthur Vianna foram importantes, visto que, esses interlocutores retratam a presença escrava na Amazônia. Porém, estes autores contemplam o trabalho africano de uma forma ampla, sendo necessário fazer um crivo das informações, retirando-se, daí os poucos fatos correspondentes à história da presença africana em Macapá. Estas obras são os primeiros estudos a fazer referência à presença da mão-de-obra africana na região.⁵

⁴ Nilson Montoril de Araújo trata nesse artigo da História do Marabaixo na cidade de Macapá, tenta fazer uma correlação com o Marabaixo ocorrido em outras localidades do Pará, mas não o aprofunda (ARAÚJO, 07.05.1996).

⁵ As obras de Antonio Carreira e Manuel Nunes Dias trazem uma abordagem mais economicista sobre a atuação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, com dados estatísticos sobre saída de mercadorias e entrada de escravos (CARREIRA, 1988); (DIAS, 1971). Enquanto Arthur César Ferreira Reis elabora um Perfil Histórico sobre o Território do Amapá, obra na qual retrata os acontecimentos políticos e sociais do Macapá colonial até as vésperas de seu reconhecimento como Território da União (REIS, 1949) e Manuel Nunes Pereira, em um artigo "Escravos na Amazônia" escrito para os Anais do Congresso Brasileiro de Geografia, retrata a vida dos escravos no Grão-Pará (PEREIRA, 1952, p. 153/185); (PEREIRA, 1949, p. 509-515).

Foram as obras de Vicente Salles⁶ e Arthur Napoleão Figueiredo e Anaiza Vergolino-Henry, que serviram de apoio ao meu estudo, conduzindo-me a um retorno às fontes primárias no Arquivo Público de Belém do Pará. Quanto a Vergolino-Henry e Figueiredo, a riqueza de sua produção – A presença africana na Amazônia colonial: uma notícia histórica – que consiste na identificação e transcrição de vários códices existentes no Arquivo do Pará foi de suma importância. Essa obra constituiu uma leitura indispensável para começar a entender a presença da escravidão e da cultura africana na Amazônia (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990), e, sem sombra de dúvida, em Macapá, espaço geográfico, vinculado ao Pará até a criação do Território Federal do Amapá, em 1942.

A idéia de um plano dual de causa e consequência parecia embaçada diante da leitura dos códices transcritos por Vergolino-Henry e Figueiredo e nas leituras de obras clássicas, as quais já foram mencionadas por mim. Meu estranhamento sobre a documentação que emitia uma relação de força mais de interseção do que dual, foi clareando quando passei a cursar as disciplinas no Mestrado em História na Universidade do Piauí e duas em Recife – UFPE. Na condição de mestranda da pós-graduação da UFPI, momento em que me despertei diante do aprendizado proporcionado por ambas as instituições e me levou à arte de ultrapassar as tentações objetivas e a compensação subjetiva até chegar à essência – de uma história verdadeira. Pois, “quando definimos a significação como condição de verdade, nós lhe damos um caráter que lhe é comum com o sentido, que já é do sentido” (DELUZE, 1998, p. 19). Ao buscar outros territórios, tentei atualizar-me percorrendo outros caminhos.

Foi nesse contexto que apreendi a noção de uma história processual e, bebendo nessa fonte, passei a conceber os sujeitos em estudo a partir desse enfoque, visto que a processualidade exige “partida, abandono de território encontro com os híbridos, com as misturas, com a desorganização”. É a aprendizagem como desafio. (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.18). Portanto, para entender como os trabalhadores africanos redesenharam a vila São José de Macapá se faz necessário focalizar, antes de tudo, as práticas sociais e culturais que se constituíram como

⁶ Vicente Sales, um dos primeiros autores a escrever sobre a escravidão no Grão-Pará, utilizou-se de documentação inédita e dedicou-se a escrever a história social da escravidão nesta província. Porém ao realizar um estudo abrangente (resistência, trabalho, lazer dos escravos e mocambos), algumas questões foram pouco analisadas, como as que se referem aos mocambos do Macapá. No entanto, apresenta sinais significativos sobre fugas e movimentação de escravos em todo Grão-Pará. (SALLES, 1988).

experiência no espaço social da vila.

Experiências que me conduziram a procurar não mais os interesses antagônicos, mas sim, as sensações, isto é, as situações e as condições específicas que permitiram ao africano se contrapor na produção do espaço social da vila de Macapá. Partindo desses hábitos, pretendo compor o viver da vila São José, motivo pelo qual a selecionei para ser meu recorte espacial e certamente por ela concentrar campos de poderes diversos (étnicos e sociais), facilitando apreciar melhor o trabalhador africano como sujeito em estudo, bem como a relação de interseção entre os poderes existentes naquela vila. Entendendo-se essas relações como operações por meio das quais as partes que formam um todo constituem os elementos que pertencem simultaneamente a esse conjunto, e cujo resultado dá vida a novas operações.

O recorte temporal que delimito, de 1840 a 1856, justifica-se pela ocupação dessa região por cativos fugitivos de diversas localidades do Grão-Pará, do Maranhão e da Guiana Francesa para o Macapá; fugidos dos ditames do poder escravocrata e dos movimentos sociais, nos quais eles não queriam se envolver com seus propósitos, a exemplo da Cabanagem, ou fugidos da reescravização imposta após o período de restauração política do poder governamental das elites da Província do Grão Pará. Os trãnsfugas procuravam as áreas de florestas densas que ficavam às margens do rio Araguari, por este rio possuir seu curso d'água que se interrompe em navegável para exibir suas quedas d'águas atrapalhando o percurso de viagem sobre águas serenas. Os trechos encachoeirados se apresentavam como propícios para a proteção dos fugitivos e desertores. Limito o período até 1856 por ser esta data marcante, momento em que a vila foi elevada à condição de cidade. Para melhor compreensão da temática, sempre que foi necessário, procurei recuar ao tempo aqui definido.

Assim, a premissa de que parte a estratégia analítica deste estudo a de que os africanos redesenharam a vila de Macapá a partir de uma interseção entre as partes pela qual o aprendizado se constituía das “sensações” entre as forças que ocupavam esse lugar, de modo que a constituição coletiva da vila, como complexo de práticas e imagens, ao redor de si, desconsertou o projeto de seus produtores de ser um espaço reservado aos comandantes portugueses e colonos/militares açorianos, e lugar instituído estrategicamente para receber e cumprir as leis lusitanas (BAENA, 1969) para ser um espaço construído por modos diferentes de

pensar e agir, conseqüentemente, pelas experiências de indivíduos singulares e plurais.

Partindo dessa premissa, as reflexões desenvolvidas neste trabalho procuram questionar uma historiografia que defende que as resistências dos trabalhadores africanos estão no plano dos conflitos antinômicos da sociedade escravocrata.⁷ Este estudo também procura afastar-se das narrativas historiográficas que separam os campos de poderes de uma determinada sociedade, impossibilitando estabelecer ligações históricas que articulem a diversidade e a multiplicidade de desejos de que se constituem os indivíduos num determinado espaço de formação social. Essa abordagem desfaz a essência e o destino das diversidades sociais.

Isso pode ser observado em vários livros e textos, inclusive nas produções científicas que procuraram trazer como objeto de estudo o resgate dos múltiplos significados apreendido nas falas até então silenciadas – quando a resistência na década de oitenta passou a ser entendida como todas as experiências e táticas de lutas, vivenciadas pelos africanos no cotidiano e tendo como contraponto a reelaboração permanente das relações com os senhores, modificando-se, assim, as várias formas de dominação e controle social.⁸ Apesar de muito próximos a uma filosofia da experiência e do aprendizado, estes autores se limitaram a um campo de visibilidade de mão única, pois investiram em um único campo de força: como os africanos tiravam proveitos na relação cotidiana com seu senhor.

Portanto, as análises desenvolvidas neste trabalho, tendo em vista os acontecimentos que levaram os africanos a redesenhar a vila de Macapá apontam para uma perspectiva que possibilite compreender a interseção entre os diversos campos de forças e suas atualizações, articulada a relação de poder que as multiplicidades elaboram no espaço urbano da vila de Macapá. Este é o percurso metodológico que norteará todo o trabalho e me permitirá ver esta vila a partir de várias dimensões, inclusive do olhar dos trabalhadores africanos. Motivo pelo qual

⁷ A partir da década e 50, no Brasil, tem início os trabalhos acadêmicos baseados no materialismo histórico. Nessa conjuntura um dos trabalhos de maior destaque foi a obra “Rebeliões da Senzala” de Clóvis Moura. Nesse estudo, o autor explorou as relações senhor-escravo a partir da luta de classes, apresentou a rebeldia dos escravos como resultado dos conflitos antinômicos da sociedade escravista. (MOURA, 1988).

⁸ Cf. Na década de 80 outras categorias de análise tomaram espaço nas academias brasileiras, especificamente as vinculadas à Nova História Cultural e suas vertentes: História das multidões, História vista de baixo, as quais alguns historiadores brasileiros foram se aproximando delas, tornando-se produtores de conhecimento de um único campo de visibilidade. (CHALHOUB, 1990); (REIS, 1989; MARINHO, 1988); (LARA, 1990).

adotei o conceito de interseção, tomando-o como um campo de forças, “onde cada força tem o poder de afetar, e, ao mesmo tempo ser afetado, de modo que reparte as forças em função dessas relações e de suas variações” (DELEUZE, 1988, p. 79).

Como se pode ver, o sujeito/objeto de estudo proposto deixa entrever que essa pesquisa esperava pela intervenção de um historiador, que se propusesse a sistematizá-la, e utilizando-se dos “fios e dos rastros” (GINSBURG, 2007) deixados pelos trabalhadores africanos e seus descendentes, numa narrativa que enfatizasse de que modo eles foram constituindo-se diante de outros campos sociais, compondo, desse modo, as forças da vila São José de Macapá, e se fazendo presentes nesse lugar. Entendendo aqui que:

Os lugares são histórias fragmentárias e isoladas em si, dos passados roubados à legibilidade por outro, tempos empilhados que podem se desdobrar, mas que estão ali antes como histórias à espera e permanecem como quebra-cabeças, enigmas [...] enfim simbolizações enquistadas na dor ou no prazer do corpo. (CERTEAU, 1994, p.189).

Essas implicações visíveis estimularam-me a procurar a documentação que responderia às questões acima mencionadas. O procedimento adotado foi ampliar a pesquisa que eu já vinha fazendo; então recorri ao Arquivo Público do Pará e ao Arquivo Terras de Fronteiras-PA, onde levantei dados iconográficos. No ato da pesquisa, fascinava-me a riqueza de informações encontradas nas leituras das correspondências entre os governadores do Pará e os administradores de Macapá. Foi na familiarização com essa documentação que pude perceber as diversas redes sociais de envolvimento e as artes de enfrentamentos produzidas pelos diversos campos de poderes.

O conceito interseção implicou a escolha do título da dissertação: “Entre o Porteau e o Volante”: Africanos redesenhando a vila São José de Macapá – 1840-1856, sem dúvida, associado a uma experiência vivida por mim quando assistia a um espetáculo circense de malabaris. No ato da cena, eu perguntava a um especialista em arte que me acompanhava⁹, por que essa denominação de porteau e volante: se cada um elabora giros e mudança de direção em função do outro. Ele

⁹ Romualdo Rodrigues Palhano. Dr. em Teatro. Ver Curriculum lattes – CNPQ.

me respondeu que era apenas uma denominação para situar o malabarista fixo e o volante, mas ambos elaboravam movimentos de equilíbrio um em relação ao outro. A experiência me levou a apreciar as exhibições do “Cirque du Soleil”, jogo de arte circense canadense.

Veio-me, então, a idéia de que os africanos, na documentação perscrutada, estavam sempre atualizando suas práticas a partir das estratégias dos administradores, das expedições de resgates e, estes últimos, a faziam da mesma forma diante das novas táticas dos africanos. Dessa relação de singularidades, onde “as mudanças de direção, reflexões e retrocessos” se dão em função do outro, fiz a associação com os movimentos dos malabaristas, nascendo, daí, o título da dissertação.

Apresento algumas observações que considerei mais importantes para desenvolver o tema proposto nesta dissertação, num diálogo constante com a documentação levantada. Aparecem neste trabalho algumas dificuldades que tive que ir solucionando a cada passo da escrita, quando eu ia descobrindo e redirecionando pistas. Procurei, então, para melhor compreensão da textualidade social da época em estudo, fazer uso de fontes iconográficas, especificamente do uso de mapas, como forma de capturar outras vivências. “Uma imagem é signo de um objeto porque é figura, mas é imagem porque dá testemunho da sua presença, e na condição de testemunho de existência, serve de suporte para lembrança”. (COLOMBO, 1991, p. 47).

Os mapas que usei para registrar a presença de colonos franceses no território contestado de Macapá foram elaborados por Alexandrino no ano de 1749, e por Azevedo (1858), com objetivo de demonstrar as antigas configurações do rio Amapá. Nas definições geográficas que eles registraram, pude encontrar a localização das três colônias francesas: Maycaré, Sante Hilaire e Manaye. Esse documento foi encontrado na Biblioteca do Museu Goeldi, em Belém do Pará. Os mapas e plantas da Fortaleza de São José de Macapá foram adquiridos do Arquivo Histórico do Exército (AHEx), no Palácio Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

Para solucionar alguns fragmentos relacionados à vida privada dos africanos no decorrer da escrita da dissertação, recorri aos processos criminais, os quais foram encontrados nas caixas de inquéritos policiais; nelas pude registrar os costumes e as práticas culturais dos escravos fugitivos. Esta fonte foi localizada no Arquivo Público de Belém/PA (APEP). A partir da documentação perscrutada no

APEP, pude também localizar registros complementares, que se encontravam no Arquivo Histórico do Itamataty (AHI). Intei-me da fonte manuscrita, ao investigar os dados digitalizados da coleção “Projeto Resgate Barão do Rio Branco”, doada a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Ainda complementaram este trabalho as fontes hemerográficas, das quais selecionei o jornal de Belém do Pará “O Velho Brado da Amazônia” 1845/50, periódico pesquisado na Biblioteca Pública do Pará (BPEP), onde analisei as denúncias de fugas e as ações das autoridades para contê-las. Quanto às citações preferi colocá-las no português brasileiro, entendendo que elas serão mais entendíveis para os leitores que desconheçam o português erudito. O topônimo (O Macapá) optei por escrever apenas o nome Macapá para que não se tornasse repetitivo no decorrer do trabalho.

Partindo desse ponto, torna-se importante oferecer, agora, uma visão de conjunto delimitada pelas estratégias que me conduziram ao longo da escrita da dissertação, procurando formular questões para cada capítulo. Desse modo, orientei-me em compreender os desejos incontidos na formação da Região de Macapá; a presença de africanos de outras regiões e sua entrada, para atender especificamente à vila São José de Macapá; por fim as interseções entre os campos de poderes que constituíram as condições básicas de afirmação dos africanos, motivo pelo qual procurei empregar o termo trabalhador africano e não escravo, como forma de assegurar a identidade étnica do africano.

No primeiro capítulo – Região de Macapá: Desejos Incontidos – começo introduzindo a região de Macapá, como ela se constituiu diante de um poder institucional de fora que prescrevia e elaborava as estratégias de ação sócio-política para a região, com o objetivo de discipliná-la, enquadrá-la num projeto que lhe imprimia a condição de ser área de defesa militar e área produtora de gênero destinado à exportação (plantio da rizicultura). Apresento os acontecimentos que levaram à configuração social da vila São José de Macapá, com a introdução de colonos e a construção da Fortaleza de São José, como elementos que vão contribuir para que os africanos fossem evocados na condição de “escravos negros”. Evidenciei também que os interesses de militarização da região criaram uma multiplicidade de papéis assumidos pelos colonos, implicando a aproximação de alguns com os africanos.

No segundo e focalizando os corpos escravos, empenhei-me em mostrar o comércio clandestino como condições básicas que possibilitaram a Macapá se

tornar uma rota de fuga cobiçada pelos africanos. Deixo revelar também o movimento dos cativos de outras regiões que se estabeleceram nessa área formando os primeiros mocambos. Procurei ainda destacar quando e como os africanos, da vila de Macapá, entraram em cena e iniciaram suas fugas em direção ao rio Araguari, assim como apresento esta área do Araguari como um ponto arquimediano para os africanos, área onde eles se faziam protegidos, pois constituía para eles a fronteira entre os franceses e os brasileiros, apesar de todo território contestado, que vai do rio Araguari ao rio Oiapoque, lhes servir de área praticada. Registro ainda suas ações microbianas (as táticas, o não dito, o oculto), como um aprendizado, que tem, nos sentidos, a exemplo das idéias, que são tomados como lentes que captam visões do mundo. Não deixei de atentar para os casos que permitiram o uso desses artifícios. Concebi este capítulo a partir do conceito de interseção, segundo o qual se distribuem elementos nas relações de coexistência.

No terceiro, Entre o Porteau e o Volante: As sociabilidades africanas na festa do Rosário. Neste primeiro subitem, apreciei as marcas deixadas pelo caminhar tácito dos cativos na vila São José de Macapá, a partir de interseções, que, com habilidade, foram sendo realizadas por estes sujeitos sociais com as demais multiplicidades deste espaço, fazendo-se não só presente mais visível, atribuindo, por conseguinte, outros sentidos à vila, diante disto, fiz referência aos conhecimentos de como os africanos foram aproveitando as ocasiões que os favoreciam a exemplo da festa do Rosário; à falta de destacamento militar mais reforçado para a vila de Macapá, às mudanças políticas externa, como a primeira abolição escrava na França. Nessa tarefa, os canais de comunicação com suas idéias no ar, bem como o silêncio, as razões opacas e ocultas foram também circunstâncias que os fizeram tirar vantagens.

No segundo subitem: Ocasões para ocupar a vila São José de Macapá, procuro examinar os desejos, as aprendizagens; atos singulares e plurais dos trabalhadores africanos, resultantes das interseções, práticas pelas quais os indivíduos interagem a partir das relações entre campos de poderes diversos onde o exercício de poder se dá pela arte entre os cativos e as multiplicidades sociais da vila de Macapá; jogo de poder ora adverso, ora propício. Tomo a abolição da escravidão na Guiana Francesa, o movimento da cabanagem no Pará, as intrigas de fronteiras e diplomáticas entre França e o Brasil imperial, bem como o comércio e a necessidade de prestação de serviços para o andamento da economia da vila, como

acontecimentos que permitiram os cativos tirar deles “partido de forças” (CERTEAU, 1994, p. 47) ao combinar os elementos heterogêneos desses movimentos sociais com seus desejos e crenças. Momentos oportunos para que os trabalhadores africanos tirem deles os ganhos e os proveitos, como sujeitos que constituíam também o espaço social urbano da vila São José de Macapá.

2 REGIÃO DE MACAPÁ: DESEJOS INCONTIDOS

A Vila São José de Macapá, hoje cidade de Macapá, capital do Estado do Amapá, localizada geograficamente na região norte do Brasil, ficou conhecida e foi nomeada “Capitania do Cabo do Norte”, ou “O Macapá” pela posição geofísica que ocupou, e por estar situada no delta do rio Amazonas, nos séculos da colonização e do Império.

Cronistas e estudiosos sobre a época lhe emprestaram outras denominações: “Adelantado del Nueva Andaluzia”, por estas terras terem sido concedidas por Carlos V, rei da Espanha, ao navegador Francisco de Orelhana; “Guiana Brasileira” para diferenciá-la da Guiana Francesa e “Província ou Território dos Tucujus” (Ler mapa 1), por essas terras terem sido área de ocupação dos “índios” tucujus. Politicamente, ficou conhecida como “território do contestado” em razão de sua disputa franco-lusitana e, posteriormente, franco-brasileira¹⁰.



MAPA 1: Parte da terra firme em frente a Guiana e o Caribe. Fonte: SG. Guyane Française. Centre des Archives d'Outre-Mér, CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.

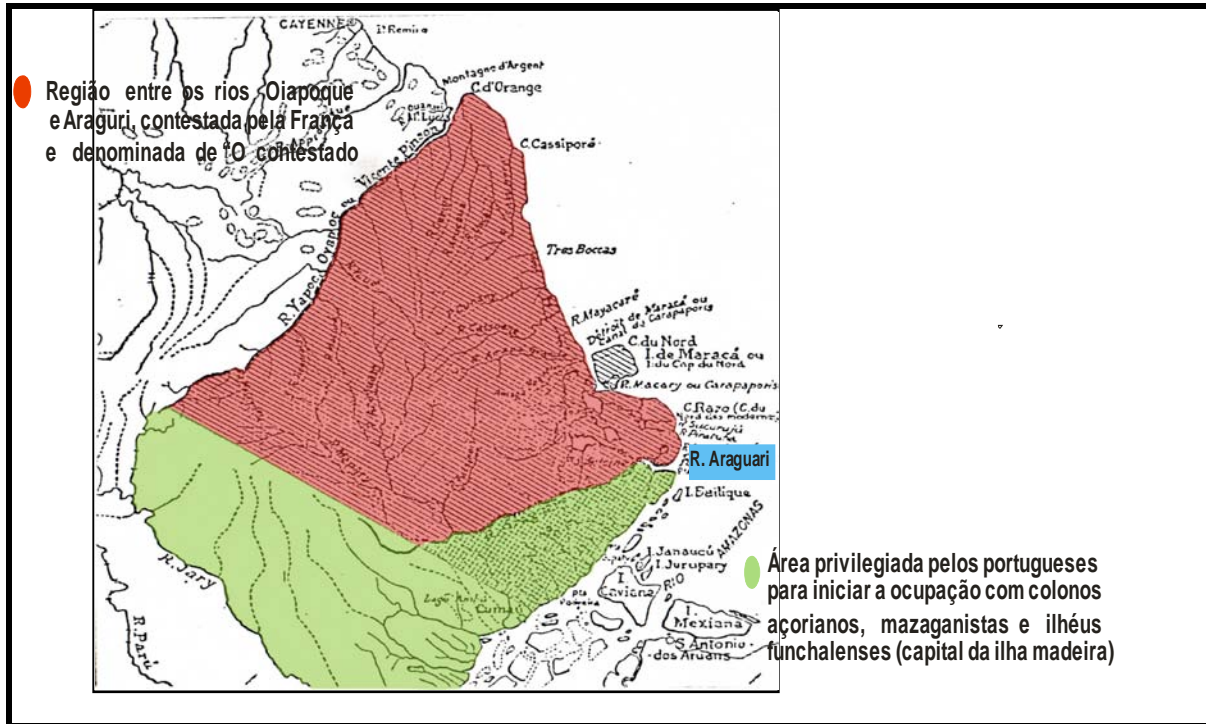
¹⁰ Essas nomenclaturas de percepção geográfica e social encontram-se presentes nas obras de Baena (1969); Reis (1993); D'azevedo (1999) e Carreira (1988).

Destacar a vila São José de Macapá constitui aqui uma intenção, um pretexto para o entendimento do sujeito de estudo a que me proponho. Desse modo, pretende-se focalizar, antes de tudo, quais os modos de operação ou esquemas de ação que tornaram possível aos africanos participar do espaço social urbano dessa vila e que rede de relações se estabeleceu num lugar geográfico criado pelos nativos e, oficialmente, recriado por uma prescrição de fora, dos gabinetes de poder do Ministro Português Sebastião José de Carvalho, condecorado Marquês de Oeiras e, mais tarde, Marquês de Pombal, para ocupar terras e espaços sociais dos nativos.

Tudo parece começar com um enunciado do Estado Português, que determinava para o ultramar (região do Cabo do Norte), a criação de vilas de povoamento, como descreve a carta de Instruções Régias Públicas e Secretas enviada para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, general do Estado do Pará e do Maranhão, irmão de Marquês de Pombal.

Recomendo-vos [...] e particularmente vos encarrego [...] de povoardes o Cabo do Norte, onde cuidarei em estabelecer não só povoações, mas também logo alguma defesa, para fazer barreira desse Estado por essa parte, evitando por esta forma as desordens e conquistas que por esta parte podem fazer os franceses [...] (IN: D'AZEVEDO, 1999, p. 352)

Esse acontecimento aceito pela historiografia clássica regional fez emanar uma história/verdade, em que as Instruções Régias constituiriam as designações que dariam funcionalidade e existência à vila de Macapá (1752), como se não existisse a presença social do homem nativo e de seus hábitos sociais nessa região, bem antes da penetração do colonizador. Essas ordens Régias de ocupação foram então imaculadas pelos estudiosos, como se sobre elas não se criassem outros sentidos. Naturalizaram também o discurso de militarização desse espaço geográfico e da necessidade de os lusitanos assegurarem a posse dessas terras – vistas como área em perigo de ser anexada por outro país, nesse caso, pela França (Ler mapa 2).



MAPA 2: Região do Macapá, com destaque em vermelho para o território contestado pela França, localizada entre os rios Araguari e Oiapoque. Fonte: Biblioteca Militar, (CARVALHO, 1945, p. 127).

Essa designação legal foi capturada e assumida por estudiosos da Região Amazônica que relacionaram o surgimento da vila de Macapá ao decreto lei que a criou, quando ocorreu a ascensão de Sebastião José de Carvalho Melo (1750), Marquês de Pombal, ao governo de Portugal, na condição de ministro do Rei D. José I. Essa decisão jurídica de caráter exógeno, segundo a historiografia, deu origem à vila, nomeação prevalente em diferentes obras de escritores locais e regionais.

Os autores, ao tomar os direitos legais de instituição da vila, como criadores de um acontecimento, vão produzir uma historiografia oficial e reforçar esses referentes, no sentido de explicá-la a partir desse ato fundador, e, conseqüentemente, da canonização de homens e de seus feitos militares, dispondo-os no trono como sujeitos sociais capazes de administrar e guardar a região. Esse plano metodológico põe em segundo plano – uma população de homens e mulheres da floresta, africanos, colonos e militares – como povos submetidos às forças de ocupação, omitindo assim, como estes indivíduos também produziram o lugar.

Desde tempos imemoráveis, sabe-se que os nativos produziram um modo de viver ecológico entre matas e rios na Amazônia, onde parecia não haver possibilidade de penetração pela presença de uma vegetação densa e verdejante. Acredita-se, pelo movimento dos acontecimentos, que esse isolamento parecia não

ter sentido para os homens da floresta, porém, compreende-se, a partir de suas manifestações, que sabiam muito bem fazer a seleção dos grupos que deveriam adentrar essa região, até então ocupada por eles e pela ecologia de uso do apenas necessário. A aproximação para um entrelaçamento comercial dos nativos com os estrangeiros entende-se que foi possível a partir de um jogo de contrapartidas.

Esta gente fica-nos vizinhos, e é boa vizinhança a causa do gentio daquele distrito não querer vir comerciar conosco a nossa fortaleza, porque além do males, que lhes dizem de nós (e pode ser que com razão) lhes dão o que é mister em mais abundancia, e os tratam melhor, e com mais verdade que é o que eles querem, posto que eles nenhum a tratam nem sabe de que cor é [...], (AN - SOUZA D'EÇA, 1905, 345-346).

Souza de E'ça¹¹ diz que os nativos preferiam os estrangeiros, dado o tratamento mais afetivo que estes lhes dispensavam. Essa relação amistosa, entre índios e colonizadores não lusos, permitiu um intercâmbio comercial entre ambos os sujeitos sociais, que muito incomodava a Portugal. Os pedidos de informações sobre esse entrelaçamento eram constantes, como se pode depreender da carta do capitão-mor do Pará, Marçal Nunes da Costa, enviada à corte portuguesa, que assim lhe expusera: "Os religiosos de Santo Antonio [...] dão notícias, em como os franceses do Cabo do Norte, habitam e tem comércio nas terras desta capitania, com aquela gentilidade" (REIS, 1993, p. 186). Emergiam, nessa área geográfica do norte, sociabilidades que desconcertavam o poder português sobre o Cabo do Norte.

As estratégias de reconhecimento dos considerados inimigos lusos, os conquistadores ingleses, irlandeses, holandeses e franceses, de melhor tratamento e pagamento aos trabalhadores nativos – levaram-nos a capturar essa relação como possível – ante as ações agressivas e belicosas dos espanhóis e portugueses. Aproveitando-se dessa oportunidade, esses europeus aliados aos naturais da terra ocuparam o delta amazônico e logo introduziram a montagem de feitorias, de fortins

¹¹ Capitão Manuel Sousa de E'ça, D'Essa ou Dessa. Natural de Pernambuco assumiu função de provedor nas províncias de Pernambuco e Paraíba. Posteriormente, recebeu o título de Capitão, pelas conquistas obtidas contra os inimigos europeus, expulsando-os do Nordeste e também da região norte. Vide Varnhagen (1975, p. 170-171).

e colônias agrícolas: nelas se produziu fumo, urucum, cana-de-açúcar e algodão.¹² Arthur Cezar Reis revela que, “a essas alturas negros buscados à África, foram introduzidos nas colônias criadas pelos inimigos lusos” (REIS, 1949, p. 15).

Considerando aqui essa reciprocidade entre ingleses e nativos, dá-se a entender que esse entrelaçamento comercial na região do Cabo do Norte, ao que parece, suscitou a ira dos portugueses, levando-os a agirem diretamente sobre a região. O espírito de domínio através da força se instituiu, e, para essa área, foram evocados capitães que até então estavam agindo no litoral do Nordeste, para que operacionalizassem o esvaziamento da região¹³. Intervenção que limitou a idéia da ocupação efetiva do solo do Cabo do Norte, mas não conseguiu expulsar por definitivo os inimigos das terras ditas de posses portuguesas; que continuaram a fazer comércio com os nativos, como afirma Arthur Cezar Ferreira Reis: “Em meio a toda essa tentativa colonial, eram constantes, ao vale, as viagens mais ou menos isoladas de barcos ingleses e holandeses, que vinham realizar escambo com o gentio” (REIS, 1993, p.72).

Adller Castro, estudioso das Fortificações do Cabo do Norte – Amapá estranhou essa prática portuguesa de esvaziamento. Castro concedeu-lhe outro significado ao percebê-la como uma política bem objetiva de eliminar uma relação comercial que se instituía nessa região. Empregando-se da brutalidade física afastaram o elemento nativo que cooperava com os estrangeiros e, sem demora, destruíram os fortins e as plantações ali existentes, as quais eram pertencentes, pelos investimentos naquele lugar, aos ingleses, irlandeses e holandeses; após essa tarefa, os expulsaram da região. Ato de fazer dos lusitanos, segundo o citado autor, marcado pela “violência” no trato com os estrangeiros e de “terror” sobre a população indígena (CASTRO, 1999, p. 132).

É enfático o uso da violência, mas notifica-se também que ocorreu um recuo dos lusos, com relação ao tratamento para com os homens da floresta, pois a afetividade dispensada pelos franceses a esta nação, passa agora a ser um discurso apropriado pelo Estado Português. A coroa, assumindo a idéia de proteção, exige que esta seja concedida aos nativos. Para realizar esse ato de respeito junto aos

¹² Os ingleses e holandeses bem mais audaciosos que os espanhóis e portugueses, ocuparam o delta amazônico a partir de 1596 e logo introduziram a montagem de feitorias, de fortins e povoamento para garantir a exploração econômica do Macapá. Vide Reis (1993, p. 27-45) e Castro (1999, p. 129-193).

¹³ Sobre os episódios que marcaram essa política de ocupação, ver Varnhagen (1975, p. 138 a 185); Reis (1993, p. 27-48); e Salvador (1975).

nativos, foram evocados os missionários jesuítas, considerados como uma “grande força civilizadora” (SMITH, 1958, p. 17), portanto suas aldeias foram tomadas como um “dispositivo de poder” (FOUCAULT, 1987, p. 33-61), que deveria controlar esta mão-de-obra, zelando-a e ensinando-lhe o trabalho produtivo, “pagando a estes os seus jornais e tratando-os com humanidade, sem ser, como até agora se praticou, com injusto, violento e bárbaro rigor” (D’AZEVEDO, 1999, p. 349). Os missionários se fizeram comprometidos de pôr em prática as decisões reais através da pedagogia de formação cristã do homem para Deus e para o trabalho, mas, ao mesmo tempo, aproveitaram-se da ocasião e organizaram, nesse espaço de tempo, um poder paralelo às forças políticas e econômicas de Portugal.

Tudo indica que os missionários não se descuidaram no cumprimento das Instruções Régias, as colocaram em prática, porém fizeram uso delas ao seu modo, pois os religiosos adiantaram-se no progresso de cristianizar os nativos e tiraram proveito da responsabilidade e da confiança que lhes foram outorgadas. Nesse ínterim de organização espiritual dos homens da floresta, os padres das missões se prevaleceram das oportunidades que lhes foram dadas pelos portugueses e transformaram os lugares de missões em um espaço produtivo, com uma estrutura econômica bem disciplinada, com graus elevados de autonomia com relação ao Estado e com condições de produzir excedentes econômicos que lhes permitissem uma base de trocas internas. Para tanto, recriaram um mecanismo de reprodução das condições de trabalho, baseado no “sistema de rodízio” e na prática de “intercâmbio de índios” (RAVENA, 1999, p. 65).

Esse mecanismo assegurava a reprodução da força de trabalho nas missões, pois à medida que um grupo de índios ia para a floresta, outro grupo permanecia na aldeia, em suas casas. Essa organização política dos missionários vai ser motivo de cobiça na administração de Mendonça Furtado, já que “os missionários detinham um capital político de significante relevância”: a mão-de-obra indígena (RAVENA, 1999, p. 67). Essa maneira dos jesuítas de gerir as aldeias missionárias se deu diante das recomendações reais dadas ao governador do Pará, Mendonça Furtado, para investir, “em evitar quanto vos for possível o poder temporal dos missionários sobre os mesmos índios, restringindo-o quanto parecer conveniente” (D’AZEVEDO, 1999, p. 353). Distante da maior parte das aldeias missionárias, pouco podia saber o administrador do Estado do Grão-Pará e do Maranhão sobre os interesses mais ocultos dos missionários.

O poder português na Amazônia, sem dúvida em Macapá, estremeceu, quase ruiu, era preciso, dessa vez, destronar os religiosos, cujo grupo social foi convocado a lhe dar suporte na submissão e controle do capital humano na região de Macapá, mas agora eles se apresentavam como concorrentes, posto que detinham poder sobre o que existia de mais importante, nesse caso, a mão-de-obra indígena e a produção local. Era, portanto, necessário para Portugal instituir novas leis e criar um outro discurso que viesse deslocar das aldeias missionárias, essa força de trabalho controlada pelos jesuítas e por último apossar-se dos bens materiais desses religiosos para colocá-los à disposição da coroa.

Pois bem, como já havia uma manifestação discursiva em favor dos “índios”, desde Frei Bartolomé de Las Casas na América do Sul e, posteriormente, defendida por Padre Antonio Vieira no Brasil, que se propagava na Europa em favor da liberdade dos índios; chegava, então, o momento de encerrá-la em tábua de lei, só que sob o auspício iluminista. Nasce o Diretório¹⁴, caderno de leis jurídicas que pretendia regular o destino dos nativos através de leis, da mesma maneira que planejava ser uma nova forma de controlar os índios, por meio da civilização e da liberdade; preceitos que tinham por objetivo fazer dos índios indivíduos semelhantes aos colonos europeus, e, objetivamente, assegurar povoadores para a Amazônia, o que garantiria a defesa da região.

Vendo ainda do outro lado de fora da vila, essa lei instituída em Portugal pelo Marquês de Pombal, emergia de uma necessidade advinda de medidas administrativas macro-políticas, que se delineava logo após a ascensão de Sebastião José de Carvalho Melo (1750). Como ministro da corte, ele desencadeou um processo de racionalização do Estado; sua administração pautou-se na centralização política da coroa e do resto de seu império colonial, devido à crise econômica por que passava a metrópole portuguesa, além do “atraso” em que esta se encontrava frente às transformações que ocorriam na Europa, principalmente na Inglaterra. A reestruturação econômica de cunho reformista se projetou no sentido de diminuir a dependência externa em relação à Inglaterra (SALGADO, 1985, p. 20). Os referidos acontecimentos contribuíram para o Estado Português promover sua

¹⁴ O Diretório funcionaria ao mesmo tempo como um programa de civilização dos índios e de colonização, que levou em conta as peculiaridades da geografia e a grande expressão numérica dos indígenas. O Diretório foi constituído de 95 artigos que rezam sobre a introdução do indígena à vida civilizada (a perda de seus costumes); sua incorporação à vida política (função de Principal) e social (trabalho, comércio e obrigação civil). Leituras sobre o Diretório podem ser encontradas em: Moreira Neto (1988); Farage (1991) e Medeiros (2006).

reorganização interna no campo econômico e político-cultural, e do mesmo modo estendia essas mudanças para os espaços coloniais que ainda não apresentavam poder de desenvolvimento econômico e possuíam terras fronteiriças em litígio, com o intento de se tornar um Estado concorrente na Europa.

Foi no conjunto dessas modificações e de novas concepções acerca das relações desse poder de fora com o de dentro, que emergiu o projeto de povoamento das terras do Amazonas e, nessa área, o das terras do Cabo do Norte. Roberto Monteiro de Oliveira entende essa conjuntura de ocupação e exploração da Amazônia como uma “proposta de Marquês de Pombal que visava à preservação de sua posse para a coroa portuguesa ameaçada que estava pelos espanhóis, ingleses, holandeses e franceses” (OLIVEIRA, 1997, p. 3). Desta feita, o projeto pombalino com relação ao problema da posse de Macapá passou por outras estratégias no que tange à sua ocupação. Distinto dos projetos anteriores, de eliminar o elemento natural (ação de base ofensiva), e de ocupação por missionários (ação defensiva), a ação dirigida agora ao Cabo do Norte pretendia ser a de povoá-lo, bem como dotá-lo de condição comercial e de constituí-lo de um poder administrativo.

Do gabinete do ministro Pombal, desse lugar que se dava como definido, de poder da metrópole, se decidia pela criação da vila de Macapá, que seria instituída na região do Cabo do Norte, especificamente na localidade de uma aldeia missionária denominada de Macapá. Nesse espaço de religiosos, de indígenas e de africanos foi planejada a implantação da vila São José de Macapá, prescrita para vir a ser o controle dos de dentro a partir da decisão dos de fora, sendo assim, um lugar de poder dos administradores e comandantes portugueses que receberiam ordem e as dariam no âmbito interno. Julgava-se como verdadeiro que com a implantação da vila de Macapá e de suas instituições (câmara, igreja, prisão, pelourinho e hospital), se criaria um espaço habitável que viria a disciplinar a economia e o trabalho, pondo fim à ordem de violência, até então praticada contra os nativos pelos colonos portugueses e missionários. Condições que as multiplicidades de sujeitos sociais aí existentes deveriam aceitar, principalmente, os naturais da terra. Acontecimento que consistiria em fazer da localidade um “lugar irrespirável”. (CERTEAU, 1994, 186).

Esse projeto visava atribuir à vila uma autoridade local que viesse a controlar os homens da floresta, em última instância, significava fixá-los e trazê-los para a órbita de controle e influência do poder colonial. De maneira que era

indispensável a “nacionalização”¹⁵ dos ameríndios, que consistia em servi-se de seus corpos, tanto como mão-de-obra, quanto de povoadores para garantir a ocupação de áreas percebidas como de potenciais litígios. Para tanto, lançava-se mão de um discurso de “civilização”¹⁶ do nativo, incluindo, nesse enunciado, a catequese e a miscigenação da população ameríndia com a branca, como plano civilizador. Passava-se, desse modo, a criarem-se as condições para o que foi anteriormente denominado de “civilização” dos indígenas; o que não passaria do propósito de levá-los a absorver a cultura europeia através de casamentos entre brancos e índias como tentativa de abreviar o processo civilizador e, ao mesmo tempo, povoar Macapá com o intuito de garantir o controle do território para a Coroa portuguesa. Depreende-se, desse intento, que os lusos pretendiam reduzir o “índio” a prestar serviço ao lado do colono europeu na economia e constituir a população de defesa do território.

Com a missão de executar tais empreendimentos, Mendonça Furtado, irmão de Marquês de Pombal, foi nomeado para governador do Grão-Pará pela coroa portuguesa. Como estadista, foi-lhe incumbido o dever de aplicar sem discórdia as doutrinas produzidas por seu irmão e de executá-las, principalmente as relacionadas com o comércio e o povoamento, pois, elas, no modo de pensar de Pombal, seriam os elementos capazes de cobrir a vida organizada e permanente que faltava a Macapá, sem as quais não se realizariam definitivamente o velho programa de fixar a soberania brasileira nessa região. Assumindo na íntegra o discurso de seu irmão, Mendonça Furtado tentaria aplicar, no decorrer de seu governo, os objetivos de enquadrar a população da vila São José de Macapá a esse poder de fora. Esse discurso dual de povoar e de potencializar a região, dotando-a de condição para ser uma área produtiva, acredita-se estar vinculada ao aplicativo de defesa econômica portuguesa que visava a racionalizar e tornar mais eficiente não só a região de Macapá, assim como toda região Norte, no sentido de torná-la mais produtiva para o mercado externo, em síntese para a metrópole.

Chegava a hora de os portugueses investirem nas condições práticas que viabilizaria o lugar, que o potencializaria a ser um centro de apoio e de execução das decisões lusas; com governantes que seriam favoráveis à aplicabilidade do projeto

¹⁵ Sobre a idéia de nacionalização pode-se ler o capítulo do livro “Chocolate, Piratas e outros Malandros”. (In MAXWELL, 1999, p. 89-123).

¹⁶ Sobre o processo de civilização do índio ver: Farage (1991, p. 35-53); Leonardi (1999, p. 98) e Almeida (1997, p.160).

pombalino de ampliação de um fazer político de controle sobre a área de Macapá. Para possibilitar a administração desse projeto, Pombal formulou, como já foi dito, uma legislação rigorosa, denominada “Diretório” para a Amazônia e projetou de seu gabinete todo o caminhar sócio-político e econômico da vila São José de Macapá, a começar pela base social que a sustentaria e daria vida a sua existência.

Sendo assim, instituiu uma política de emancipação dos indígenas, com o objetivo de transformá-los em colonos, bem como estabeleceu um parágrafo em que determinou a formação de aldeias sob domínio leigo, limitando o poder temporal dos missionários; criou e concedeu monopólio comercial à Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, visto que, em sua administração, o referido ministro elaborara uma política comercial bem definida, cujo elemento principal foi a criação das Companhias Comerciais, com capitais privados sob a direção do Estado e detentoras do monopólio das atividades mercantis (SALGADO, 1985, p. 20). Prescrição que tinha por seguro garantir ao Estado Português o controle da produção comercial de todas as colônias, estendendo seus interesses aos mais longínquos lugares, a exemplo da vila São José de Macapá, através da Companhia de Comércio. Porém, ao que parece, acredita-se que a vila de Macapá, entendendo-a aqui como seus ocupantes, deu outro sentido a essas normas e leis que viriam a norteá-la.

Em Macapá, grupos missionários insatisfeitos com as decisões instituídas de ocupação do espaço da aldeia missionária de Macapá por colonos, a princípio não admitiram desabastecer suas aldeias e expedições de coleta em prol do referido projeto português. Usaram, portanto, de artifícios quando foram convocados para fazer a transferência dos casais açorianos de Belém para Macapá. A maneira de os missionários negarem o apoio sem entrar em confronto direto com os administradores passou pelo uso do disfarce, mudando-se o horário de embarque das canoas enviadas para Belém, evitando-se não encontrar autoridade que os obrigasse a conduzir os açorianos para Macapá, astúcia que tinha por interesse proteger um espaço que foi criado pelos jesuítas em meio à adversidade da natureza amazônica.

[...] Aqui achei os povoadores que devem ir para a nova povoação do Macapá, no Cabo Norte; desde que tomei posse até o presente ainda não pude transportar mais do que [...] por falta de remeiros e de

canoas. As religiões que deviam concorrer com as suas [canoas], para me ajudar, mandam-nas vir de noite, com gêneros para o negócio, descarregam-nas logo e ao mesmo instante desaparecem; e quando amanhece não há notícias delas [...] (MENDONÇA, 1751, p. 90).

Parece que entre as estratégias de fora e a opaca realidade de dentro, outras histórias eram escritas, pois de forma fugidia o índio jogava com a ordem local. O descaso, a preguiça, a desconfiança, designada pelos missionários, diretores e colonos como forma de degradar o nativo, soavam-lhes bem como uma arte de fazer, naquele momento, atrapalhando todo projeto de organizá-los em torno de um diretor.

Para desgostar-se um índio destes qualquer coisa basta, e sobeja: basta que o diretor o advirta que trate de fazer a sua casa, onde more; basta que o vigário o admoeste da obrigação, que tem de aprender a doutrina para se batizar; e basta em fim, que lá de si para si chegue a desconfiar de uma ação, ou de um dito, que ele não entende; ao que tudo acresce, que si chega a ver, que adocece, ou morre algum dos companheiros, desconfia então do lugar da povoação, desconfia da qualidade do sustento, desconfia dos remédios, que lhe fazem, e dos que o fazem; e como está posto na povoação, situada na boca do rio, donde desce, sobe a dissuadir os outros, que ficaram. (FERREIRA, 1974, p. 111-112).

A idéia de emancipação dos índios prestou-se como um corolário que só contribuiu para ampliar os desejos de fuga dos nativos, à medida que não houve o devido estímulo no sentido de fazê-los colonos, pelo contrário, foram incorporados como mão-de-obra a serviço dos colonos portugueses, ou como quer Paraguassu de Arruda Câmara ao dizer que os aldeamentos de índios livres funcionavam como vanguarda do modelo de colonização, uma vez que serviam de ímãs para absorção das populações nativas que, nesses locais, perdiam sua cultura e eram incorporadas como mão-de-obra pelo modelo econômico (CAMARA, 1996, p. 584-601). A categoria de prejuízo cultural fica um tanto forçada ao acontecimento como real. É preciso considerar que essa ocorrência de fixar os nativos em aldeias leigas não encontrou aceitação pela totalidade indígena, pois os principais, agora seus chefes diretos, exerceram também fortes pressões sobre seus corpos, semelhantemente à imposta pelos jesuítas. Essa coação sobre os nativos desencadeou uma ação de

fuga entre os indígenas nunca vista pois, “povoavam-se os matos de trãnsfugas, enquanto os lugares de habitação ficavam esmos”, como assim assinala (D’AZEVEDO, 1999, p. 315).

Em Macapá, estas aldeias leigas foram conformadas no sentido de ser um suporte aos colonos que viriam a povoar a vila São José de Macapá e outras vilas, que posteriormente ocupariam a região. Organizadas sob o poder de um chefe, denominado “principal” ou diretor, as então aldeias de leigos seriam agora responsáveis pelo fornecimento de excedentes agrícolas e força de trabalho para os colonos europeus; açorianos, funchalenses e mazaganistas que seriam trasladados a esta vila, e iriam depender da força de trabalho indígena, bem como da produção das terras dos aldeamentos missionários, agora aldeias de leigos. Essa era a condição fundamental para a administração portuguesa na organização de áreas urbanas, como o controle de espaço e de gente a que tanto pretendia Pombal. O que parece certo é que entre os nativos poucos se renderam a essa intenção, levando os portugueses a introduzir o trabalhador africano na região, assunto que será aludido mais adiante.

2.1 A Vila São José de Macapá: seu existir

A transformação dos povoados missionários da Região de Macapá em lugares e vilas nasceu da necessidade de criação de um poder urbano, de uma autoridade político-administrativa sobre as regiões do Norte e Sul do Brasil, áreas especificamente assinaladas por disputas de fronteiras. Nesses espaços geográficos, os investimentos em imigrantes para urbanizá-los estiveram presentes em toda a história do domínio luso no Brasil, pois esse poder político só poderia ser implantado a partir da existência de uma dimensão pública de vida coletiva. Nesse caso, fazia-se imprescindível o conjunto de indivíduos nativos e o traslado de povos das ilhas de Portugal; grupo de pessoas consideradas civilizadas pelos lusos. Esses ilhéus viriam a ocupar a vila São José de Macapá e deveriam ser os esteios de sua formação social e econômica, como assim planejava o ministro da Corte Portuguesa.

Na Amazônia pombalina, a elevação dos povoados e aldeamentos em

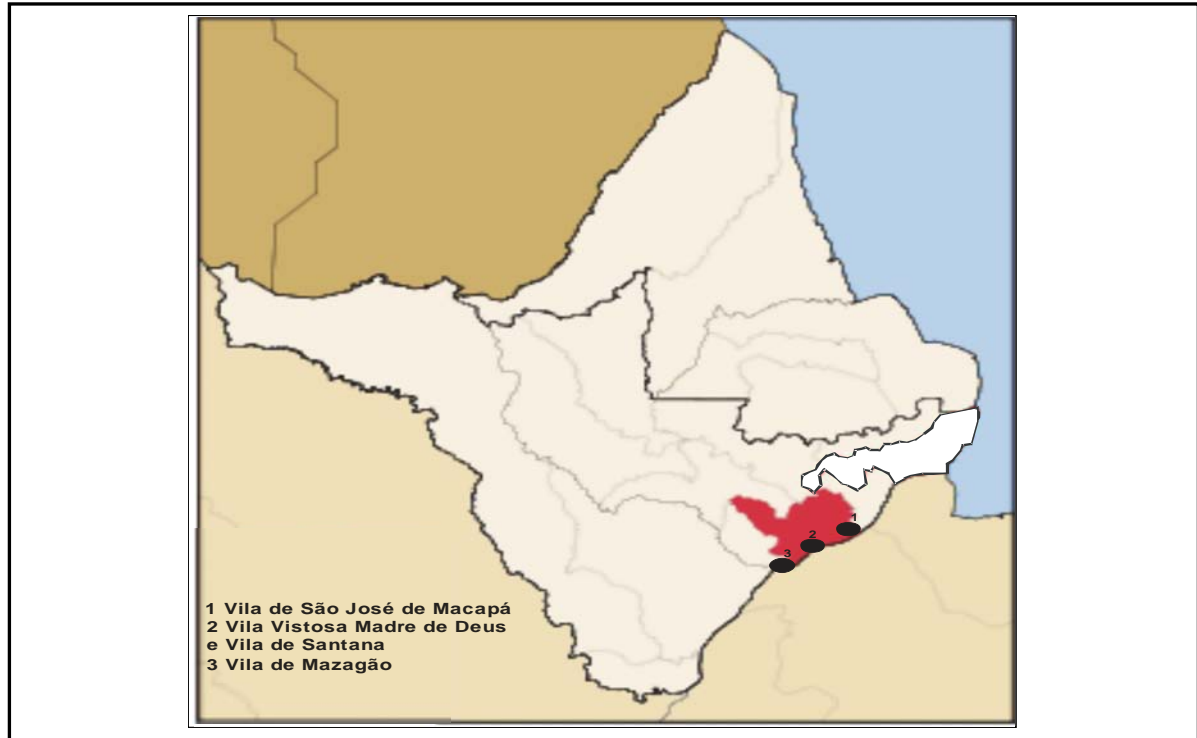
vilas cumpriu esse propósito de organização de um poder de controle das gentes e das fronteiras, atendendo às necessidades da conjuntura, como assim revela Isabella F. Braga Ferreira:

No contexto do regime pombalino, as ereções urbanas fortaleceram-se como atos rituais, inaugurais, de uma nova ordem do Estado do Grão-Pará e Maranhão. A vila, nesse período, passou a representar a síntese do projeto de domínio e controle das gentes e do espaço da reconquista. A idéia pombalina de vila entrecruzou esses dois aspectos: território e gente. A vila tornou-se nesse período um espaço privilegiado da cultura portuguesa, na medida em que pôs em prática os avanços das ciências urbanísticas, até então alcançados por uma escola tradicional de engenharia que, há muito, vinha refinando seus esforços no mundo ultramarino. Além disso, na altura do século XVIII, a urbanização representou a oportunidade de laicizar os espaços, especialmente o da colônia. (FERREIRA, 2002, p. 106).

Foi nessa configuração de laicização e de modificações políticas vindas de fora, que a vila São José de Macapá foi instalada no Cabo do Norte em 1752, quando o Grão-Pará só possuía, além de Belém, apenas três vilas em 1751: Vigia, Cameté e Gurupá. Para atender a essa vontade urbanística de Portugal, no decorrer do governo de Pombal, grande parte das povoações da província do Grão-Pará foi alçada à condição de vilas, sobretudo a vila de Macapá, região de gente nativa e de fugitivos africanos constantemente assediados pela França (ler mapa 03). Mas para dotá-la da cultura portuguesa, voltou-se novamente para requisição de casais de suas ilhas do Atlântico (Madeira, Açores),¹⁷ que, desde a segunda década dos setecentos, eram requisitados por decreto-lei para virem ocupar a Amazônia. Para Portugal, fazia sentido transferir esses colonos, visto que isso solucionaria o problema do controle da densidade populacional do arquipélago açoriano à medida que aumentaria a presença humana diminuta das fronteiras geográficas na Amazônia, ao mesmo tempo, se tornariam os núcleos de colonização e de defesa militar da região. Assegura Fania Fridman, que “essa política de controle português provinha do ideário iluminista de imagem civilizada européia, em que a regularidade significava beleza e progresso – os colonos se ajustariam às novas regras urbanas e

¹⁷ Sobre a presença de açorianos no Grão-Pará, na região Sul e em outros espaços geográficos do Brasil pode-se ler “Açorianos no Brasil” de Vera Lúcia Maciel Barroso (Org.). Nesta obra, encontram-se artigos de diversos autores que se dedicaram a estudar os açorianos em diversas regiões brasileiras (BARROSO, 2002).

de comportamento – e representariam simbolicamente o bom governo” (FRIDMAN, 2004, p. 56).



MAPA 3 - Localização das Vilas de administração portuguesa. Fonte: Atlas Melhoramentos, mapa retrabalhado pela autora, (2002).

Tomando por base essa idéia de progresso, foi nomeado Francisco Xavier de Mendonça Furtado para ser Governador e capitão-geral do Grão-Pará e Maranhão por decisão administrativa de seu próprio irmão Marquês de Pombal. Seu governo teve por incumbência colocar em prática a política de controle português para a Amazônia, sem sombra de dúvida, para a vila São José de Macapá. Após ter assumido o governo de Belém, Mendonça Furtado acatou e cumpriu em seguida um dispositivo legal por ordem do rei D. João V, em 1752, de distribuir colonos pelas vilas do Grão-Pará. Nessa década de cinquenta dos setecentos, a vila São José de Macapá recebeu o primeiro núcleo de colonos transladados de Portugal, casais açorianos que foram encaminhados a essa vila sob a supervisão inicial dos padres da Companhia de Jesus¹⁸. Esse intento lusitano forçou os açorianos a viver e a

¹⁸ Até então, Macapá além de possuir um destacamento militar instituído desde 1738 (NASCIMENTO, 2005), era um reduto importante das Missões Jesuítas, porém as localidades de missões que estavam em lugares estratégicos foram transformadas em vilas, na administração de Mendonça Furtado e com emprego das leis do Diretório. Os demais lugarejos, deslocados de lugares de importância geofísica, foram transformados em povoações indígenas, administrados por um principal. Vide (D'AZEVEDO,1999).

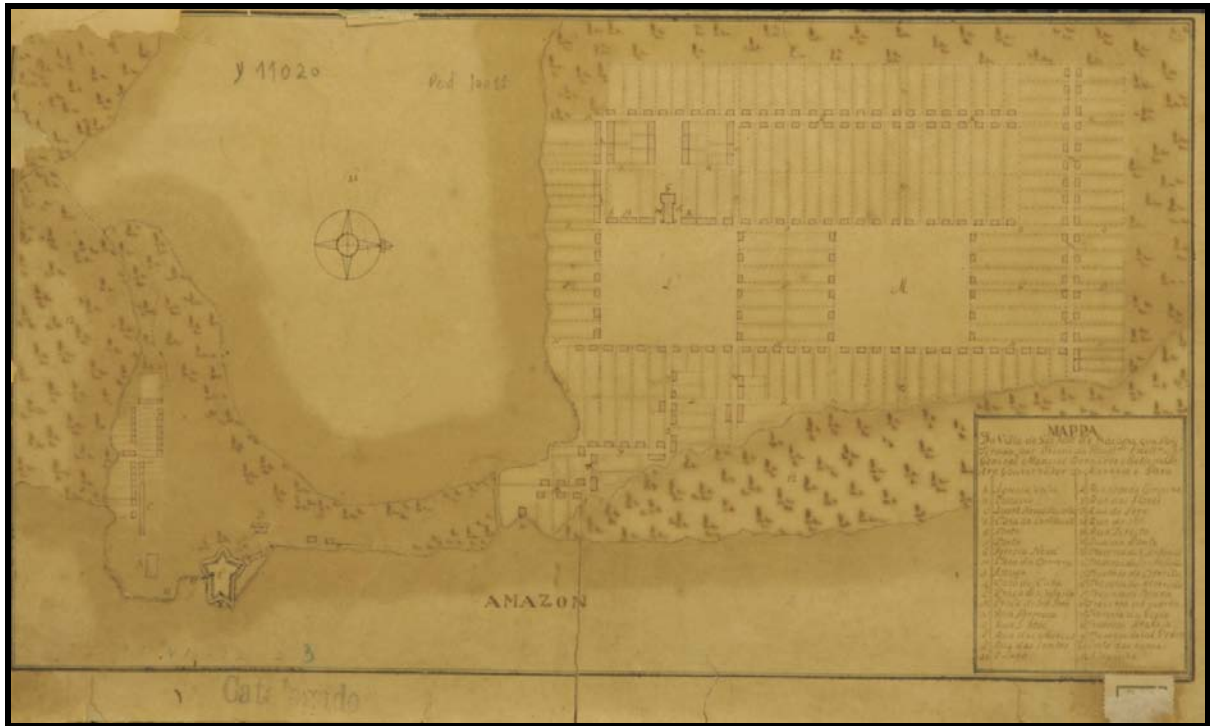
esconder o estatuto de dominados, de colonos, em uma região alheia.¹⁹ Surge, oficialmente, a vila São José de Macapá, um lugar estratégico, criado por um ato de fazer próprio do ministro Marquês de Pombal, que o prescreveu juridicamente visando assegurar os interesses portugueses na mencionada região.

A transferência dos açorianos aparece, em um primeiro momento, como planejada e organizada, como quer Roberta Marx Delson, ao tentar “destruir o mito da falta de planejamento para as cidades do Brasil colonial” (DELSON, 1997, p. 11), visto que se lê nas crônicas da época que foi encarregado um desembargador Ouvidor²⁰ (João da Cruz Diniz Pinheiro) para o “traçamento das ruas e demarcações do Termo, e de assinalar terreno para as plantações dos povoadores ilhéus açorianos a quem a Corte facilitará e dará meios de transportes” (BAENA, 1949, p, 160). Após cinco meses, o governador Mendonça Furtado visita a localidade para ver o andamento de seu programa de intervenção e relata: “A povoação está muito bem situada em um sítio um pouco eminente com larguíssima vista, excelentes ares, e iguais águas” (REIS, 1993, p, 153).

A idéia de ordenação, a partir do esquadrinhamento da vila, deixa ver uma organização no planejamento do espaço geográfico urbano, bem como, no discurso de Mendonça Furtado, ao dizer que o lugar definido para edificar a vila era saudável e ecologicamente favorável em águas e ar puro (Ler mapa 2). O que vem a se contrapor quando pensamos a vila como um conjunto do fazer coletivo, do “lugar do Homem”, uma “cidade plural”, como se refere Sandra Jatahy Pesavento ao dizer que “sendo a cidade por excelência, o “lugar do homem”, ela se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados” (PESAVENTO, 2002, p. 9), pois o grupo de colonos trasladados das Ilhas dos Açores, colônias de Portugal, fixou-se em condições extremamente precárias, sem as mínimas condições, sem nenhuma infraestrutura para acolhê-los.

¹⁹ Já em 1615, o governo português apela para a Igreja através dos Jesuítas e para os Açores, através de decreto real, requisitando casais para vir conquistar a região amazônica, prometendo-lhes em troca uma nova vida num novo mundo. A intenção da Coroa era controlar a densidade populacional do arquipélago açoriano, mas também dar aos habitantes das nove ilhas melhores condições de sobrevivência no Novo Mundo, já que as ilhas eram constantemente assoladas por terremotos e erupções vulcânicas; saqueadas por piratas e corsários de todos os lados e por pragas que arrasavam as suas lavouras, causando mutações na economia local e transtornos às famílias. Mas, por outro lado, também queria garantir na região Amazônica a consolidação do domínio português e a fixação das fronteiras geográficas, quer assegurando a defesa do litoral, quer organizando núcleos de colonização no Pará. Vide Rosa Elizabeth Acevedo Marin e Ananias Alves Martins, (In BARROSO, 2002); (RODRIGUES e MADEIRA, 2003).

²⁰ O ouvidor geral, cargo que remonta às origens do Governo geral, imbuído de um sem-número de competências e atribuições encontrava-se munido de poderes invejáveis, segundo legislado no livro I das Ordenações Filipinas (SOUZA, 2006, p. 79-97).



MAPA 4. Vila São José de Macapá. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 10.05.2218, S/D. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.03.2008.

Para esse lugar, sem as condições necessárias a uma boa moradia, sem médico, sem uma farmácia e sem remédio, foi enviado, em 1752, primeiramente um grupo de oitenta e seis moradores, composto de apenas mulheres, crianças e velhos.²¹ Aos poucos, outros grupos foram sendo transferidos para o referido povoado, completando o número de quatrocentas e trinta e duas pessoas que ocupariam a vila São José de Macapá. Os açorianos foram inicialmente levados para a região onde tinha existido a antiga fortificação de Santo Antônio (CASTRO, 1999, p. 83), ou acomodados num pequeno lugar encostado à muralha da fortificação (ACEVEDO MARIN, 1999, p, 64). Ambas as formas de relatar deixa claro que os colonos foram praticamente despejados, pois se entende que seus alojamentos não foram previamente organizados. Os colonos ficaram à espera de que fossem encaminhados para seus sítios, nos quais junto aos índios e escravos construiriam suas casas. Posteriormente, os colonos foram transferidos para suas

²¹ A presença de pessoas idosas aparece aqui como contraditória visto que o decreto real de 1615 requisitava que a escolha de casais fosse seletiva e não deveria aceitar qualquer cidadão que desejasse se alistar. A preferência era para os casais com filhos jovens ou em fase de procriação e para as mulheres donzelas, jovens e solteiras que desejassem constituir família. Era desta forma que a coroa portuguesa pretendia garantir um povoamento de qualidade na região, já que a intenção da coroa era a de que essa primeira corrente migratória fosse definitiva e pudesse iniciar um processo de miscigenação em cada parte do novo território. Vide (MARQUES, 2008).

terras, loteadas nos arrabaldes da área demarcada para a edificação das instituições públicas: Igreja, pelourinho, cadeia, hospital e a sede do poder administrativo.

De posse de seus sítios, que equivalia à condição e status de cada colono, cuidaram em construir suas casas (tajupares), moradias construídas artesanalmente, feitas de madeira e coberta de palha, muitas vezes, de frágil constituição, como é natural para os menos aquinhoados nessa região até os dias atuais. Paralela a essa atividade, os colonos foram fazendo inicialmente plantios que os abastecessem de alimentos diários. Quando esses colonos já se achavam trabalhando ativamente nos seus terrenos e nas suas roças, plantando arroz mandioca, milho, melancia, procurando melhorar as condições de pobreza em que se encontravam na vila de Macapá, neste entretempo, inconvenientes os surpreenderam: multiplicaram-se as ameaças de dentro e foram atacados por uma epidemia.

A povoação desassistida de médico e pela falta de remédio viu-se em pânico, a notícia se espalhou. O acontecimento chegou rapidamente aos ouvidos do governador Mendonça Furtado que se preocupou e logo viajou para a vila: “[...] ali chegava inesperadamente [...] seguira em canoa com destino a nova povoação, porque fora informado que uma epidemia acossava os colonos” (VIANNA, 1905, p. 279). O oculto veio à tona como “fonte do inesperado, do imprevisível, do acontecimento que atenta contra os seres vivos e contra o curso natural das coisas” (BALANDIER, 1997, p. 97). Vê-se, aqui, que as contradições foram aparecendo, deixando os colonos na incerteza sobre o existir da vila de Macapá; porém, sem possibilidade de retorno à terra natal, foram os colonos reorganizando a vida mesmo diante da desordem.

O governador do Estado do Grão-Pará, Mendonça Furtado, chega a mandar fazer uma vala “de despejo ao lago junto à vila da parte do Norte que é um manancial de moléstias porque secando no verão infecciona os ares o seu podre lodaçal de que originam malignas e sezões” (BAENA, 1969, p 160). Aqui, o construir de um canal parecia trazer de volta o ar puro, sentido pelo governador em sua visita anterior à vila. Era preciso dar qualquer jeito, mas o projeto de seu irmão e ministro da corte portuguesa não podia perder a cor. Entretanto, como revela Raquel Rolnik, “o que é de mais forte e poderoso atrás da idéia de planejar a cidade, é sua correspondência a uma visão da cidade como algo que possa funcionar como um mecanismo de relojoaria, mecanicamente” (ROLNIK, 2004, p. 55). É diante do

imprevisível e da desordem que começa a se constituir a vila São José de Macapá. Uma desordem que envolveu colonos, governantes e o ambiente natural da região em um laço de que ambos tentaram se libertar.

A localidade escolhida para a vila ficava à margem do rio Amazonas, onde a água do rio formava um lago entre duas partes altas de terra – a parte direita foi destinada à fortificação e a esquerda ficou reservada para o traçado das ruas. Esse lago denominado ressaca (baixada que recebe influência da maré; ora enche de água, ora seca, retornando ao rio), era o caminho de comunicação entre a fortaleza e a vila, através do uso de barco, mesmo nos meses de verão (Ler mapa 5).



MAPA 5: Lago entre as terras altas, onde se planejou e foi erigida a fortaleza “São José de Macapá” e a vila “São José”, também planejada para ser construída em um lugar mais elevado. O lago era uma baixada entre ambos os projetos. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEx – Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 11.03.2327.

A área urbana planejada, ainda que em terras altas, era de solo úmido e acumulava águas paradas, propiciando doenças. Recorda-se, aqui, o discurso de Frei Vicente de Salvador que reforça Holanda, quando diz que os portugueses costumavam viver “arranhando as costas litorâneas como caranguejos” (HOLANDA, 1995, p, 107). Quanto à desorganização, assevera Georges Balandier que a

degradação (a desordem) alimenta a necessidade de mudança (BALANDIER, 1997, p. 75). Sendo assim, ver-se-á que a falta de um planejamento que tomasse em consideração a experiência dos fragmentos humanos, inclusive do homem da floresta, como parte agora desse coletivo levará à desordem e ela se multiplicará pondo em risco as ordenações prescritas à distância pelo gabinete português.

Com relação ainda à moradia, os colonos mais especializados, a exemplo do médico ou dos colonos de maior posse, recebiam casas feitas de adobe (Ver imagem I), tijolo de fabricação manual ou taipa de pilão,²² a maioria bem revestida e caiada, já o administrador e comandante militar, aposentos de tijolos e telhas. Considerando aqui, que as notícias sobre as edificações em alvenaria, só vão ser evidenciadas para os militares de alto escalão: quando em 1753, um ano após a chegada dos açorianos – “o governador da província [Estado] do Grão-Pará manda construir na recente vila de Macapá, quartéis para certo número de tropas” (BAENA, 1969, p, 160). Nesse contexto, pode-se apreciar que a fundação da vila São José de Macapá parece estar marcada, até então, pela organização de vários grupos sociais, a dos colonos, dos índios, dos funcionários e dos militares e administradores (militares de patente).

Assim é que o sentido do surgimento da vila, a partir de uma lei ou de uma pedra fundamental dada pela historiografia factual, parece despressurizar-se. Talvez fosse melhor dar-lhe sentido a partir das pedras, madeiras, tijolos e da tinta, que lhe deram forma e cor, porque se poderia chegar a quem as poliu, quem as mudou de lugar e quem as deu cor e quem nelas se abrigou. Mais importante que tomar o ato de fundação da vila é apreciar quais os modos de operação ou esquemas de ação que foram criados para a construção da vila e da fortificação. Desse modo, chegar-se-á tanto aos “produtores do espaço” quanto aos “consumidores desse espaço”; aos homens e mulheres, africanos, indígenas, colonos e militares que constituíram sua vida nessa vila, que se pretendia de enquadramento, designada de fora. Caberia, nesse caso, indagar como estes

²² A taipa de pilão é um sistema rudimentar de construção de paredes e muros. A técnica consiste em comprimir a terra em fôrmas de madeira no formato de uma grande caixa, onde o barro a ser socado recebe para obter uma maior consistência sangue de boi e óleo de peixe. Essa técnica é usada para formar as paredes externas e as internas. Os Adobes são tijolos de terra crua, água e palha e algumas vezes outras fibras naturais, moldados em fôrmas por processo artesanal ou semi-industrial. Amassados pelos pés, certamente por índios e africanos, modulado em um único tamanho, os quais eram colocados em paredes entrecruzadas de madeiras planejadas para recebê-los, de forma que o tijolo acoplava bem nos espaços deixados entre os cruzamentos de madeira. Após o enchimento da parede, ela era rebocada e caiada. Vide Técnica Construtiva do Brasil-Colônia (AZAMBUJA, 2008).

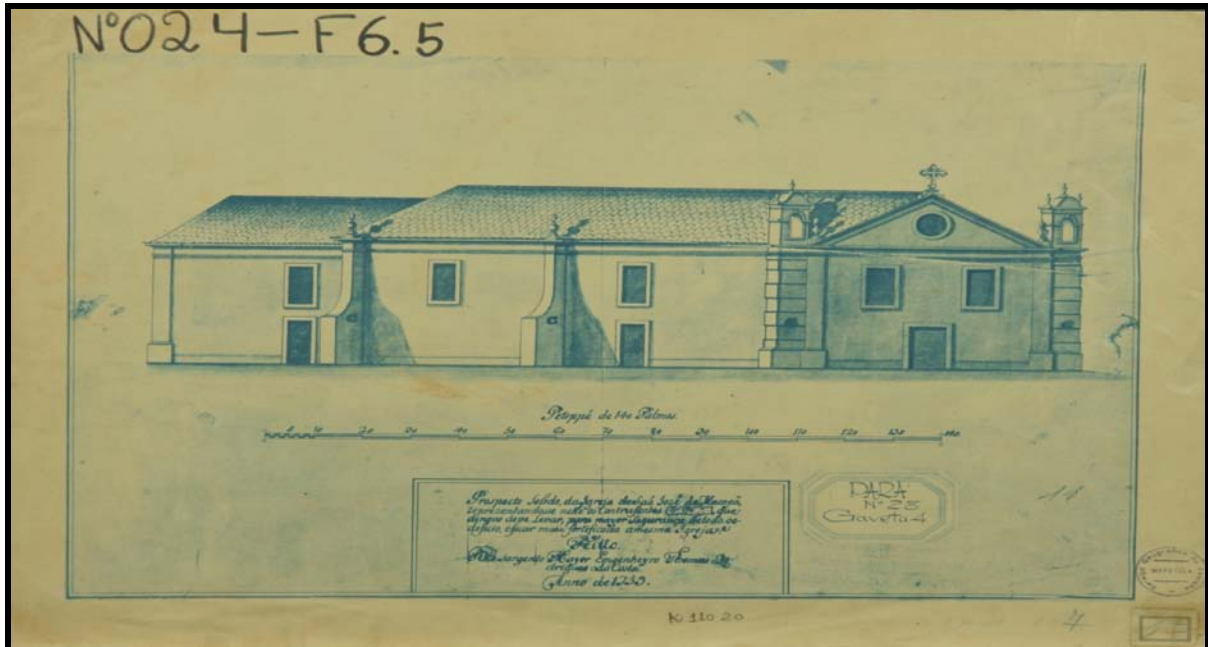
sujeitos coletivos jogaram com essa ordem, da qual não poderiam escapar.



IMAGEM I: Fotografia atual de uma casa construída no final do século XVIII, provavelmente entre 1770-1775 em Mazagão Velho, terceira vila a ser criada na Região de Macapá depois da vila São José de Macapá, em Tijolo de adobe, técnica construtiva bastante usada na segunda metade do século XVIII. Fonte: Arquivo particular da autora (2006).

O fato é que o interesse urbano centrou-se mais na defesa, que mesmo no progresso e desenvolvimento da vila ou nas melhores condições que tanto afirmava a coroa quer dar aos colonos imigrantes. Os olhos dos produtores de fora e de dentro da vila São José de Macapá se voltaram para a fronteira, onde os franceses não paravam de agir. Para esses produtores, era preciso uma intervenção séria nesse espaço, que deveria se dar através da vila como centro de aplicabilidade desses investimentos, que não seria só no seu progresso, na sua economia, mas, também, na segurança da região de Macapá. Desse modo, o projeto principal tornou-se a construção da Fortaleza de São José, em detrimento, inclusive, da edificação do signo da fé (Ver mapa 6), que só se concretizou em 1773, vinte um anos após a implantação da vila. Mesmo assim, sua estrutura física não revelava que seus construtores haviam seguido a risca a planta original da igreja, provavelmente por falta de recursos, já que estes eram destinados com mais urgência para a obra militar (Ler imagem II). Assim sendo, a fortaleza se constituía na força emblemática da vila, a tal ponto que sua enunciação parecia mágica, seu

nome fazia com que se evocasse todo o processo mais amplo que comportava e configurava a vila.



MAPA 6: Planta da Igreja São José de Macapá, porém modificada no decorrer do continuum histórico. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 11.01.2251, S/D. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.06.2008.

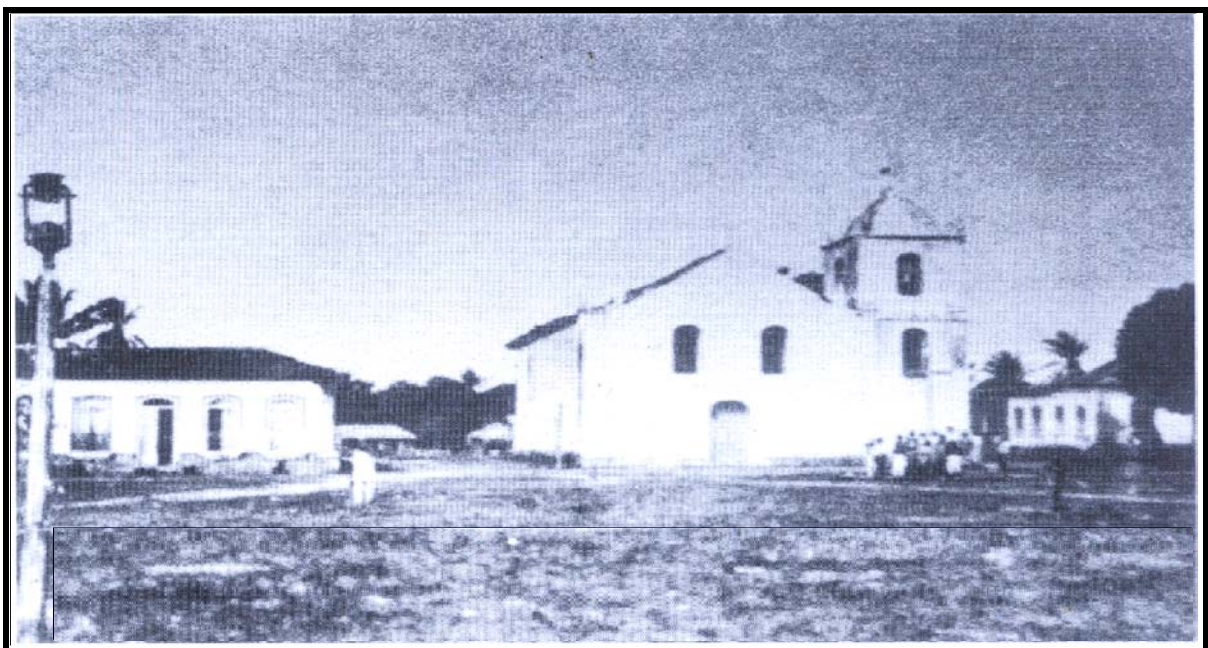
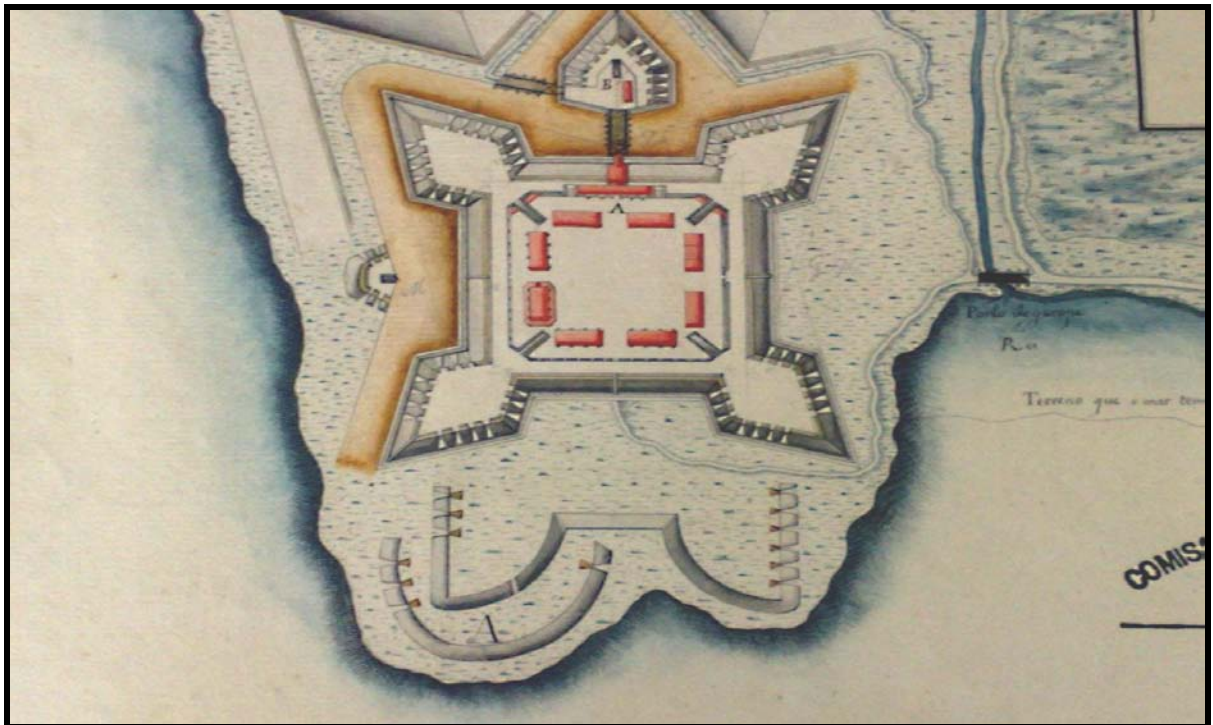


IMAGEM II: Fotografia da Igreja edificada (Fotografia do ano de 1910). Pode-se perceber que sofreu modificação no seu projeto arquitetônico anterior; foi construída com uma única torre e sem os pilares de sustentação. Ao lado, a câmara administrativa da vila São José de Macapá. Fonte: Arquivo público do Museu Terras de Fronteiras -PA.

As contribuições oferecidas por Renata Malcher de Araújo, em sua tese de mestrado “As cidades da Amazônia no século XVIII. Belém, Macapá e Mazagão”, deixam revelar uma fixidez teórico-metodológica ao pensar o “fazer das cidades” no Macapá como um encargo do serviço público, cidade produzida por engenheiros militares, e oficiais da justiça e da fazenda. Essa visão reafirma os objetivos e interesses lusos, desse modo, essa postura escamoteia a “cidade vivida” e valoriza a real, aquela que os produtores portugueses priorizaram a exemplo da Fortificação de Macapá, como a força emblemática que representaria a vila São José de Macapá. Porém as coisas miúdas da vila vão soar contrárias a esse saber singular (Ler mapa 7).



MAPA 7: Planta da Fortaleza de São de Macapá. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEX. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 11.03.2327, S/D.– Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.06.2008.



IMAGEM III: Fotografia atual da Fortaleza de São José de Macapá. Em primeiro plano, as pedras em estado bruto, ainda existente na região do Amapá, que foram utilizadas para a construção das muralhas do forte, vistam aqui no segundo plano. Fonte: Arquivo da jornalista Dulcivânia Gomes Freitas.

Essa insígnia maior de poder já lançava suas muralhas entre o rio Amazonas e as terras da vila, imponente diante de seus produtores e desalmada, para com seus consumidores. A fortaleza São José de Macapá erguia-se como uma obra faraônica, mas, à medida que cresciam suas muralhas (ver fotografia III), deixava-se ver como um monstro devorador de homens, semelhante ao mito do “minotauro”, da lenda Grega, que a cada ano devorava sete belos rapazes e sete belas moças. A edificação dessa obra consumia cada vez mais força de trabalho, fosse ela escrava ou compulsória, chegando a absorver 2.598 índios e 2.394 africanos²³ anualmente; gerando uma crise de abastecimento na vila e mal-estar entre os colonos, pois eles eram pressionados a ceder seus escravos para os serviços da fortificação, bem como de abastecer a força vital desses sujeitos sociais, de forma que assegurasse o andamento dessa construção. Quanto aos índios, Roberto Monteiro de Oliveira enfatizar:

²³ No artigo “Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial” de Rosa Elizabeth de Acevedo Marin e no artigo “Abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas” de Nírvia Ravena, esses dados de 2.598 índios e 2.394 africanos são apontados como um quantitativo de escravos itinerantes no decorrer de onze meses nos canteiros das obras de construção da Fortaleza de São José. Segundo Acevedo Marin, eles pressionaram, de forma especial, o abastecimento de alimentos para vila de Macapá. (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 44; NÍRVIA.1998, p. 45).

A mão-de-obra empregada na construção desta grande fortaleza foi buscada nos mais longínquos pontos da Amazônia. Principalmente do Amazonas, Rio Negro e Tocantins foram descidas nações indígenas inteiras para trabalhar na construção dessa fortaleza que na verdade pelas interações, relações e conseqüências sociais e econômicas que causou é um marco bastante expressivo da construção do território brasileiro na Amazônia (OLIVEIRA, 1997, p. 167).

Faltou a Roberto Oliveira acrescentar que além dos índios, corpos africanos também foram evocados para compor esse espaço de sociabilidades, nesse processo de transformação da região de Macapá. Nomeados “negros escravos” como uma forma de aviltar e retirar de seus corpos o direito e a condição de africanos livres, esses sujeitos sociais foram trazidos de longa distância, como os mandingas e os benguelas, para compor a força de trabalho que daria sustentação à vila, signo civilizador luso.

Esses trabalhadores cativos foram usados na construção civil, especificamente para edificação da Fortaleza de São José de Macapá e para produção agrícola realizada pelos colonos. Esta última em menor quantidade, pois a maior parte dos colonos portugueses vindos das ilhas de Açores, Madeira, transladados para a região de Macapá eram lavradores, e, quando possuíam escravos, eram no máximo dois. Trazidos de territórios africanos, esses cativos foram chegando à vila de Macapá e fazendo-se presentes na vida social dos que aqui se achavam, como veremos a seguir.

2.2 Corpos Africanos São Evocados a ser “Negros Escravos”

Para a historiografia regional, a segunda metade século XVIII constitui um marco importante no que diz respeito à entrada de africanos no Pará. Essa idéia está associada à política macroeconômica de Marquês de Pombal. Preocupados com a classificação numérica dos africanos, os autores vão se dedicar em evidenciá-los a partir da década de 50, dos setecentos, quando a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e do Maranhão se tornou responsável pela entrada de africanos, nomeados agora pelos senhores escravocratas e pelos senhores do

tráfico de “negros escravos”.

Esse é o momento em que o registro de entrada foi mais rigoroso em função de esse sujeito social entrar na condição de mercadoria, “coisa”, como nomeia Jacob Gorender,²⁴ que seria negociada no porto de Belém. Essa idéia adotada pela historiografia retorna ao discurso que legitima o surgimento da vila de Macapá, às leis que a instituíram e, a partir dela, tudo eles fizeram emergir, como se o existir de uma vila dependesse tão-somente de documentos administrativos. Não resta dúvida de que a entrada legal da mão-de-obra africana ocorreu no conjunto das leis pombalinas, que nomeou e produziu a vila e seus trabalhadores, mas esse acontecimento não é, por si só, constituidor da presença africana em Macapá e no Cabo do Norte.

Trilhando caminhos estatísticos, a autora Kátia de Queiróz Mattoso em sua obra “Ser Escravo no Brasil”, preocupou-se em registrar a presença africana no Estado do Maranhão e Grão-Pará,²⁵ através de dados quantitativos. Sobre o percentual de entrada de escravos no mencionado Estado, assinala a autora que foram 508 entre 1692 e 1698 no Pará e no Maranhão, porém, na maioria dos casos, todos os escravos trazidos ficavam no porto do Maranhão (QUEIROZ, 1988, p. 32). Essa partilha desigual foi motivo de grandes queixas dos colonos do Pará e de diferenças políticas entre ambas as regiões; evidencia-se, neste exposto, que menos de 254 escravos entraram no Pará no decorrer de seis anos²⁶.

Adentrando o século XVIII, de 1702 a 1721, mais 700 “escravos” foram desembarcados no porto do Maranhão. Nesse caso, no decorrer de 19 anos, entraram 350 escravos, uma média de 26 ao ano em cada território administrativo, caso tenha ocorrido a repartição eqüitativa entre os dois colégios. Partindo desses dados classificatórios, José Maia Bezerra Neto, em seu trabalho: “Escravidão Negra no Grão-Pará”, afirma também que a cifra de cativos traficados entre África e a Amazônia foi bastante modesta, nesses quase 30 anos, entre um século e outro, até a criação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, instituída legalmente por iniciativa do Marquês de Pombal, em 1755 (BEZERRA NETO, 2001, p. 23).

²⁴ Conceito atribuído por Jacob Gorender ao compreender o escravo como uma mercadoria sujeita e idêntica às relações de compra e venda de uma coisa no mercado. (GORENDER, 1985, p. 49-58).

²⁵ Até 1620 as terras do Norte estavam sob as ordens do governo Geral do Estado do Brasil, a partir de 1621, recebem a jurisdição de Estado do Maranhão e Grão Pará (1654). Posteriormente, Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751), pela importância econômica do Pará. Logo após se desmembra do Maranhão e se torna o Estado do Pará e Rio Negro até (1772). Vide Baena (1969) e Santos (2002, p. 38).

²⁶ Sobre a desigualdade na partilha dos africanos pode-se consultar o *Livro Grosso do Maranhão*. v.1, p. 225-8 e v. 2, p. 53-4. Nesse mesmo livro ver Annaes, p. 119-120.

O uso limitado das fontes estatísticas leva-nos a um resultado canonizado, a uma verdade intocável, como se o tráfico de africanos tivesse ocorrido rigorosamente dentro dos padrões oficiais; só através de licenças concedidas pela administração régia e por meio dos contratos, portanto, com registros legais de entrada nos portos de desembarque. Essa metodologia obscurece outros caminhos travados no decorrer dos acontecimentos, posto que outras formas de tráfico existiram; por vias particulares, transferências e por arranjo clandestino²⁷. É na existência de um movimento de fugas constantes e na organização de mocambos numa área de floresta densa que se crer que ocorreu a entrada de escravo fora da lógica legal no Grão-Pará, e, provavelmente, em Macapá, conseqüentemente, sem registro que os inscrevesse como escravos chegados pelas Companhias aos portos.

Portanto, alguns fragmentos de crônicas da época podem reforçar essa possibilidade de entrada de africanos fora da lógica comercial. O livro de Daniel Kidder “Reminiscência de viagens e permanências nas províncias do norte do Brasil” relata que, em 1637, a expedição de Pedro Teixeira, que subiu o rio Amazonas, era composta de sessenta soldados, mil e duzentos nativos, entre canoieiros e arqueiros, além de mulheres e escravos (KIDDER, 1951, p. 194). Outro exemplo encontra-se no livro de Padre João Felipe Bettendorff: “Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão”, onde ele registra que, em 1680, o padre Pero Poderoso do Brasil repartiu alguns escravos, que foram “comprados com dinheiro das missões entre os dois colégios, Maranhão e Pará” (BETTENDORFF, 1910, p. 329).

Outro exemplo pode ser lido nas leis prescritas no Regimento das Missões, destinado ao Pará, pois uma ressalva merece atenção, quando no parágrafo lê-se assim: “[...] que fossem livres todos os gentios e os mestiços índios de qualquer condição, só excetuando os oriundos de mãe africana escrava” (D’AZEVEDO, 1999, p. 284). Mais um fato pode ser apreciado: “Em 1709, José Cunha D’êça, face à morte de seus escravos africanos, quando não fugiam pelas matas, havia requerido à Coroa e obtido a devida autorização régia para “resgatar” 120 cativos índios nos sertões da Amazônia, além da preferência na aquisição de 20 negros que viessem no primeiro navio, que os trouxesse por conta da fazenda real, caso contrário seus “copiosos canaviais”, em seu engenho no distrito de Belém,

²⁷ Mais detalhes sobre outras formas de tráficos de escravos pode se ler em: Salles (1988, p. 13-64; e em Bettendorff (1990).

havam de ficar inaproveitáveis” (D’AZEVEDO, 1999, p. 65).

Anúncios também podem ser lidos e fortalecem o pensamento exposto como as denúncias de africanos fugidos, feitas por missionários jesuítas e capuchos no ano de 1732. “Os capuchinhos *reclamavam que seus escravos haviam passado para Caiena*” (GOMES, 1999, p. 227). Essas denúncias põem em xeque uma única via de entrada de escravos no Grão-Pará, deixando a premissa de uma estimativa numérica de entrada de escravo a desejar, bem como revela que a presença de mão-de-obra cativa na região do Grão-Pará e no Cabo do Norte, ocorreu desde os tempos das conquistas coloniais, motivo pelo qual, em 1731, os missionários reclamaram por seus escravos fugidos, e, em 1732, já existia um tratado internacional assinado pelas duas coroas (Portugal e França), acordando sobre a devolução de africanos fugidos de forma recíproca; assim como já existiam, em 1734, no início do século XVIII, mocambos nas terras de Macapá, bem próximo às terras que seriam demarcadas para tornarem-se a vila São José de Macapá (SALLES, 1988, p.221).

Arthur Cezar Reis, como já se fez menção, revela a presença africana em Macapá, desde os primórdios do século XVI, trazidos por ingleses e holandeses. Crê-se que esses africanos não foram tão passíveis no momento de confronto entre os lusos e ingleses e eles sabiam muito bem aproveitar as situações e tirar dela possibilidades de ganho, visto que os africanos não desconheciam a existência de mocambos de índios, fugidos dos maus tratos dos colonos portugueses e até mesmo das missões. Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua obra “Viagem Filosófica ao Rio Negro”, faz menção da existência de mocambos de índios, razões que implicaram leis que infligia a prisão e o uso de calçetas, como assim assinala:

[...] que pois lhe era presente o prejuízo graves ao serviço de Deus e de Sua Magestade, de internarem-se pelo mato, e formarem neles mocambos os índios estabelecidos e moradores das povoações [...]; para atalhar tão grave prejuízo, ordenava, que dentro do tempo de dois meses se recolhessem às suas povoações os índios, que andassem ausentes delas por malícia e vontade sua; sob pena de serem presos em calçetas por tempo de três meses [...] (FERREIRA 1983, p. 113-115).

Mesmo considerando a presença do africano a partir de sua entrada

oficial na região, o conjunto de documentação existente sobre a entrada de africanos no Pará, durante o período da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, não permite um resultado estatístico confiável, em função de os registros apresentarem-se em forma mais de estimativas discursivas que propriamente numéricas, dificultando-se uma classificação do percentual de entrada de trabalhadores africanos.

Sobre a entrada de mão-de-obra africana nesse período, pode-se considerar que ela existiu desde que os colonizadores europeus, ao perceberem essa região como exótica aos seus olhos, fizeram-na de seus interesses, inclusive de disputas entre eles. Entre a insistência de povoar (franceses e ingleses) e a de expulsar seus inimigos (portugueses), foram chegando lentamente os africanos. Concorreram também para a entrada desses sujeitos sociais, os missionários e os viajantes que por aqui passaram. Varnhagen se posiciona em seus escritos dizendo: “Em nosso entender, os escravos africanos foram trazidos para o Brasil desde a sua primitiva colonização; e naturalmente muitos vieram, com seus senhores, a bordo dos primeiros navios que aqui aportaram [...]” (VARNHAGEN, 1905, p. 222).

Adentrando, agora, nos acontecimentos que deixaram mais visível a entrada africana em Macapá, dar-se-á mais sentido em perscrutar como se deu essa operação de entrada de mão-de-obra escrava. Estabelecidos os colonos, a economia que se implantou foi a rizicultura (cultivo de arroz). Esse produto correspondeu às necessidades de abastecimento do mercado interno (e externo), uma vez que esse produto também fazia parte da dieta alimentar da população e servia para o pagamento das tropas, em especial quando ocorria escassez da farinha de mandioca; este último produto era mais apreciado que o arroz pela população trabalhadora.

Com os colonos, que vieram da ilha de Açores – situada no litoral do Estado Português, onde outras ilhas lhe pertenciam, como: Madeira (Funchal) e Cabo Verde, a documentação silencia sobre a presença africana em condição de adquiridos ou comprados, dando um ar de quietude à vila, até as vésperas de 1765. Após treze anos de sua existência, nenhum incômodo se fazia notar, deixando-se entender, que com eles não vieram trabalhadores submetidos ao cativeiro. A produção agrícola dos colonos, no caso dos que tinham maior posse, aparece sendo realizada pelos nativos que até então não haviam empreendido nenhuma manifestação; a “paz” parecia reinar. Mas onde há silêncio, omitida está também

uma fala, portanto grande suspeita, conseqüentemente, julga-se como certo que pode existir aí um desejo, um discurso oculto que espera apenas o momento oportuno para manifestar-se como quer James C. Scott em seus escritos sobre “Los dominados y el arte de la resistência” (SCOTT, 1990, p. 39/40).

É bem verdade que Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará, implantou uma aldeia de leigos em 1753, denominada vila de Sant’Anna, às margens do rio Matapi, justamente para assistir de mão-de-obra os colonos da vila de Macapá, inclusive entregue a um leigo, Francisco Portilho de Mello, para atender inicialmente aos açorianos. Para responder à referida necessidade, Mendonça Furtado transforma esse indivíduo, acusado judicialmente pelas suas práticas arbitrárias, em um indivíduo benfeitor.

Dar-se a conhecer aqui que Francisco Portilho era um apesador particular de índios, e vivia sendo procurado pela justiça do Grão-Pará como traficante de silvícolas. Mas a falta indispensável de mão-de-obra para a construção da vila fez com que o governador do Grão-Pará retroagisse à sua decisão de prendê-lo e o chamasse a um acordo. No contexto sócio-político ocorre aqui uma aproximação entre campos de poderes adversos e praticamente impossíveis a um ajuste. Porém, os diferentes aqui se atraem, em prol de um interesse, conquistar mão-de-obra para garantir o existir humano dos produtores e para a edificação dos prédios públicos da vila São José de Macapá. Por extensão, o governador lhe propôs o perdão pelos seus atentados contra a liberdade dos indígenas e ainda lhe ofereceu o título de administrador da vila de Santana, em troca de ele fixar um descimento de índios que servissem de mão-de-obra para os colonos açorianos (REIS, 1969, p. 64).

Não se pode deixar de revelar, para melhor compreensão deste trabalho, que a implantação das vilas e dos aldeamentos leigos, modificou em parte, o modo de viver dos missionários; eles perderam o poder temporal que exerciam no espaço social de Macapá, e passam a assumir apenas o poder religioso. Nírvia Ravena, em seu artigo “Maus Vizinhos e Boas Terras”: Idéias e Experiências no Povoamento do Cabo do Norte, analisa a transformação das missões em aldeamento leigo como um golpe final ao domínio missionário por estabelecer a inversão de autoridade, visto que, na implementação desse projeto à “autoridade religiosa era submetida a autoridade leiga” (RAVENA, 1999, p, 84). Não se pode tomar como verdadeiro uma ação de aniquilamento da presença de missionários nessa região, sabendo-se que

existiam várias ordens religiosas contrárias ao papel desempenhado pela Companhia de Jesus, e, por não serem simpáticas as práticas aplicadas por essa ordem, já exerciam somente as atividades espirituais, a exemplo da Ordem do Carmo, que permaneceu atuando conforme os interesses das leis pombalinas (CARVALHO, 1998, p. 168-169).

Pois bem, com essas medidas prévias, acreditavam os portugueses que tudo estava resolvido para principiar a fixação dos colonos na vila de Macapá, já que eles haviam transformados os índios em mão-de-obra livre e os colocados ao lado dos colonos europeus para comporem a população dos povoados, assim como reduzidos os jesuítas unicamente às práticas religiosas, pois eles dariam o consolo espiritual aos seus habitantes. Certos de que essas ações eram dignas de créditos, e elas por si só garantiriam o caminhar da vila São José de Macapá, de modo que esse espaço urbano, não encontraria mais obstáculos para seu processo de desenvolvimento sócioeconômico por contar ter solucionado a base social que daria sustentação a esse projeto de ocupação das terras de Macapá.

De repente, na vila São José de Macapá começava um maré magnum de problemas. Os africanos e os indígenas que até então não haviam dado sinais de revolta, considerando-se que não existe nenhum documento escrito que relate manifestação por parte deles no espaço de tempo entre a chegada dos açorianos e a construção da fortaleza de São José. De certo que só no ano de 1965, se tem escrito, onde se lê que esses indivíduos resolvem rebelar-se. A partir desse intento, sabe-se agora que, com os colonos açorianos, vieram trabalhadores africanos, mas, só conseguiram maior poder de força ao se associarem com os cativos enviados por ordem do governador do Pará, com a obrigação de ficarem à disposição de Antonio Gallúcio, engenheiro da Fortaleza São José de Macapá, para providenciarem os materiais necessários à edificação dessa obra: pedras, tijolos, telhas e a transferência desses materiais para a área de trabalho.

Trabalhadores africanos e indígenas deveriam constituir a base social que deveria girar a economia local, ou seja, a extração das drogas do sertão, a produção agrícola, conseqüentemente, devia fazer movimentar o comércio. Porém, essa mão-de-obra africana como categoria comercial comprada só foi adquirida e enviada à vila de Macapá a partir de 1765, quando é possível perceber a entrada de 200 africanos, porém todos eram escravos do Senado da Câmara de Belém, com atividade já determinada pelo governo do Grão-Pará, para o trabalho na edificação

da Fortaleza. Inclusive, os cativos estavam sendo enviados com prescrição específica de local de trabalho, os quais deveriam ir trabalhar no rio Pedreiras, em uma pedreira organizada ali – onde era realizada atividade de retirada e corte de pedras e depois a embarcação delas, através de canoas pelo dito rio até Macapá, local da edificação da fortaleza (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 76).

A responsabilidade de remar rio abaixo, até a fortificação era dada ao índio, não se sabe se era porque possuía habilidade certa na arte da navegação, ou se era mais confiável em não fugir. A chegada de cativos agora não cessava. Em outro documento (Idem, 1990, p. 85, 1765), o governador Mendonça Furtado escreveu ao comandante de Macapá, Ataíde Teive, sobre a chegada de africanos de Angola, porém não comunica o envio deles para a referida vila. Por conseguinte, compreende-se que o envio de trabalhadores africanos veio a se concretizar, como se pode ler no censo realizado em Macapá no ano de 1773 que descreve um número de 325 escravos entre homens, mulheres, jovens e crianças (BN, 1773).

Os africanos foram chegando à medida que outras vilas foram sendo implantadas, a pretexto de dar apoio militar e abastecer Macapá. Tanto que, outro grupo de colonos trasladados foram os Ilhéus Funchalenses que vieram de Funchal, capital da Ilha da Madeira. E, com os colonos funchalenses, vieram 40 degredados, que em 1769, foram enviados para ocupar e fazer moradia na vila Vistosa Madre de Deus, onde já existia um grupo de suíços (BAENA, 1969, p. 395). A pequena vila foi fundada à margem setentrional do rio Aneuarapucu (outro local de pedreira) e a cinco léguas da vila de Macapá, como apoio agrícola e, sem dúvida, militar a esse povoado. Esse foi o único núcleo de povoamento de que os documentos registram a presença de escravatura destinada aos colonos, é bem verdade que sem demonstrativo de quantidade exata.

Maria Helena Flexor, ao abordar o processo de urbanização executado por Pombal, assinala que estava marcado por uma "arrancada povoadora" através da criação de novos núcleos (povoados à força por vadios degredados, miseráveis, prostitutas e mulheres adúlteras), de colônias agrícolas associadas a assentamentos urbanos constituídos por açorianos, madeirenses e italianos (FLEXOR, 1998, p. 258). Contrário a esse pensamento, Simão Estácio da Silveira fala numa seleção criteriosa quanto às pessoas das ilhas portuguesas que deveriam vir povoar a Amazônia. A preferência, segundo ele, era para os casais com filhos jovens ou em fase de procriação e para as mulheres donzelas, jovens e solteiras que desejassem

constituir família. Era desta forma que a coroa portuguesa pretendia garantir um povoamento de qualidade na região, já que a intenção da coroa era a de que essa primeira corrente migratória fosse definitiva para iniciar um processo de miscigenação em cada parte do novo território (SILVEIRA, 2001, p. 25/27).

Os Ilhéus Funchalenses foram os primeiros colonos que receberam escravos de Benguela com função específica de atender o adiantamento de suas lavouras. A referida entrada de mão-de-obra escrava ocorreu em 1776, após sete anos de implantação do mencionado núcleo colonial, quando o governador João Pereira Caldas, em correspondência com os oficiais da Câmara de Vila Vistosa, declarou ter separado, do navio de escravatura do Porto de Benguela, uma “porção” destinada a atender essa vila, conforme havia se comprometido durante sua visita, em 1775, aquela vila (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 176,). Era preciso que o governador visitasse a vila Vistosa, para primeiro estabelecer crédito no esforço dos colonos de garantir uma produção em quantidade para abastecer o consumo local e também assegurar sua exportação.

Nesse mesmo ano, novamente o governador do Estado do Grão-Pará, João Pereira Caldas, encaminha um ofício ao comandante da vila Vistosa comunicando-lhe que além dos trinta e dois escravos já enviados – informação que se faz crer que corresponda à porção acima mencionada – pretendia encaminhar mais vinte (Idem, 1990, p. 177). Supõe-se, portanto, que no ano de 1776, chegaram a essa vila 52 africanos para o serviço da produção agrícola. Vale ressaltar que em 1775, esse núcleo recebeu famílias vindas de Mazagão, porém em pouca quantidade, cinco famílias num total de vinte e seis pessoas (RAMOS, 1995, p, 170).

Após um ano da implantação do núcleo de vila Vistosa – ainda no governo de Ataíde Teive (1763-1772), dá-se a instalação das famílias mazaganistas na vila de Mazagão, completando uma rede urbana considerável na região de Macapá de quatro vilas. Esse grupo era constituído de cristãos portugueses que ocuparam por mais de um século parte da Mauritânia, África. Foram expulsos pelos Mouros em 1769, momento em que retornaram para Portugal e de lá vieram para o Pará, e parte dela, foi transferida para a vila de Mazagão²⁸, vila planejada e edificada na região de Macapá, a 70 quilômetros de distância da vila de Macapá, em

²⁸ Partindo do objeto de estudo “Cidade” Laurent Vidal constrói a trajetória de transferência dos mazaganistas que se encontravam em Marrocos - África para Portugal e desse país para o Grão-Pará 1751. Obra intitulada – Uma Cidade que Atravessou o Atlântico (VIDAL, 2008).

1770. Tal denominação atendeu às disposições das ordens régias de manter o nome original da comunidade (BAENA, 1969, p, 184). Em 1773, encontra-se outro registro que se reporta à vinda de 16 famílias do reino para Mazagão (RAMOS, 1995, p, 13).

Não se pode afirmar com segurança que essa vila tenha sido criada para auxiliar a vila de Macapá, pela distância em quilometragem entre uma e outra; mesmo pensando que toda articulação se dava por via fluvial, sua localização era praticamente de isolamento. Tudo indica que, pela distância e posição dessa vila, seu projeto de intervenção tenha passado por um desejo de que esse espaço urbano deveria constituir-se mais um ponto estratégico de guarda da região do que mesmo de garantir apoio no abastecimento da vila de Macapá.

Tem-se a impressão de que a idéia de controle da região de Macapá em relação às investidas dos franceses suplantou o caráter de vila agrícola, apesar de ter sido a vila mais bem planejada no que se refere ao projeto de edificação, ela apresentou um bom desenvolvimento econômico (FERREIRA, 1998, p. 93-213). Quanto à vinda de africanos com estas famílias parece paradoxal, visto que, com a entrada dos mazaganistas, na relação do primeiro grupo de 114 famílias transladadas para a supracitada vila, num total de 410 pessoas, não há registro de presença de escravos. Porém na relação do segundo grupo, composto de 77 famílias, num total de 280 pessoas, foi encontrado o registro de 87 escravos que vieram com seus respectivos donos (RAMOS, 1995, p. 14). As famílias que vieram posteriormente, em 1773, trouxeram também escravos, porém não há registro de quantidade.

Em uma outra leitura propiciada pelos códices, documentos oficiais, com informações que ampliam para grande quantidade o número de escravos em Mazagão. Esse registro faz nota de uma relação de 316 escravos capazes de trabalho na Villa (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p.153). Somando-se a esta informação, outra documentação menciona que essa vila possuía mais escravos do que brancos, como aqui se destacará: “[...] e como nesta vila são os escravos mais do que os brancos e alguns um pouco atrevidos pela criação, lhe são preciso rondas principalmente [...]” (Idem, 1990, p. 111). Porém, no mapa da população da província do Grão-Pará, de 1823, apresentado por Rosa Marin (ACEVEDO MARIN, 1985) Mazagão possuía 495 brancos, 325 escravos e 181 mestiços. Essa visão particular de maior número de cativos colocado pelo Izidoro José Cabral de Mesquita, vereador do Pará, comparando com a população branca,

possivelmente passou pela soma de africanos e mestiços, o que de fato ultrapassaria o número de brancos.

O que se pode apreciar, com o manuseio dos referidos dados, é a presença de um grupo de trabalhadores africanos na vila São José de Macapá e nas vilas auxiliares (vila de Mazagão, Santana e Madre de Deus). Esses cativos movimentaram esse espaço geográfico do Macapá através de seus contatos com as gentes da floresta (índios), colonos, administradores, numa rede de relações e lugares, de modo que suas práticas cotidianas concorreram também para a construção do espaço social da vila São José de Macapá. Entretanto, um dado nos chama atenção, quanto ao número de escravos na vila de Macapá, pois o percentual maior de escravos aparece numa conjuntura histórica (1848) desfavorável para o aumento em quase cem por cento, tomando-se em consideração o censo anterior (1823), como se pode observar na tabela a seguir.

TABELA 1

Censo da população escrava da cidade de Macapá por ano

Ano	1773	1778	1788	1823	1848	1856	1876	1885	1888
Escravos	325	681	750	940	1.870	1.158	563	223	211

Fonte: Cruzamento entre dados oficiais – Arquivo Ultramarino (1773); Mapa das Famílias dos índios - 1778, e autores regionais (BEZERRA NETO, 2001); (SALLES, 1992) e (ACEVEDO MARIN, 1985).

Considerando-se a falta de investimentos nas vilas nessa conjuntura, o percentual de aumento aparece aqui como um indicativo que se pode considerar desfavorável para o momento histórico, pois, no ano de 1782, ocorre a entrega da Fortaleza de São José enquanto obra pública. Pressupõe-se também, pela data, a entrega da construção das casas das vilas para os colonos de Macapá e Mazagão. Em 1778, dá-se o fechamento da Companhia de Comércio. Em 1788, ainda se registra a venda de arroz, logo em seguida esse produto entra em decadência, voltando-se os colonos para seu ponto de origem, a policultura, principalmente os de menos posses. Em 1834, Tito Franco registra que nenhum escravo africano entrou na Amazônia (SALLES, 1988, p. 74). Essa região vai depender do tráfico interno. As

primeiras décadas do século XX são registradas por Roberto Santos como a fase de decadência no Pará (SANTOS, 1990, p. 16-37).

No plano político, vê-se despertar, em 1822, o Movimento de Independência, que mobilizou todo país. No Grão-Pará, esse evento levou a existência de freqüentes fugas de escravos, até mesmo da vila de Macapá. Em seguida, veio a Revolta dos Cabanos, manifestação popular que se desencadeou no Pará por toda metade da primeira década de trinta e se arrastou até a década de quarenta dos oitocentos, e contou com a adesão dos escravos, os quais se envolveram nesse movimento, vendo-o como uma possibilidade para alcançar a liberdade. Na década de quarenta, outro acontecimento – a independência legal dos escravos de Caiena, ocorrida em 1848 – vai alterar o ânimo dos escravos do Pará, quando aproveitaram as circunstâncias para evadir-se para a região do contestado ou para Caiena. Então, pergunta-se: que construção histórica convergiu para o aumento extraordinário do escravismo, no ano de 1848, no Amapá?

Acredita-se que o movimento Cabano tenha contribuído para esse aumento da população cativa na vila de Macapá, à medida que se esvaziavam outras vilas do Pará, principalmente pelos que não estavam interessados em se envolver nesse conflito, mas que se viram forçados a fazê-lo, como recrutas para as tropas do governo regional e central²⁹, ou como força aliada aos cabanos, motivo pelo qual fugiram para as proximidades da referida vila. Outra probabilidade de aumento da população pode estar vinculada à reescravização do trabalhador africano durante o período de restauração do poder político do Pará. Decisão que conduziu os cativos a dar continuidade a seu ideal de fuga em busca de sua liberdade, como veremos no terceiro capítulo, e, por último, com pouco impacto a abolição do trabalho escravo em Caiena.

Pode-se encontrar na análise de Reis, sobre a fuga dos cativos que não desejavam participar do Movimento Cabano, uma confirmação para o aumento da população em quase cem por cento, entre os anos de 1823 e 1848, na vila de

²⁹ O recrutamento militar não poupou nenhuma etnia, nem meninos a partir de dez anos para as tropas do governo, apesar de estipular uma idade de quatorze anos para servir como soldado. O corpo da Marinha do Império foi o órgão que mais recrutou rapazes tapuios, pois dava preferência pelos índios, que eram caçados, pela habilidade em navegar e pela quantidade que o governo central acreditava ser inesgotável. De 1830 a 1850 a região do Grão-Pará foi a mais sacrificada na opinião de suas autoridades, ou seja, não foi isenta pelo governo central de abastecer o Corpo da Marinha, mesmo em uma conjuntura de revolta no Grão Pará. O recrutamento era visto pela população como um ato de terror. Vera B. Alarcón Medeiros em sua tese de Doutorado "Incompreensível colosso: A Amazônia no início do Segundo Reinado" registra as condições precárias de transporte desses sujeitos sociais: fome, maus tratos, mortes, motivos pelos quais procuram sempre desertarem (MEDEIROS, 2006, p. 233-253).

Macapá, inclusive, se comparada aos dados apresentados por Acevedo Marin – de 1.870 cativos no ano de 1848 (ACEVEDO MARIN, 1985). Outra justificativa para esse aumento da população africana encontra-se na forma como a contagem da população era realizada: ao considerar que o censo era elaborado a partir da idéia de comarcas, como também ponderando que a população africana era entendida pela adição de várias etnias, excetuando a branca. Assim, a cor índia, o pardo e o africano eram somadas e seu resultado era apresentado como o censo da população negra. Somando-se todas as freguesias da comarca de Macapá (Mazagão, Arraiolos, Exposende e Almerim) e as etnias acima referidas, chega-se a um percentual, em 1848, de 1.868 indivíduos, tidos como negros. Pode-se então apresentar que esse aumento da população africana tem sua justificativa no processo de fugas de famílias cabanas para a vila de Macapá e na contagem dos mestiços como indivíduos africanos.

A partir das fontes disponíveis, o que se pode trazer como conhecimento e não como verdade absoluta é que o quantitativo da população africana efetiva em Macapá, mesmo no período de maior necessidade de mão-de-obra (1760 - 1782), não ultrapassou a um mil braços efetivos nas duas vilas, ou seja, em Macapá e Mazagão. A estatística apresentada pelos autores aqui estudados revela para o quinquênio dos setecentos, 750 cativos. No decorrer da segunda metade do século XIX, esse número vai decaindo paulatinamente, chegando, em 1888, segundo Bezerra Neto, a 211 escravos (BEZERRA NETO, 2001, p. 123), enquanto para Fernando Rodrigues Santos, no ano da abolição, só existiam dois cativos em Mazagão, os quais foram libertos e foi realizada uma festa em celebração ao acontecimento (RODRIGUES SANTOS, 1980). Serão esses trabalhadores africanos que, ao lado de ameríndios e colonos portugueses de poucas posses, os seguimentos que constituirão, como veremos a seguir, as multiplicidades sociais da vila São José de Macapá e realizarão atividades diversas nessa área urbana.

2.3 As Multiplicidades de Papéis Sociais

Estabelecidos os colonos, a economia que se implantou foi a rizicultura (cultivo de arroz). O grão que recebeu estímulo para o plantio em larga escala, no

sentido de torná-lo um gênero de exportação para Lisboa, antes mesmo que de consumo local, atendendo os interesses do capital mercantil como foi levada a escrever Rosa de Acevedo Marin que assim assinala: “alguns colonos inseriram-se na malha da economia mercantil através da produção do arroz e do algodão” (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 40).

O discurso de terras férteis, ideal para o desenvolvimento de plantios de arroz, algodão e outras lavouras³⁰, era a esperança de ocupação de Macapá e a garantia de uma base de abastecimento para os colonos ali fixados. O interesse de fazer da vila de Macapá um centro da cultura portuguesa e de uma economia agrícola comercial, investido de características urbanas, apesar de apresentar uma periferia recortada por terrenos agricultáveis, ocultava o interesse de que essa área e as demais vilas deveriam dar vida a um projeto maior, pensado pelos produtores lusos, e, certamente, era o de segurança do território para limitar o avanço da França sobre as fronteiras luso-brasileiras. A economia era o suporte para os dois grandes planos para a região de Macapá: ocupação e defesa desse território. Em 1754, Mendonça Furtado envia um tenente coronel – Francisco Cordeiro da Silva Manso – para governar a vila e com ele três Companhias de Infantaria. Atribuindo-lhe, assim, duas tarefas: a de disciplina da tropa e acerca da lavoura e culturas das terras. Portanto, exigindo-lhe:

[...] não tolere desleixo nos povoadores, fazendo-lhes ver quantos danos e miséria podem germinar do abandono das faculdades ativas do homem [...]; [Incite-lhes a] [...] obter fartura e abundancia fazendo os moradores plantações não acanhadas [...]; [Atente para] [...] que os soldados que forem lavradores sejam louvados e licenciados, e tenham possessões e terreno [...]; [Procure] [...] empregar os Indianos da nova aldeia de Sant’Anna no trabalho geral da Vila, pagando-lhes o salário como em Portugal aos jornaleiros (BAENA, 1969, p 162).

Apesar das exigências militares, os açorianos organizaram inicialmente sua produção sem a ingerência direta do Estado, sem o compromisso de uma produção para o mercado externo; momento propiciado por um projeto mais

³⁰ Sobre a descrição de terras férteis no Macapá pode-se encontrar no livro *Tesoura descoberto no máximo Rio Amazonas* (DANIEL, 2004).

importante para os portugueses – as implicações de fronteiras – e nessa dada circunstância, achavam-se envolvidos com a demarcação das terras de fronteira em conflito, o que oportunizou aos colonos agirem de forma autônoma. Assim sendo, em 1759, já contavam os colonos com uma produção diversificada, que enviavam à cidade de Belém: desde arroz, milho, algodão, tabaco, melancia, farinha e banana. Dois anos depois, em 1761, “foram enviados em, um só mês, a cidade de Belém, 772 alqueires de arroz, 113 arrobas de algodão, 10 arrobas de tabaco e 17 potes de azeite” (ACEVEDO MARIN, 1998, p. 42).

Enquanto os colonos não sofreram a ingerência das autoridades locais no processo de produção, estavam eles até então afinados com esse poder. Mas não tardou para que eles viessem a ser incomodados. Após as três últimas décadas do século dezoito, os colonos lavradores da vila São José de Macapá passaram a ter a sensação de que suas produções estavam sendo controladas pelas decisões tomadas pelos administradores, pois, à medida que seus discursos estimulavam a economia agrícola, na prática, esvaziavam seus campos produtivos de mão-de-obra; ação que começava a incomodar os colonos que dependiam da força de trabalho constituída por seus filhos e agregados.³¹ Essa prole lhes era importante considerando-se que poucos deles podiam ter sua produção realizada pelo trabalho escravo, fosse ele indígena ou africano, condição que os levava a recorrer à sua própria família para assegurar os plantios e colheitas, bem como sua condição de produtor.

A essa altura, os administradores de volta à vila de Macapá, mas ainda preocupados com os acontecimentos de ordem internacional, com as intrigas de fronteiras, voltaram então seus olhares para a vila, não para sua produção, mas sim, para o número de homens que ela possuía, quando o comandante da vila São José de Macapá alistou sua população masculina no terço da Cavalaria Auxiliar. Esse ato que ia desfazendo o plano de uma economia agrícola em favor da militarização da vila foi posto a cabo, sem considerar os limites da força de trabalho que detinham os colonos; quando o comandante local arregimentou os rapazes de quatorze³² anos que fossem brancos ou mamelucos, filhos de viúvas e lavradores, num ato

³¹ Os agregados eram pessoas da família que se encontravam sob tutela de outra (sobrinhas, noras, afilhados), porém deixa entrever a documentação que algumas pessoas africanas eram tomadas dessa condição, livres da nomeação de escravo. Ver: Ramos (1995 p. 13-178).

³² Sobre o recrutamento de militares ainda garotos e sobre a forma compulsória de arregimentá-los, sem critérios de etnia e condição social no Brasil colonial e império, pode-se encontrar leituras esclarecedoras em: Sodré, (1968, p.128-1310). Quanto às fugas e formas de resistência, ver Mendes (2004, p. 111-137).

considerado de sofrimento e humilhação pelos colonos, para o quadro de recrutas dessa Cavalaria, deixando os colonos praticamente desprovidos de mão-de-obra, isso parecia pior quando pela falta de jovens, quando alistavam-se os chefes de família.

Esse amargo sentimento, entendendo aqui como as marcas de uma escrita de dor, sofrimento, humilhações, saudades, gravadas por um determinado poder sobre os corpos concretos dos colonos (ERTZORGUE, PARENTE, 2006, p. 19), como a separação dos laços familiares, imposto pelo comandante da vila de Macapá, prática que levou a um estremecimento entre ambos os poderes e parece ter instaurado uma distância relacional dos colonos com seus administradores, impelindo alguns colonos a moldar sua vida. Nesse ínterim, vem a ocorrer maior aproximação dos colonos com outros grupos sociais que lhes pareceram mais flexíveis a um entendimento. Desse modo, alguns lavradores, para proteger seus filhos, investiram em acoitar mocambos de africanos e mandaram capatazes para dirigi-los, visto que muitos desses rapazes recrutados desertavam das fileiras militares e procuravam amparo junto aos mocambolas ou formavam um mocambo de refugiados³³.

Essa multiplicidade de papéis imposta aos colonos despertou, no decorrer do tempo, indignação entre eles; cumpre lembrar que, desde a implantação da vila de Macapá, esses sujeitos sociais foram obrigados a assumir a responsabilidade de ser colono e soldado ao mesmo tempo. Esse hábito, imposto pelos administradores sobre os colonos, desencadeou-se em queixas, entre as quais, a de o produtor agrícola não poder “dedicar-se as suas roças em função dos destacamentos, e estes atendiam aos intermitentes rumores de guerras” (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 40). Pode-se dizer que, aos soldados, foi outorgado o direito de terras para produzir,

³³ Não encontramos documentação com dados específicos de mocambos de fugitivos do recrutamento ou desertores em terras do Macapá. Porém as ilhas que ficavam entre a vila de Macapá e o Marajó estavam sempre sendo convocadas a assistir de soldados a vila São José, especificamente, a Fortaleza de Macapá. Dentre elas, Breves, Melgaço e principalmente, a vila de Cametá. Portanto vamos encontrar vários documentos que tratam de recrutas encaminhados para a Praça de Macapá que desertaram e retornaram a suas vilas de origem. Bem mais interessante é um ofício de um fazendeiro de Breves que organizou um mocambo para proteger seus filhos de serem recrutados e mais outros desertores. Esse mocambo era administrado por um capataz enviado pelo colono Manuel de Breves (Cod. 209, 1871). Autores como Gomes, (1999, p. 221-2) e Acevedo Marin (1999, p. 40), trata dessa mesma temática. Nadia Farage em sua obra “Muralhas do Sertão”, também aborda a questão ao destacar que esse fato vem decorrendo desde quando as aldeias missionárias foram entregues aos leigos, tendo a frente a figura do “principal” como o chefe responsável pela aldeia de índios. Nesse contexto, a autora revela que “os principais” procuravam fazer acordos, muitas vezes contrário a seu gosto para obter a devolução do filho que havia sido deslocado para outras localidades (FARAGE, 1991).

portanto, de serem colonos; e ao colono foi exigida a obrigação de ser militar, ademais, de lhes cobrarem não mais uma produção para o abastecimento interno, mas, agora, uma agricultura de exportação. Começa aqui toda uma diferença que vai bifurcar a relação social entre autoridades e colonos, nascendo uma desconfiança da parte dos grupos mais “ordinários”, que sentiram o peso dessa decisão, acontecimento que pode ter aproximado os colonos do trabalhador africano em diversas situações.

A aplicabilidade do projeto português se valeu dessas “multiplicidades de papéis”, em todas as instâncias de organização da vila de Macapá. A própria administração era realizada por um comandante militar, que por sua vez, acumulava funções executivas e militares. Na Vila de Macapá, essa administração chegou ao nível do abuso da população, subentende-se que o ocorrido passou pela agressão física e o fato veio a público, levando os vereadores do local a fazerem queixa ao governador do Estado do Grão-Pará, José de Souza Manoel de Menezes, contra o comandante e administrador de Macapá³⁴. O ocorrido levou o governador do Pará a fazer-se presente na Vila, quando assim procedeu:

[...] no último dia estando a sós com o Governador da Praça de Macapá repreende-o terrivelmente, assegurando-lhe que tornando a dar motivos a novas representações o fará julgar em Conselho de Guerra com rigor das Leis. (BAENA, 1969, p. 316).

Limitados, precisamente, pela dupla função que exerciam, os colonos lavradores ocupavam-se com a policultura (algodão, arroz, feijão, milho e extrativismo), destinados à sua própria sobrevivência e a atender a demanda local. Expressa Rosa Elizabeth Acevedo Marin em seu trabalho “Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimento em Macapá no período colonial”, que nem todos os colonos tiveram condições de buscar créditos juntos à Companhia de Comércio para comprar escravos e poucos foram os que receberam as primeiras sementes de arroz para introduzir o plantio em larga escala (ACEVEDO MARIN, 1998. p.10-68). Acredita-se que essa seleção, por grau de posse entre os colonos, não

³⁴ Essa continuidade de uma administração militar em Macapá perdurou até 1994 com o término da gestão do Comandante Aníbal Barcelos, quando o território do Amapá já havia sido transformado em Estado - 1988. Ver Rodrigues Santos (2006).

constituiu o elemento que implicou na existência de diferenças econômicas e sociais entre eles – mesmo diante da chegada de colonos com mais vantagem social para a vila, como os que vieram com patente de capitão e demais títulos militares; outros, com a formação de médico (cirurgião mor), considerando-se, que fugindo a essa regra que se fazia natural, uma mulher, além de viúva e sem possuir nenhum reconhecimento social, destaca-se em 1788.

Tudo indica que tenha sido D. Josefa Maria, porém D. Thareza de Jesus, natural da vila de Graciosa, com 70 anos em 1808 parece não envergonhar a categoria de viúvas com investimento na produção e na fabricação de panos grossos.³⁵ Acevedo Marin ainda assinala que as diferenças econômicas antecedentes influenciaram na formação de um grupo fechado de colonos. Possivelmente desse meio saíram os plantadores que se tornaram comerciantes, proprietários de maior número de escravos e de capital (possuidores de tecnologia, como da máquina de descascar arroz). Porém crer-se também que foi no processo de produção, através do comércio de arroz com os colonos de pouca condição, que se tornaram compradores, ampliando sua condição de produtor para a de colonos comerciantes.

Para melhor compreensão sobre os colonos comerciantes, pode-se então verificar a quantidade de escravos que cada um possuía. Estevão da Silva Jaques(6); João Francisco (6); Manuel Antonio de Miranda (18); Antonio José Vaz (83); Julião Alves da Costa – cirurgião, (14); André Correia de Picanço (9), D. Josefa Maria (6) e D. Thareza de Jesus, (15). Para os demais colonos, considerados de pouca renda, o número de escravos era no máximo de um, dois ou três, o que não impediu que os colonos lavradores chegassem a produzir mais ou igual ao colono de mais posses.

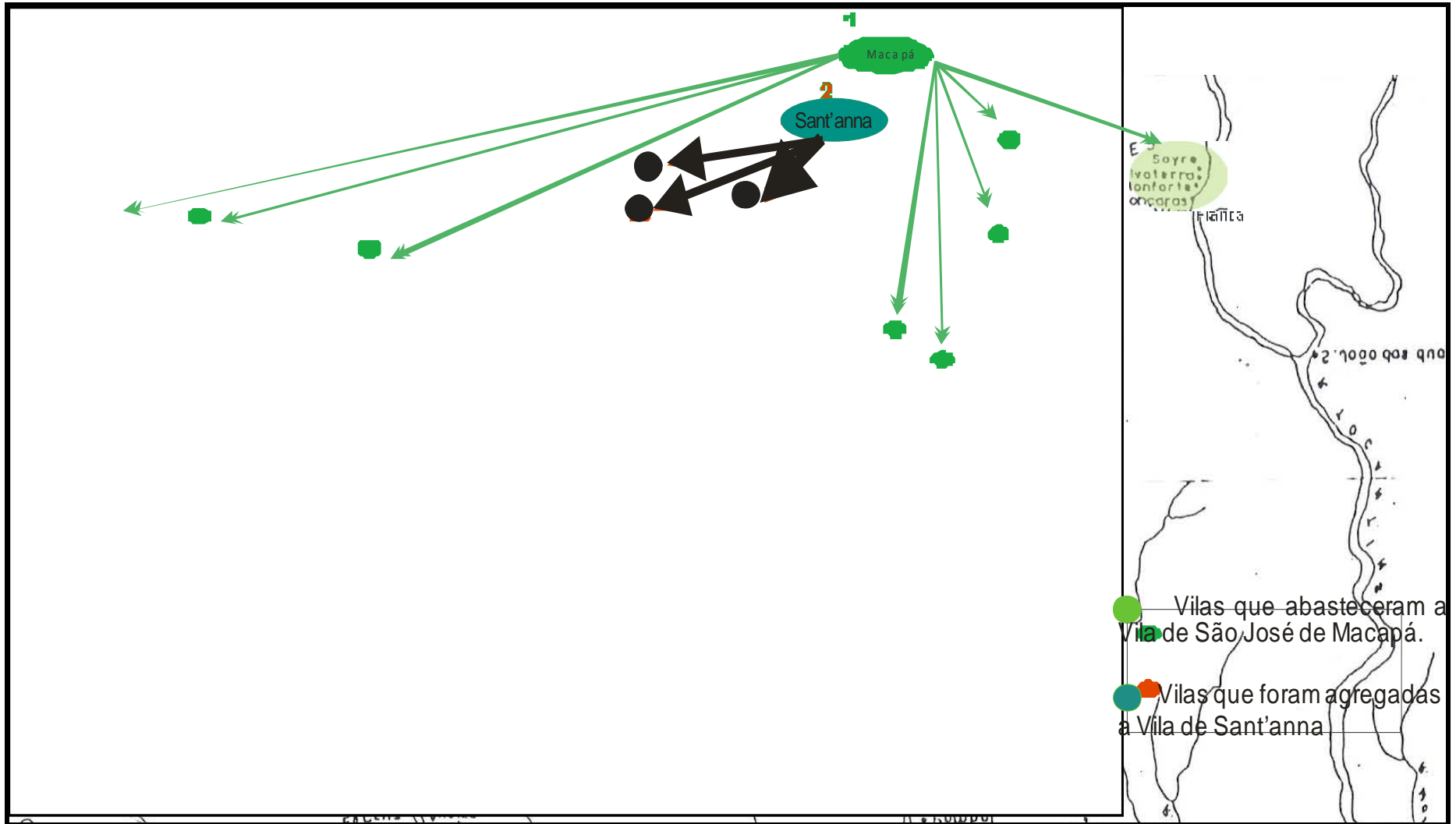
Antonio Vaz, comerciante e criador de gado, um dos homens de maior posse tanto em número de escravos como em terras, parecia querer corromper as pressões econômicas estabelecidas pela Companhia do Comércio, motivo pelo qual experimentou buscar outras vias de comercialização, vendendo sua produção diretamente a Portugal. É prudente a essa altura chamar a atenção para o que está sendo construído pelos produtores comerciantes da vila de Macapá ao tentar procurar outros concorrentes para negociar seus produtos. Essa ocorrência dá o entender que

³⁵ Aprecia-se aqui uma grande quantidade de mulheres participando do crescimento da produção, porém pouco destaque assume como singularidade nos estudos históricos. No Censo de 1808, o percentual de mulheres consideradas brancas foi de 336, dentre elas, 90 eram viúvas. D. Thareza de Jesus aparece como a mais velha, 70 anos com duas filhas; possuía 15 pretos e três mestiços aplicados à lavoura e 22 pretas e cinco mestiças aplicadas a fiar e participavam também do plantio (ANAI/PARÁ, 1995, p. 187).

a Companhia de Comércio asfixiava os colonos comerciantes a ponto de levá-los a deslocar-se do controle e disciplina levada a cabo por essa empresa, ao mesmo tempo, demonstra o desejo dos colonos de destituí-la desse poder, levando-os a buscar outras possibilidades sem medo, mesmo sabendo que seriam severamente punidos por infringirem a lei de circulação, como assim o fez Antônio Vaz, visto que a comercialização era estritamente de competência do Estado. Confere Rosa Elizabeth Acevedo Marin em seu artigo “Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial” que a Companhia do Comércio era odiada pelos moradores, principalmente entre o “povo rude” que preferia os mercadores ambulantes – “bacataleiros” (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 60).

Os colonos mais pobres só participavam da produção para demanda externa, ao vender sua produção de arroz aos comerciantes, mas eram também os responsáveis pela demanda interna; essa passava por uma série de problemas, pois os excedentes criados pelos colonos não eram suficientes para suprir de alimentos o contingente de trabalhadores agregados à população da vila, para os serviços de obras públicas da administração. A necessidade de abastecimento interno superava o ritmo da produção local e das vilas vizinhas (Mazagão e Sant’Anna), razão pela qual algumas vilas próximas, como Espozende, Arraiolos e Almerin, foram agregadas à vila de Sant’Anna, visando à complementação desse pleito de provimento de alimentos para os trabalhadores temporários, fossem eles africanos ou indígenas, bem como no fornecimento de índios. Outras vilas foram chamadas para abastecer (Ler mapa 8), a exemplo de Marajó (carne bovina); Portel, Melgaço e Chave (farinha); Faoro e Soure (Peixe seco); Órbido (manteiga e peixe boi); Manforte, Salvaterra e vila Franca³⁶ (peixe fresco) (RAVENA, 1998, p, 47).

³⁶ Essas vilas pertencentes ao Estado do Grão-Pará, encontravam-se num circuito geográfico de proximidades, principalmente com as vilas do Macapá, especificamente as que se situavam na ilha de Marajó, como: Manforte, Salva Terra e Vila Franca, enquanto Arraiolos, Exposende e Almerim, ficavam próximas a vila de vila de Santana e Mazagão. Ver mapa 4 em anexo.



MAPA 8: Mapa das vilas que foram agregadas à Sant'Anna e as chamadas a abastecer a Vila São José do Macapá. Fonte: D'AZEVEDO (1999). Mapa em anexo e retrabalhado pela autora.

Esse contraponto não é de se estranhar se se considerar que, concomitantemente ao projeto de produção agrícola, empreendeu-se o projeto de construção de obras públicas como: a construção da Igreja da vila de Macapá, o jardim do Palácio do governador e o pelourinho, em particular da Fortaleza de São José de Macapá pela exclusividade com que foi tratada. Obra imponente pela grandeza de sua área física e impactante pelos valores investidos, sua construção teve início em 1764. Apesar de ter sido autorizada no reinado de D. José I (1750-1777), essa obra perdurou por dezoito anos tendo sido entregue em 1782. Esse monumento arquitetônico nascia sob os auspícios das disputas de fronteiras entre França/Portugal e, posteriormente, com o Brasil, fazia-se para os governantes e administradores a operação que dava sentido ao existir desse núcleo urbano que era a vila São José de Macapá. Como praça de defesa militar, deve-se aqui entender que os outros signos urbanos da vila se tornaram elementos secundários dentro desse projeto de defesa fronteira (Ler planta da vila de Macapá).

A produção interna convence-se de que ela era suficiente para abastecer o quantitativo populacional da vila de Macapá, entendendo que sua produção chegava como já foi dito anteriormente, a ser enviada para o mercado de Belém do Grão-Pará. Mas as crenças que conceberam a vila como uma praça militar degradavam o sonho dos consumidores desse espaço urbano, fossem eles colonos-comerciantes, ou apenas lavradores, visto que o contingente de trabalhadores africanos, índios, desertores militares que foram agregados à população da vila, chamados compulsoriamente para o trabalho na construção da fortaleza de São José, parece ter complicado não só a produção, assim como a vida dos colonos. Assistia-se a uma transformação na produção agrícola e no abastecimento interno quando os administradores decidiram convocar mão-de-obra temporária para erguer o que seria, para eles, o símbolo maior desse projeto de criação da vila – a fortificação da vila, pois desabasteciam os campos agrícolas dos colonos, com já foi visto, de mão-de-obra e alimentos e os levaram à recorrer a produção de outras vilas para abastecer a vila de Macapá.

Para os indivíduos que construíram e vivenciaram esse cotidiano da edificação, esse tempo em que perdurou a construção da fortaleza não foi menos difícil, anos de sofrimento, fome, tortura e morte, também de dor para os que lapidavam as pedras – pelo barulho produzido entre o atrito do martelo batendo no formão e desse instrumento de ferro cortante definindo os blocos de pedras em

retângulos refinados, de superfície lisa (Ver Imagem IV) – bem como, para os presos de calcetas, que pagavam pelos seus delitos na forma de trabalho compulsório, como os índios e cativos com processo criminal. No processo de execução dessas tarefas, descortina-se a vila real, portanto, essas rotinas vividas, como se pode ler produziam as imagens da vida urbana na vila São José de Macapá.



IMAGEM IV: Fotografia atual dos pilares de sustentação da Fortaleza de São José de Macapá. Observa-se que eram usadas as pedras lapidadas para seu contorno e ornamento. Edificação original, sem nenhuma ou recuperação posterior. Fonte: Arquivo da Jornalista Dulcivânia Gomes Freitas- (03.2009).

A falta de braços para o melhor andamento da Fortaleza de São José fez com que o governador mandasse “das aldeias mais próximas um contingente avultado de índios” para se empregarem nas obras, bem como de escravos públicos, pertencentes ao Senado do Pará. Mas, segundo Arthur Vianna, a leva tapuia (índia) era mais perseguida pelas moléstias impiedosamente e, por outro lado, oprimida pela disciplina militar, bárbara e inclemente dos que dirigiam os trabalhos, razões que os levaram à morte ou à fuga (VIANNA, 1905, p, 285). A primeira convicção do estudioso Vianna parece duvidosa, pois, nas cartas oficiais tramitadas entre o governador do Grão-Pará (Mendonça Furtado e Atayde Verona), aquele administrador da vila de Macapá, pode-se lê que o número de trabalhadores africanos nos hospitais da vila eram maiores que os de nativos (MENDONÇA, p.532).

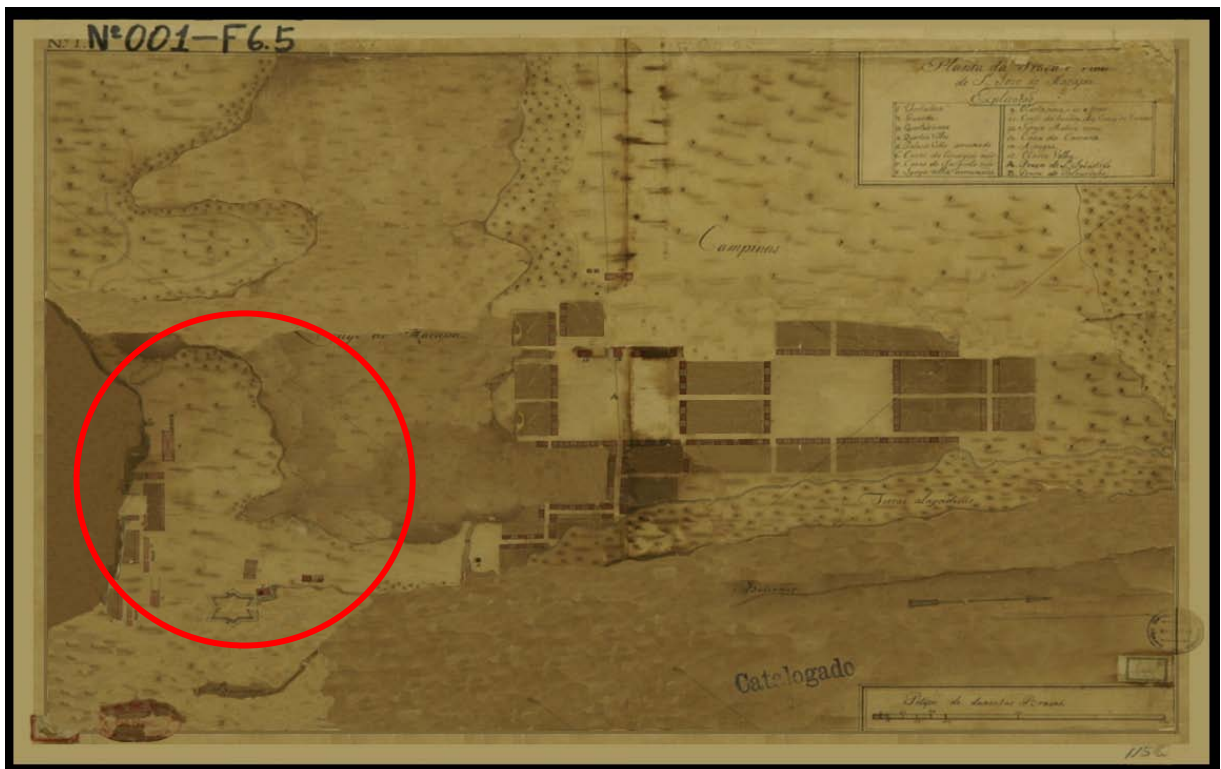
As epidemias não escolhiam etnias, mas sim, corpos frágeis, mal alimentados, a exemplo dos trabalhadores africanos e indígenas, que recebiam como alimentação básica apenas a farinha e o peixe, bem como lugar propício para sua proliferação, como as áreas alagadiças de terrenos úmidos e, na realidade, foi esse o ambiente que restou para os naturais construírem suas moradias – ranchos feitos de esteios (paus) e palhas. Essa segregação social e étnica os aproximava ainda mais das doenças como varíola, malária e febre amarela. Quando livres das epidemias, o tratamento brutalizado que colonos de posses, militares e administradores exerciam sobre os nativos, tomados como livres pelas leis do Diretório e assinaladas por Marquês de Pombal, desafiavam-nos a enfrentá-los com a fuga ou a morte.

O trabalho dos indígenas e africanos era feito sob o sol escaldante de um clima equatorial, realizado em diversos locais, ora nas pedreiras a retirar as pedras brutas dos rios Aneuarapucu e Pedreira (áreas de pedreiras em Macapá) como cabouqueiros (trabalhadores de pedreiras), ou ainda nas canoas, a transportá-las para o local da fortificação (Ler imagem V), aqui elas eram cortadas e lapidadas; quando não, carregava areia, piçarra para as olarias (Ler mapa 9), e nelas fabricavam telhas e tijolos e cozinhavam-nos nos fornos. O local de edificação da fortaleza era em terreno alagadiço, pois a fortaleza de São José de Macapá teve seus alicerces fundados às margens do rio Amazonas.



IMAGEM V: Fotografia atual, porém das ruínas de uma igreja do século XVIII, onde pode ser vista as pedras brutas, que outrora foram retiradas das pedreiras do rio Anauerapucú e do rio Pedreiras e que foram usadas para construir casas e igrejas na segunda metade do século XVIII. Fonte: arquivo particular da própria autora (10.2006).

Na condição de aprendiz de pedreiro, o trabalhador africano erguia pedra sobre pedra, as quais eles ligavam com a argamassa da cal, para formar uma parede de dez metros de altura, atividade executada sob o olhar de um inspetor de obras ou capatazes. Pode-se dizer que essa lida diária só podia resultar em fuga ou em doença. Esse trabalho árduo era operacionalizado sem o controle de tempo a favor do trabalhador africano e índio, inclusive, chegando a extrapolar o caráter natural dos castigos físicos; qualquer desleixo significava açoite, calcetas e mais trabalho (APEP, Cód. 175, 1767), além do dia, tomavam-lhes a noite a esses “indivíduos ordinários”, levando-os ao esgotamento físico (RAVENA, 1992, p. 51-56).



Mapa 9: iconografia que registra a presença dos locais de olarias e casas de forno. A demarcação da olaria velha deixa entrever que ela fora construída, especificamente na rua Feliciano Coelho. Localizada onde atualmente é o Bairro do Trem. Tal denominação dada ao bairro provavelmente está associada aos trilhos que levavam as mercadorias da Doca para o armazém. Nesta rua, considerando a leitura do mapa, residia o sargento-mor e outros corpos da guarda e o cirurgião-mor e existia um palácio, um armazém e uma igreja em ruínas. FONTE: Arquivo Histórico do Exército – AHEx. Divisão de História – Mapoteca – II, Série: Região Norte – Sub-série: Pará. Localização: 10.05.2220. Palácio Duque de Caxias – Rio de Janeiro – 15.03.2008.

Acredita Vianna que a prática do embrenhamento do índio floresta adentro e as parcas condições de reaver o fugitivo, bem como seu desencarne, foram os motivos do despovoamento das pedreiras e das canoas, levando à escassez de mão-de-obra (VIANNA, 1995, p. 285). Para o referido autor, os

administradores encontraram, nos africanos, o “elemento equilibrador”, mais resistente aos maus tratos, às doenças e à falta de alimentação. Vianna revela um discurso que resume o ideal, o perfil de trabalhadores africanos que os senhores de escravos desejavam: força física, pouca despesa alimentar e corpo imune às doenças; porém essa prescrição se fazia contraditória a todos os sentidos do funcionamento biológico do qual o corpo prescindia – de um agrupamento de vitaminas para liberar força física e saúde.

Em Macapá, a alimentação era um compromisso realizado quase que com descuido, a base de farinha e peixe salgado, chegando ao uso da farinha podre dada aos colonos de poucas condições e aos cativos, após seu reaquecimento e de carne de boi de morte provocada por doença (RAVENA, 1988, p. 47). Na Vila de Mazagão, a morte de dez dos sesses cativos de Amaro Valente, médico e colono produtor, deixou dúvida a alguns críticos, permitindo a Francisco D’assis Oliveira Martins afirmar: “Não parece no entanto, que as qualidades do homem primassem pela ciência médica” (MARTINS, 1938, p. 17).

A resistência indígena e a escassez de mão-de-obra compulsória vão marcar o tempo histórico que diz respeito à entrada e presença de mão-de-obra africana de forma oficial em Macapá. Os escravos não pareciam mais fortes que os indígenas, visto que, no hospital da vila de Macapá,³⁷ eram constantes os pedidos por alimentos, principalmente galinha, pois sabiam os médicos que muitos dos cativos que adoeciam e desencarnavam era porque seus corpos desnutridos não ofereciam resistência para adquirir a imunidade necessária. Desse modo o médico exigia uma boa alimentação para ajudar a curar mais rápido os corpos doentes dos africanos³⁸, que estavam molestados por sezões ou malária com que se contaminavam nos canteiros de obra. Apesar de que esse cuidado se prestaria apenas para o tempo de enfermo, após os cuidados médicos, os escravos retornavam à labuta diária na edificação da fortaleza de São José, quando tudo começava novamente,

A ação contínua desses trabalhadores ia registrando sua condição social. Expostos ao sol, sentados sobre pedras quentes, as quais os cativos lapidavam uma

³⁷ Eram casas de palha, inclusive eram construídas mais de uma, pela necessidade de separar o paciente que apresentasse moléstia contagiosa. Vide Ravena (1988, p. 57).

³⁸ Sobre as práticas de cura utilizadas tanto pelos médicos, sangradores, como pelos escravos pode-se encontrar uma excelente leitura na obra de Carlos Alberto Cunha Miranda – A Arte de Curar nos Tempos da Colônia: Limites e espaço de cura, principalmente no capítulo: A doenças e a arte de curar no cenário do sistema escravocrata (Miranda, 2004).

por uma, como também batendo com os pés o composto que resultava na cal, do mesmo modo, fazendo sua amálgama com barro e a areia para o reboco das paredes das casas que ficavam na parte interna da fortificação (Casa do Capitão, capela, casa da pólvora e cadeia) ou como pedreiro, trabalho realizado na água ou na lama, tudo dependia do fluxo da maré, amontoando pedra sobre pedra, ou batendo pregos sobre tábuas. O tilintar das batidas do martelo deixa revelar corpos cansados, que afiavam os pregos até deixá-los da espessura e tamanho adequado ao objeto a ser usado, bem como a dificuldade de se obter essa mercadoria em tamanhos variados.

Esses signos sensíveis do cotidiano do trabalho sujeitado deixaram revelar a presença de pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ferradores, oleiros,³⁹ pintores e ajudantes (carregadores de pedras e amassadores de barro); atividades que denunciaram os corpos que produziram a vila e a fazia emergir. Por outro lado, a arquitetura manifestava o olhar dos produtores desse espaço urbano, pelo privilegio dado a Fortaleza São José de Macapá para começar as edificações na vila. Esse monumento passa a comportar o processo mais amplo que configura a vila São José de Macapá, levando estudiosos a priorizar os signos da “cidade real” em detrimento da “cidade vivida”.

Ainda, segundo Vianna, os colonos e administradores de Macapá acreditavam que o trabalhador escravo raramente fugia e quando desertava, deixava-se prender facilmente. Após a entrada oficial de africanos, os administradores não demoraram a compreender o grande equívoco de suas idéias. Desde 1765, um ano após o início da construção da Fortaleza de São José, as fugas eram constantes. A associação entre os trabalhadores cativos que exerciam atividades na fortificação de São José e os escravos dos colonos desandou em fugas e, daí por diante, essa prática não teve pausa. As fugas se fizeram constantes e outros territórios foram criados pelos africanos, tirando o sossego dos colonos e das autoridades da vila de Macapá. As queixas extrapolaram o âmbito local e nacional chegando a incomodar os gabinetes lusos.

Vergolino assegura que: “sem dúvida alguma, foram os serviços das fortificações militares que parecem ter absorvido grande parte da mão-de-obra, não

³⁹ As profissões aqui assinaladas eram realizadas na maioria dos casos, pelos trabalhadores africanos em condição de artífice sob a tutela de um mestre, esse último, era um artesão livre, um trabalhador remunerado. Ver Ravena (1988, p. 29-41).

somente dos negros escravos, mas também dos índios em regime de trabalho compulsório” (VERGOLINO-HENRY, 1990, p. 54). É bem verdade que a proposição do referido autor se justifica para o período de 1764 a 1782, quando ocorre a construção da fortaleza de São José e das vilas para os colonos mazaganistas, porém não se justifica para os anos posteriores (1783 a 1856), visto que vão apresentar maior número de escravos, sem, portanto, existir investimento em obras públicas de grande porte. Apesar de que se pode reconhecer a produção agrícola e as obras públicas como uma construção histórica que articulou os fatos que convergiram para a introdução da força de trabalho de origem africana em Macapá.

Como não era suficiente o número de escravos públicos para garantir o projeto de fortificação e edificação das vilas, cada colono foi conclamado a “colocar a disposição seus africanos para os trabalhos na fortificação”, visto que esses compromissos já estavam pré-estabelecidos pelas autoridades do poder central e da província. (ACEVEDO MARIN, 1998, p, 65). Dos colonos, foram usurpados seus escravos e ainda sua produção, apesar de serem chamados a prestar serviços públicos, a exemplo das atividades militares.

Esse poder excessivo embaraçou a vida dos colonos, dado que essa demanda por mão-de-obra que atuava na produção agrícola de suas terras parecia inconciliável, já que implicaria no desequilíbrio da produção e abastecimento da vila de Macapá. Esse desequilíbrio sócioeconômico lançou de si uma fragmentação das relações sociais entre os colonos e o grupo dirigente. Mesmo assim, as famílias de colonos passaram por uma série de ingerência do comandante local na gestão de seus bens; experimentaram a arbitrariedade desse poder local sobre o produto de suas plantações e de seus criatórios, pois as suas plantações eram requisitadas a toda hora para assistir os doentes no hospital, fossem índios ou africanos. Fatores que “levaram alguns colonos, súditos e defensores dos interesses da Coroa a fugirem das vilas em plano idêntico aos índios e escravos” (Idem, 1998, p. 65).

A Fortaleza São José de Macapá foi preterida para seus produtores, se consumando numa edificação impactante para sua época. Ostentava a idéia de poder e força, para tanto a fortaleza recebeu maiores atenções que as colônias agrícolas por parte dos administradores, e prioridade no decorrer de sua construção. As exigências por mão-de-obra mobilizaram não só índios e escravos públicos, mas, sobretudo, escravos particulares, penalizando a própria economia local. Na captura

do caminhar dos trabalhadores africanos no início da construção da Fortaleza de São José, percebe-se a presença de africanos passantes. Nírvea Ravena e Acevedo Marin defendem que com o início da edificação militar ocorre uma mudança na paisagem humana da vila de Macapá, pela presença em grande quantidade de trabalhadores temporários, chegando a um número de 2.598 índios (RAVENA, 1989, p. 45) e 2.394 escravos (ACEVEDO MARIN, 1999, p. 43). É um dado de difícil conjectura se analisado isoladamente, porém ao se tomar como referência a crise de abastecimento pela qual passou a vila, chegar-se-á à compreensão quanto à presença desses trabalhadores temporários nos primeiros anos de edificação da Fortaleza de São José. Os 681 escravos permanentes existentes em 1778 na vila não causariam tamanha modificação na economia local.

Desse modo, a experiência do conjunto social da vila, marcada por ressentimento da parte dos colonos pobres, pelo abuso dos bens retirados de sua propriedade e uso de seu escasso número de trabalhadores; associada à mágoa de um grande número de cativos e índios descontentes com sua desterritorialização, pelo rigor dos trabalhos excessivos e castigos recebidos, sem dúvida, pela raiva, quiçá pelo ódio da população luso-européia⁴⁰ de administradores, vai estabelecer um processo de aproximação entre esses sujeitos sociais, conduzindo-os a efetivarem uma “relação de interseção” entre eles, assegurando desse modo um entrelaçamento entre ambos os campos de poderes. Sem esquecer dos militares e desertores que constituíam também parte de corpo social; recordando também, apesar de pouco estudado neste trabalho, os colonos que, pela necessidade freqüente de mão de obra, faziam vista grossa dos mocambos que se alojavam em suas terras. Sendo assim, tudo indica que as relações diferenciadas de poder, travadas entre essas multiplicidades de espaços sociais constituíram a matéria prima que edificou e metamorfoseou a vila São José de Macapá.

Essa cartografia humana revela os espaços consagrados por cada um desses sujeitos sociais que, na prática do dia-a-dia faziam a paisagem urbana da vila São José de Macapá, antes cartografada pela presença dos homens da floresta e, em seguida, por outros produtores (portugueses administradores, comandantes,

⁴⁰ Essa população nomeada de portugueses, como os colonos açorianos e madeirenses, que, segundo autoridades portuguesas, diziam ser de tez branca, parece duvidosa, tendo em vista o processo de ocupação dessas ilhas do Atlântico ter ocorrido bem antes da colonização das terras do Brasil pelos portugueses que nelas realizaram experiências em plantio de cana-de-açúcar e o uso de mão-de-obra africana, nesse caso tudo indica que os colonos eram mestiços (ACEVEDO MARIN, 1999; BARROSO, 2002; MARQUES, 2008).

arquitetos, colonos e comerciantes), em uma cidade recriada pelos olhares também de seus consumidores (colonos lavradores, índios, militares, desertores e africanos). A multiplicidade de trabalhadores existentes ali e a sua relação de interseção atribuíram outros sentidos a esse lugar instituído para ser uma vila, ou uma praça militar de defesa da fronteira, tornando-a um espaço urbano praticado por uma multiplicidade de atores sociais. Provavelmente, esses indivíduos insubordinados ao poder local tenham renovado o lugar instituído, visto que suas astúcias, manhas e manobras como práticas de autonomia se fizeram cruciais, para a afirmação africana no perímetro urbano de Macapá e a continuidade dos demais grupos sociais, o que se pode ver no capítulo a seguir.

3 MINHA VIDA, MEUS CORPOS, MEUS CAMINHOS TORTOS

Não se sabe de que um homem é capaz “enquanto ser vivo” como conjunto de “forças que resistem” (DELEUZE, 1988, p, 100).

3.1 Outros Corpos Escravos em Macapá

Para compreender melhor esse movimento de fuga nessa primeira metade do século XVIII, e não resta dúvida que no século posterior também, deve-se entender Macapá como importante rota convergente de fugas e entendê-lo como palco de um comércio clandestino que envolvia essa região com as demais em seu entorno. Os raios dessa ação comercial podem ser pensados tomando por base um raio de trezentos e sessenta graus. Portanto, se toma como ponto de referência o extremo sul de Macapá, um pouco mais abaixo da boca do rio Jarí e, a partir desse ponto, traçarei a referida circunferência (ler mapa 10).

Aí, encontrar-se-á o perímetro de maior concentração de mão-de-obra escrava dos oitocentos, incluindo de outras vilas do Pará, como também da área física de outros territórios, como: a Guiana Francesa, Guiana Holandesa e Inglesa,⁴¹ e sem sombra de dúvida, essa é a maior área de movimento de fugas de escravos, sendo Macapá o ponto norte para a formação de mocambos, comparado com o mesmo alcance que os mocambos do rio Trombetas.⁴² Acrescenta-se, aqui, que o Estado do Maranhão não vai estar tão distante dessa abrangência geohistórica. Nesse contexto, vamos encontrar fugitivos de Macapá em Cameté (PA), de Caiena (Guiana Francesa) em Macapá, do Maranhão no Pará e do Pará em Caiena e vice-versa.

⁴¹ Essa idéia de um perímetro de circulação de escravos foi por mim elaborada. Surgiu a partir do cruzamento de leituras bibliográficas e de documentos sobre as fugas de escravos na região da Guiana Brasileira, considerando as seguintes obras: Acevedo Marin (2002); Coelho (1999, p.97-100); Bezerra Neto (2001); Romanni, (2007).

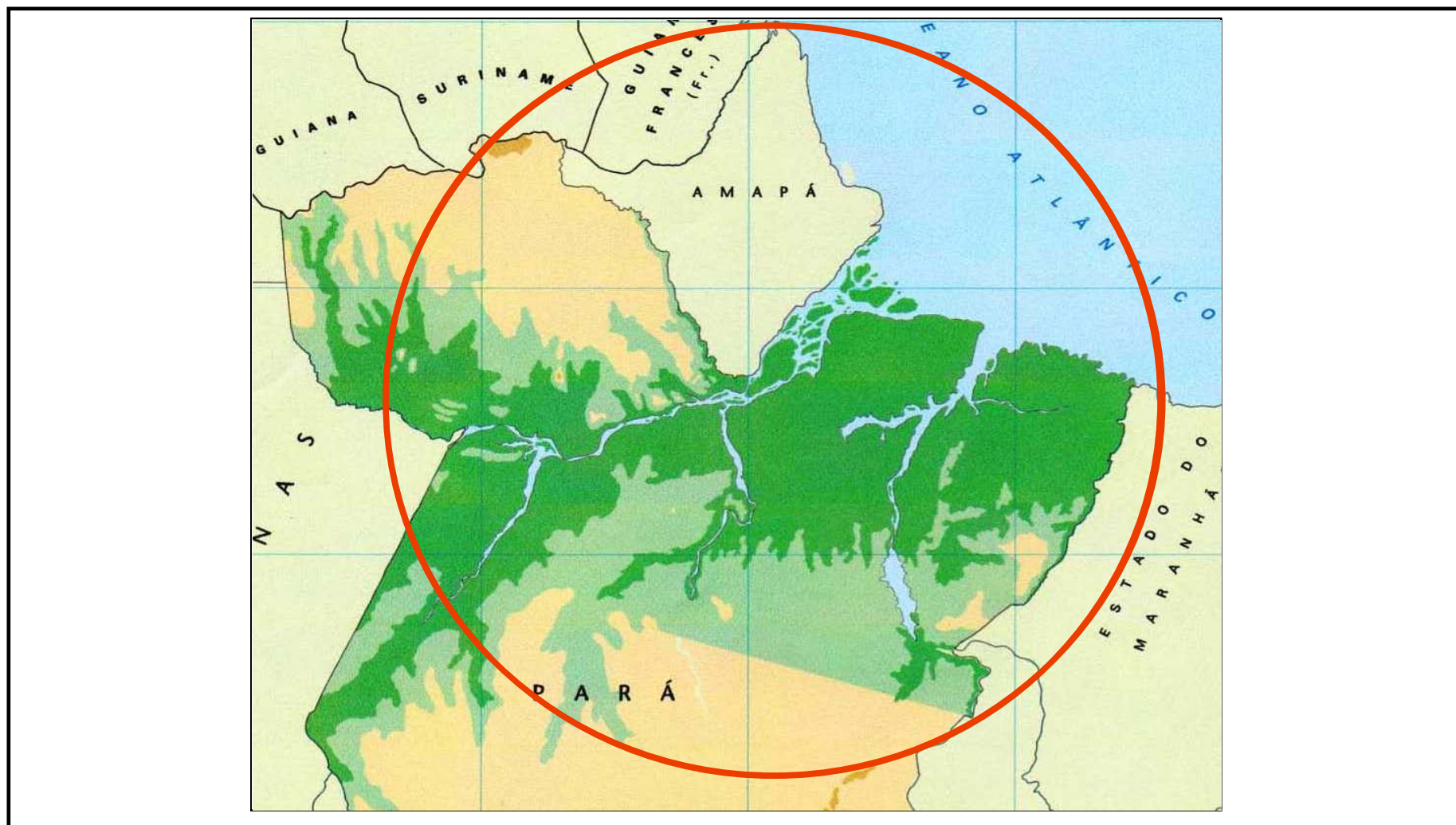
⁴² Sobre a ocupação do rio Trombetas por mocambos e sua população de fugitivos pode-se indicar duas importantes obras que traduzem a vivência dos trabalhadores africanos nessa região do Baixo Amazonas. A Tese de doutorado: “Nasci nas Matas, Nunca tive Senhor” – História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Trabalho de autoria do Professor FUNES, Eurípedes – defendida na USP/SP, 1995; e o livro de Acevedo Marin e Castro, *Negros dos Trombetas* – guardiões de matas e rios. (1998). Esta última obra é uma análise mais atual da demarcação das terras dos afro-descendentes dos Trombetas e os conflitos estabelecidos com empresas de mineração e hidrelétricas no intuito de garantir permanência em suas terras.

A partir dessa circunferência traçada, é possível focalizar o sentido dessa movimentação em um período, marcado por uma baixa presença de africanos em Macapá, mas a mobilização de fuga exigiu negociações e tratados internacionais, entre o Grão-Pará e Caiena. É possível compreender também por que Macapá se tornou uma rota de fuga cobiçada pelos fugitivos. Esse espaço geográfico de densa floresta era uma possibilidade, e nele, os fugitivos viam as condições favoráveis para reposição de suas energias gastas, e, nele, viviam trãnsfugas indígenas e africanos (deixados durante os embates entre colonizadores) e colonos criadores de gado da Guiana Francesa, portanto, isso se constituía num espaço tático para seus empreendimentos.

Macapá, como região de fronteira compreendida entre o rio Araguari e o Oiapoque (Ler mapa 11), esteve sob conflitos e pleitos judiciais entre a França/Portugal/Brasil. Possessões de terra que esses poderes tentavam açambarcar para si através de diversos tratados,⁴³ os quais provocaram uma suposta neutralidade para este domínio, deixando a região aberta à visita mercantil e aos aventureiros de várias nacionalidades. Essas possibilidades (a neutralidade e o comércio) permitiram que corpos nomeados de fugitivos (escravos, índios, soldados desertores e colonos franceses) de outras localidades ocupassem a região de Macapá. Flávio Santos Gomes afirma que a “fronteira era, para além de um refúgio geográfico, um esconderijo social e econômico perfeito naquele contexto amazônico” (GOMES, 1999, p. 233).

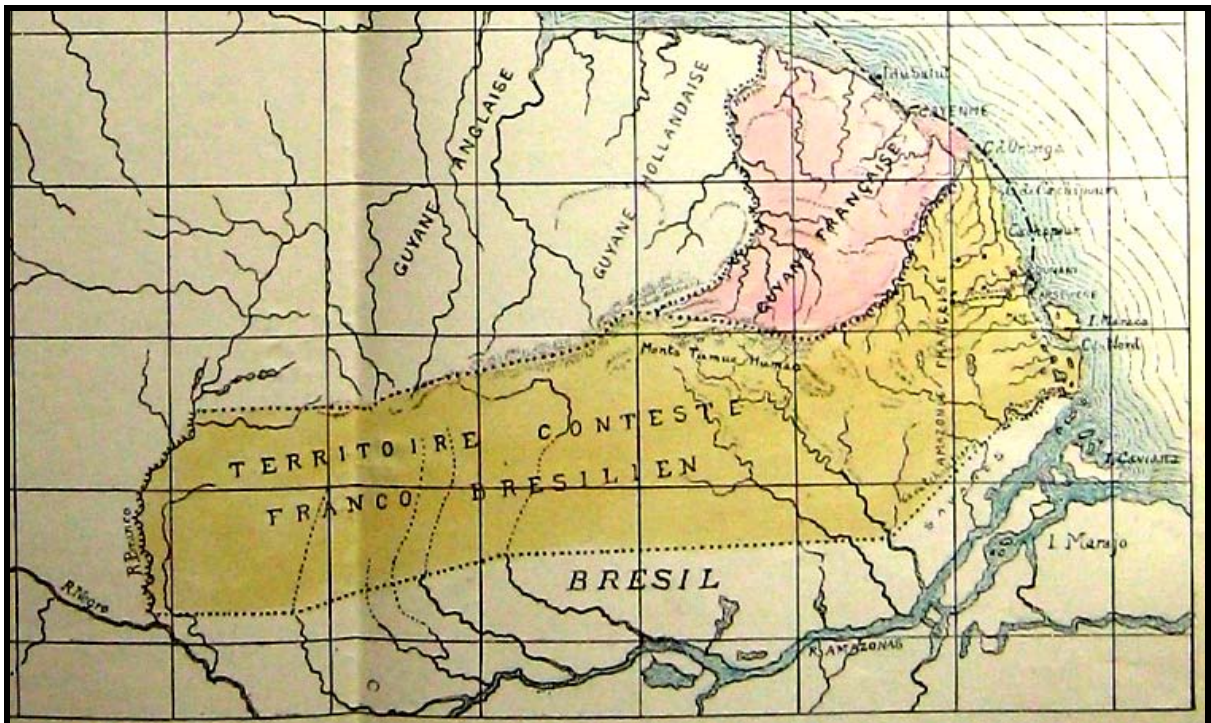
A idéia de “esconderijo” dá a entender que os fugitivos formavam um campo social isolado da sociedade, como se seu viver independesse dos acontecimentos que a todo instante exigiam dele reflexões, tomadas de decisão, de direção e mudanças, frente à receptividade dos fatos que os chamavam a se colocarem diante das ações que os atingiam. Pensar a fronteira como esconderijo é concebê-la como uma ilha social, é ignorar a presença de campos relacionais de forças.

⁴³ Diversos Tratados foram realizados com o objetivo de estabelecer a posse definitiva deste espaço que era terras de muitos e “Terra de Ninguém”. Desde 1700 quando foi assinado o Tratado Provincial; 1713 foi a vez do Tratado de Utrecht. Em 1801, o Tratado de Bodajoz, que buscava definir fronteira, por último o Laudo Suízo – 1991 (MORAIS e ROSÁRIO, 2006).



MAPA 10: Perímetro de circulação de escravos em direção ao Macapá. Linha imaginária criada pela autora para melhor compreensão desta região como um espaço central escolhido pelos trabalhadores africanos de diversas regiões para organizar seus mocambos. Fonte: Atlas Geográfico do Brasil. Ed.: Melhoramentos 2002.

Porém é possível argumentar de outro modo: que Macapá, como área de fronteira, constituiu-se num campo de força, semelhante ao movimento malabarista entre o “porteur e o volante”, visto que neste jogo de forças não existem o fixo e o volante, mas sim, ambos dão giros e mudam de direção, indo essa relação de um ponto a outro, sem soberania de uma parte ou de outra. Portanto, crê-se que a região de fronteira era o espaço tático de receptividade, de enfrentamento entre os vários campos de forças existentes dentro e fora dele. Nele, os africanos e outros fugitivos encontraram não só um espaço de reposição de suas energias, mas também as condições favoráveis de agenciamento e entrelaçamento social.



MAPA 11: Região em litígio até 1900. Fonte: Carta náutica da Companhia Francesa de Navegação. SG. Guyane Française. Centre des Archives d'Outre-Mér, CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.

Esse entrelaçamento social existiu desde a terceira década do século XVIII, como se pode ver nas reclamações de fugas de escravos, de tratados internacionais e de leis punitivas,⁴⁴ as quais revelam a existência de um movimento de fugas em direção a essa região de Macapá, especificamente para sua fronteira,

⁴⁴ Sobre os tratados internacionais ver BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Discurso ou Memória sobre a Instrução dos Franceses de Cayena nas Terras do Cabo do Norte em 1836, Maranhão, 1864, Ofícios transcritos de 14.08.1688; 08.01.1721. 14.02.1722 e 05.02.1724. Ver também Gomes (1999) e Acevedo Marin, (2002).

quando, nesse espaço de tempo, ainda não existiam as vilas de povoamento. Para entender esse movimento de trânsfugas africanos para essa fronteira, quando a região ainda não utilizava a força de trabalho cativa é preciso considerar um aspecto que merece um exame atento, como a existência de um movimento comercial entre índios e colonizadores (ingleses, holandeses e irlandeses) e posteriormente entre os franceses nessa área de fronteira,⁴⁵ que se tornou uma prática secular entre eles, bem anterior à presença africana introduzida de forma oficial.

Existia um comércio clandestino entre índios, franceses, comerciantes e regatões⁴⁶, que ia da troca de produtos da floresta a produtos industrializados, em casos mais específicos, como roupas finas, carruagens e até a venda de cachorro.⁴⁷ Movimentação econômica que muito desagradava aos portugueses; primeiro pela presença de negociações comerciais que fugiam ao controle metropolitano (comércio de sal, pano grosso, peixe salgado, ovos e banha de tartaruga, tecidos, fumo, látex e farinha). Esse movimento comercial provocava a presença de colonos franceses na região contestada e seu entrelaçamento com outros grupos sociais (índios e escravos fugitivos), obedientes aos interesses da França, numa região, por ela reivindicada,⁴⁸ motivo pelo qual Portugal se esforçava em destruir esses laços comerciais, pois deles não obtinha nenhuma compensação monetária; além de afirmar a ocupação deste território pelos franceses.

Se esse comércio desagradava às autoridades portuguesas, todavia não era inconveniente para os outros segmentos sociais como os índios, os militares desertores, os escravos fugidos e negociantes franceses. Esses indivíduos sociais percebiam, nessa região de pouca interferência política de ambas as partes, um espaço político de consumação de suas experiências comerciais e emancipatórias. No caso dos trabalhadores africanos, ou seja, os fugitivos enxergavam nessa geografia do rio Araguari um sentido de autonomia para suas decisões e ações. Este fator contribuiu para fazer desse território de fronteira um espaço de “terra de ninguém” propício para a entrada de fugitivos africanos e indígenas, destarte essa

⁴⁵ Esse movimento comercial teve origem ainda no processo de colonização, quando colonizadores, holandeses, ingleses e irlandeses deram início a entrelaçadas relações comerciais com os indígenas. Os intentos de ocupação por estes agentes europeus foram desfeitos pelas investidas portuguesas. Sucedeu então os franceses, que não deixaram o comércio sofrer um processo de descontinuidade. Porém, no final do século XVIII, pode-se observar a presença de ingleses das Guianas fazendo comércio no Contestado. Cf. Castro (1999, p. 129-194); Buarque (1991, p. 32-34); Carvalho (1945, p. 120-128).

⁴⁶ Sobre o conceito de regatão e de sua presença no Amapá, conferir a obra: “Na Ilhargá da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: Os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970”, de autoria de Paulo Marcelo Cambraia Costa, 2008.

⁴⁷ Sobre o comércio de cachorros encontramos referencia em (GOMES, 1999, p. 92) e de vestuários finos, carruagem e cachorros de raça no romance “Saraminda” de (SARNEY, 2000).

⁴⁸ A Escolha da posição de um forte, em 1687, “no rio Araguari, na boca de seus lagos (...)”, como registra Gomes Freire de Andrade, já tinha um objetivo: o de impedir o comércio dos franceses com os nativos. Cf. IHGB, ANDRADE, Gomes Freire de. Carta de Sua Majestade, 19 de julho de 1687.

área ia se enchendo de campamentos⁴⁹ e mocambos.

A região contestada de Macapá, ao possuir os elementos naturais e materiais favoráveis à defesa e a estabilidade dos fugitivos, vai passar a ser um lugar perfeito para alojá-los. Primeiro, pela presença de igarapés (rios pequenos) labirínticos, como meio de comunicação; segundo, pelas condições produtivas necessárias à reposição de suas energias vitais gastas, bem como pela presença de grupos indígenas e de uma área comercial livre do controle metropolitano. As particularidades e diversidades dessa área de litígio vão proporcionar aos cativos em fuga a efetivação de seus ranchos, mocambos, além de alimentar uma rede de articulação, entre os grupos “ordinários” do sistema escravocrata, como os africanos, índios, soldados desertores e, posteriormente, alguns pequenos produtores.

A orientação para a ocupação foi o sentido dado pelos fugitivos a essa área do rio Araguari. Esse projeto de apoderar-se desta região contestada e ainda não havia sido apropriada parecia ser o ponto fortificado dos trabalhadores africanos que se retiravam do poder direto de seu senhor. Apesar da intensa vigilância da parte dos portugueses, os africanos encontravam aí um campo de sociabilidade possível, pois barganhavam trabalho por alimentos, que a natureza não lhes fornecia. Sendo assim, faziam cinzas – composto orgânico usado para curtir o couro bovino na época – bem como curtiam o couro; ainda trabalhavam como vaqueiros, fabricantes de óleo e extratores, recolhiam resinas das seringueiras e confeccionavam sapatos de látex e os vendiam. Essa relação mais íntima era realizada com colonos guianenses que ocupavam a área contestada de Macapá.

Essa presença freqüente de franceses na fronteira, com suas atividades comerciais,⁵⁰ ocasionava divergências constantes entre os dois grupos de colonizadores. Esse movimento na área contestada provocou um clima de desconfiança da parte dos lusos, que, diante disso, davam crédito a essas práticas dos colonos franceses como uma estratégia para a penetração e ocupação de seus domínios coloniais. Nesse quadro, não é de se estranhar que qualquer variação na fronteira, provocava “receio e o redobrar da vigilância em toda região” (GOMES, 1999, p. 229). Cumpre aqui acrescentar também que os desentendimentos ocorridos entre os colonizadores constituíam a oportunidade certa, um acaso que era muito bem

⁴⁹ João Lúcio de Azevedo diferenciava os mocambos de africanos dos de ameríndios, denominando os ajuntamentos indígenas de campamentos (D'AZEVEDO, 1999).

⁵⁰ Nesse comércio realizado por traficantes guianenses eram comercializadas gomas, bálsamos, peixe boi, óleo de tartaruga e de copaíba. Ver (CARDOSO, 1984, p. 10).

aproveitado pelos trabalhadores africanos, pois, nesse ínterim, de vigilância e ajustes entre as duas nações, eles iam consolidando sua presença às margens do rio Araguari e assegurando, de forma mais sólida uma relação comercial com os colonos franceses.

Eliminar o comércio era um dos pontos de pauta dos interesses políticos portugueses, visto que o outro era minar as fugas em direção à área de litígio e desenraizar o vínculo social, que dava origem à existência de micro-sociedades livres do domínio luso em Macapá, especificamente os mocambos da área contestada. Mas esse movimento comercial não tinha um porto certo, era volante, não existia uma relação fixa: comprador/fornecedor. Toda transação comercial dependia dos bons ventos, das oportunidades e descoberta de grupos com condição de permutar mercadoria, que podia ser trabalho ou produtos comerciáveis; dependia também de informações sobre a presença de comerciantes com interesses que fossem favoráveis ou atendessem à necessidade de troca dos mocambolas.

Inquietos com o desenrolar dos acontecimentos na região de litígio, os portugueses cuidaram em elaborar leis com o objetivo de desempatar o comércio clandestino em Macapá. As Provisões do Conselho Ultramarino determinavam a proibição dessa atividade; prescrição que levou as autoridades do Grão-Pará a enviar expedições nos anos de 1721, 1723 e 1724 para reprimir as negociações comerciais instituídas pelos franceses em Macapá. Seguindo estas provisões, foi aprisionado em 1724, um navio da Guiana Francesa que pretendia realizar comércio na região de fronteira (GOMES, 1999, p. 229).

Outras penalidades foram aplicadas no decorrer da década de trinta, do século XVIII, para evitar, antes de tudo, que indivíduos sociais paraenses ousassem, de forma clandestina, a favorecer a continuidade desse comércio. Ficava determinado, aos que se envolvessem nessa prática, o seqüestro de seus bens e a sua prisão, caso eles fossem encontrados implicados no comércio "ilegal" com os franceses. Esse entrelaçamento entre a Guiana francesa e Macapá através de seus sujeitos sociais, escravos, índios e colonos eram tão comuns, que o piloto Francisco Lopes, da guarnição paraense, enviado para abordar navios franceses nessa região, fez aviso prévio aos negociantes, prejudicando a operação de ataque pretendida pelas autoridades paraenses, razão pela qual Francisco Lopes foi autuado e preso (REIS, 1993, p. 141).

Deve-se, aqui, esclarecer que o intento das autoridades lusas, representadas pelos administradores paraenses, de impedir esse processo de interação entre ambos os grupos comerciais esteve sempre presente em todo período de litígio, mas não eles não encontraram as condições internas favoráveis que os permitissem destruí-los. Acevedo Marin registra em seu artigo – Colônias, agricultura e escravos nas Guianas – que, quando se criou a vila de Macapá, procurava-se obstaculizar o tráfico de escravos realizado pelos colonos da Guiana, bem como garantir o exercício de um maior controle português em Macapá (ACEVEDO MARIN e GOMES, 2002, p. 5). Dava-se aqui, o entender que as leis lusitanas não chegavam a essa região, nem mesmo à presença de autoridades, para fazê-las executáveis, conseguiram interromper o prosseguimento do comércio na região do contestado. A aflição dos portugueses era contínua, pois além de eles não lograram controlar o comércio entre os franceses da Guiana e os moradores das vilas de controle lusitano, dez anos depois, essa ação ainda era evidente, pois em 1762, um francês é detido em águas próximas à vila de Macapá e Chaves, que também desejava efetivar comércio nessas regiões (GOMES, 1999, p. 229).

Comércio e fugas de escravos pareciam inabaláveis. Quanto aos trabalhadores escravos fugidos, as reclamações eram contínuas, tanto no lado português como no francês, principalmente por parte dos proprietários que, pelo prejuízo da força de trabalho ausente, faziam suas denúncias aos comandantes locais e, estes, por sua vez, comunicavam o fato ao governo provincial. Práticas hierárquicas que permitiam aos africanos tirarem “proveito dessas relações que lhes eram estranhas” (CERTEAU, 1994, p. 47), considerando-se que eles sabiam em momentos oportunos combinar elementos heterogêneos em decisões que lhes eram convenientes. Durante o tempo de espera que os administradores levavam para efetivar uma ação contra os fugitivos, eles aproveitavam essa ocasião para elaborar uma ação transitiva sobre seus senhores. Sendo assim, na primeira metade do século XVIII, pode-se apontar para a existência de dois quilombos na região de Macapá e uma maior movimentação de trãnsfugas, nessa área receptora de fugitivos.

Em 1731, o governador do Grão-Pará, Alexandre de Souza Freire, sob ordem do Rei de Portugal (D. João V), ordenou o envio de uma escolta aos rios e cabeceiras para prender fugitivos. Entre o tempo de oficializar essa ordem através

de correspondência e a designação de uma expedição ⁵¹ com a ordem de busca, outros desejos eram postos em prática pelos trabalhadores cativos. Enquanto franceses e portugueses se digladiavam, prescreviam e assinavam tratados internacionais para resolver as devoluções de africanos fugitivos, esses indivíduos fizeram do seu desejo uma força que os animava. Assim, foram construindo seus espaços de controle, de novas fugas e de sobrevivência, como confere Georges Balandier: “o desejo é o “ser que atíça o interior”, age como uma “pessoa da obscuridade” leva o indivíduo a seu limite para “precipitá-lo na felicidade” ou mergulhá-lo na infelicidade” (BALANDIER, 1997, p. 23)

Cumpra aqui lembrar que o acordo de devolução de escravos de 1732 foi realizado com muito estranhamento entre ambas as autoridades, francesa e portuguesa. Entretanto, não foram poucas as queixas quanto à demora da devolução e a não reciprocidade da restituição. Em 1733, ao entregar 25 escravos aos senhores Fossad e Simosen, as autoridades do Grão-Pará cobraram dos franceses a mesma atitude (GOMES, apud 1999, p. 227). Defende Acevedo Marin que a contenda da devolução “passou a ser uma questão política” e “gerou atritos freqüentes” (ACEVEDO MARIN e GOMES, 2002, p. 10). Esses atritos permitiam um espaço de tempo que favorecia novas tomadas de ação da parte dos trabalhadores africanos.

O capitão general do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José da Serra, em 1734, dirigiu-se à Corte de Portugal para receber instruções de como proceder sobre a restituição dos escravos de Caiena refugiados na sua jurisdição. O Conselho Ultramarino aconselhou a: primeiro, examinar se os franceses dão inteiros cumprimentos às condições com que se lhes entregam os escravos (não puni-los com pena de morte) e se os destacamentos franceses encarregados de capturas não estão ultrapassando a margem sul do rio Vicente Pinzon. Isso significava dizer que o corpo de tropa francesa não devia penetrar na região de Macapá e os escravos guianenses devolvidos não deveriam ser punidos (APEP, doc. 428, 1734). Todo esse trâmite político oportunizava tempo suficiente para outras ações dos fugitivos, fossem eles da Guiana francesa ou de Macapá. Pode-se dizer que a

⁵¹ Não se tem muita informação sobre a capacidade de transporte e comunicação de que dispunha o governo da província no início da década de 30 dos setecentos, mas nos idos de 40 dos oitocentos, Souza Franco informava ao governo central que na província do Grão-Pará havia um total de dezoito embarcações com diferentes capacidades de navegação e algumas completamente arruinadas. O que deixa entrever que no século anterior essas condições não podiam ser melhores para atender toda a extensão geográfica dessa província que ia do Grão-Pará ao Rio Negro. Sobre a capacidade de transporte de 1840, ver: Medeiros (2006, p. 52).

movimentação de fugas não parava. A todo tempo aumentavam as reclamações dos colonos franceses, moradores de Caiena.

Ao passo que as denúncias dos proprietários ou das autoridades locais ou estrangeiras se faziam públicas, os fugitivos organizavam seus mocambos nas cabeceiras, ou próximo às áreas encachoeiradas dos rios, principalmente do rio Araguari (APEP, Cód. 37. 1792). Desse rio, os fugitivos faziam contatos com escravos fugitivos de Caiena e com vaqueiros nas fazendas da vila de Macapá, sujeitos com maior possibilidade de mobilização e de contatos com escravos das senzalas da vila de Macapá. Condições que lhes davam oportunidades de conhecimento sobre os acontecimentos da vila e garantia de saldo para seus intentos. Aproveitando as condições viáveis para atuar sobre as forças opostas, uns organizavam novas fugas; outros saqueavam alimentos e roupas dos colonos que viviam na vila de Macapá. Eram considerados tão bons em sua arte de fuga que eram denominados pelos colonos de maior posse de “pilotos” para outros escravos (APEP, Cód. 468, 1793).

Em Macapá, os cativos vaqueiros foram considerados os repassadores de informações entre os mocambolas e os trabalhadores de senzalas. Na obra “Braços Fortes – Trabalho Escravo nas Fazendas da Nação no Piauí” do autor Solimar Oliveira Lima, especificamente no capítulo três – “Formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados”, discorre sobre os vaqueiros de ganho, que acatavam o acordo do sistema denominado de “quarta”. Ele defende que esse sistema tinha mais efeito psicológico que econômico, pois o trabalhador africano não obtinha nenhum proveito com isso, pois os bois que lhes cabiam só lhes rendiam para o consumo (LIMA, 2005, p. 115-116). Crê-se que seja bem provável que os cativos tinham percepção desse jogo do senhor, porém essa condição pode detalhar uma outra sensação dos trabalhadores africanos, que cumpre aqui lembrar – não era o fator ganho aqui o objeto da conquista para o “escravo” criador ou vaqueiro, mas sim, a possibilidade de um pouco mais de liberdade que ele adquiria como criador de reses, de ir e voltar, de apreender os acontecimentos e repassá-los quando desejasse, inclusive de ser cúmplice de fugas, de acoitamento de fugitivos e correio entre cativos e fugitivos, a exemplo dos vaqueiros de Macapá.

Essa movimentação de fugitivos e contatos estabelecidos não só se dava entre os trabalhadores africanos fugidos e os de senzalas; ocorria também entre eles e os colonos lavradores. Essa articulação entre diferentes singularidades

amedrontava as autoridades paraenses e as levavam a oficializar o referido transtorno às autoridades portuguesas, motivando o Rei de Portugal a novamente ordenar aos governadores do Pará a manter “atividade de vigilância de extinguir mocambos e prender culpados de crime”, nesse território (APEP, Cód 413, 1734). Os decretos de punição para aqueles que auxiliassem os cativos que procuravam fugir para as fronteiras constituíam enunciados constantes da Coroa Portuguesa.

Se os lusos se viam atingidos por essa negociação entre colonos e os africanos, condições que lhes favoreciam a fuga ou sua continuidade (no caso de se fazer vista grossa aos fugitivos) era porque ocorria entre ambos uma relação semelhante de desgaste que os entrelaçavam, possibilitando aos africanos um agenciamento nesse campo de indivíduos ordinários, que lhes asseguravam livre trânsito em determinadas propriedades, possibilitando ao africano sua chegada até o mocambo desejado, ou a uma localidade a que desejava chegar, fosse ela a vila de Macapá ou um sítio de colono.

Mocambo pressupõe fugas, e, na prática cotidiana, eles emergem como manifestações concomitantes. Estes dois elementos se efetivaram no processo de busca de liberdade pelos africanos de Macapá. Vindos de Belém, Ilha de Marajó, Turiaçu (Maranhão) e de Caiena – pode-se falar de uma reunião entre escravos dessas localidades, que penetraram na região de Macapá e lá se fixaram em 1749, próximo ao rio Anauerapucu, onde trabalhadores negros fugitivos organizaram-se em um grande mocambo. Estes mocambolas conseguiram driblar as diligências e até as expedições de resgate de índios. Desse modo, os quilombolas do rio Anauerapucu se internaram para o norte, mais adentro da floresta, quando foram descobertos por uma dessas expedições (SALLES, 1990, p. 221).

Se as tropas diligentes conheciam a mata, os mocambolas eram como formigas na mata, não em relação à quantidade, mas aos caminhos traçados por elas, até chegar ao formigueiro: entrecruzados, volantes, inconstantes, como as formigas de que relatou Gabriel Soares de Sousa em seu livro “Declaração das Grandezas do Brasil”, ao descrever os danos que as formigas faziam com suas astúcias na conquista de alimentos: “só salteavam senão à noite; traziam sempre espias pelos campos, que levam aviso ao formigueiro e tem tanto ardis que faz espanto que tira o gosto aos homens de plantarem senão aquilo sem que não podem viver na terra”. Ainda acrescenta que ilhando as terras com fossos de água, mesmo assim, suas rainhas voavam e caíam lá no centro da terra fazendo suas

casas e destruindo tudo (SOUZA, 1971, p. 269). Os africanos fugitivos cansavam as autoridades com seus dribles e desorganizavam as forças de captura.

A partir da década de 50, do século dezoito, os movimentos de fugas se intensificaram na região com a implantação de quatro vilas de colonos em Macapá, as quais já foram mencionadas e, com a construção de uma grande obra pública, a Fortaleza de São José de Macapá, acontecimento que ocupou uma grande quantidade de mão-de-obra africana e maior introdução de “escravos” no local, motivadas pela abolição da escravidão indígena prescrita por Marquês de Pombal. Inclusive, administradores franceses foram levados a pensar que as freqüentes fugas de seus escravos ocorreram por razão da liberdade consentida aos indígenas. Em síntese, que as fugas tinham forte vinculação com a emancipação dos índios decretada por Mendonça Furtado (ACEVEDO MARIN e GOMES, 2002, p. 12).

Ainda durante a década de 50 dos setecentos, novos tratados foram assinados: um em 1752, para o Grão-Pará obter restituição de escravos de Caiena; enquanto o outro, em 1762, sobre a restituição recíproca entre ambas as regiões. Porém os perdões outorgados pelo Rei de Portugal aos escravos restituídos a Caiena, os favorecia, levando-os a novas fugas. Essa prescrição de perdão da parte lusa pretendia livrar os cativos do Grão-Pará dos maus tratos do Code de Noir ou lei negra⁵² imposta pela França. Estes campos soberanos se provocavam constantemente, beneficiando novas fugas em direção a Macapá.

A discórdia entre lusos e franceses favorecia os africanos, que a partir de suas crenças e de seus desejos moldavam sua vida de acordo com os acontecimentos. Quando o cativo restituído a Caiena tornava a fugir e era capturado pelas expedições de fuga, logo era entregue em Belém, no Grão-Pará. Quando ocorria uma segunda captura de escravos de Caiena, eles eram distribuídos entre os moradores por ordem do Governador (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 222). Ao que tudo indica, os africanos da Guiana preferiam se tornar cativos no Pará, caso não conseguissem sua liberdade no amparo de algum mocambo no território contestado de Macapá, que em terras de Caiena, pois conheciam a brutalidade do Code Noir e a existência de várias áreas de criatórios no Grão-Pará,

⁵² Code Noir – Édito francês que elaborou a codificação específica para escravidão negra. Foi idealizado por Colbert, ministro das finanças de Luís XIV. Esse Código Negro foi elaborado para as colônias francesas e datado de 1685. Estava inserido na política de fortalecimento do poder metropolitano sobre as Antilhas, de modo, que como instrumento jurídico assinalava o escravo semelhante a um bem móvel e passível à pena de mote, pelos seus atos subversivos e por fugas (MARQUESE, 2004).

possibilitado a eles um trabalho menos vigiado. A região contestada até então absorvia fugitivos de várias localidades, vindos da Guiana Francesa e dos vários distritos do Grão-Pará, até do Maranhão, mas a necessidade de grande número de trabalhadores para a construção da Fortaleza de São José e as pressões sobre essa força de trabalho cativa, vai desencadear um processo de fugas da vila de Macapá para a área contestada.

3.2 As Vilas em Macapá: mais corpos escravos

Entra em cena, nessa década de 60 do século XVIII, em Macapá, agora não só como receptor de fugidos e campo de formação de mocambos no contestado brasileiro, mas como espaço territorial, onde os proprietários e a câmara municipal faziam reclamações quanto aos seus escravos fugidos. Nesse período, vamos encontrar uma série de correspondências dirigidas de diversos ao governador do Grão-Pará, tratando de fugas de cativos em Macapá.

Portanto, os mocambos formados no rio Anauerapucu e no rio Araguari estavam agora sendo engrossados por africanos fugitivos dos colonos, residentes na vila de Macapá, Vila Vistosa Madre de Deus e da Vila de Mazagão, assim como pelos “escravos” públicos pertencentes ao governo municipal. Porém não resta dúvida de que as fugas dos distritos do Pará e Caiena continuavam existindo. Tanto assim, que, em 1762, pode-se perceber a presença de mais um mocambo no Araguari de “escravos” fugitivos de Soure. O comandante da vila de Soure, ao procurar saber onde os escravos desertores se encontravam, chegou a “uma exata informação” de “que todos seguem o caminho do Araguari, onde se acham gente destas nações”, quer dizer, das diversas vilas e distritos do Grão-Pará (APEP, Cód. 113, doc. 19, 1762).

Em 16 de fevereiro de 1765, Nuno da Cunha Ataíde Varona – Comandante da vila de Macapá – através de documento, comunicou aos militares e paisanas desta vila, a fuga de quatro “escravos” da fortificação. Em sua comunicação pede aos militares que prendam os fugitivos e os conduzam a sua presença (VERGOLINO e HENRY, 1990, p. 78). Mal completava um ano de investimento na construção da Fortaleza de São José de Macapá, os cativos já desertavam. As atividades árduas

que essa construção civil exigia, desde a labuta nas pedreiras, nas olarias e na própria fortificação, feita sob o sol escaldante de um clima tropical úmido e sob a tirania da supervisão militar, não podiam deixar de engendrar nos “ordinários” a ansiedade de liberdade, o desejo de si verem livres desse trabalho sem descanso, o tempo todo vigiado e tomado de olhares punitivos. Essa condição parecia incômoda para os africanos. Após a primeira fuga, alguns meses depois, em 21 de julho de 1765, Nuno da Cunha comunica a fuga de um grande número de “escravos” (Idem, 1990, p. 81) que em ofício posterior, define em número de 51 (Ibdem, 1990, p. 82). Desses, 41 foram reconduzidos, uns por meio de apreensão realizada por tropas militares, outros – “voluntariamente”, punidos pela fome.

Flávio dos Santos Gomes defende que, esse fato de escravo render-se pela fome, comprova que a floresta não era um lugar garantido como roteiro de fuga. Para o autor, seguir pelas “escarpas das matas” seria se oferecer como presa fácil à fome, às doenças e aos animais selvagens. Ainda acrescenta: Em Macapá, num lugar conhecido por Pesqueiro, três escravos foram vítimas de um desses males (GOMES & QUEIROZ, 2002, p. 21-50). Porém, nos detalhes das informações do Preto Miguel, escravo do senhor Miranda, ele revela que os mocambolas não conheciam “caminho algum pelo mar” visto “que nunca se expuseram por ser muito longe e os caminhos por terra lhe facilitarem a brevidade da jornada” (Cód. 853. doc. 33, 1792). É possível argumentar de outro modo, pois cabe aqui acrescentar outros detalhes: além da distância pelo mar, teriam eles que enfrentar as ondulações marinhas das águas costeiras, como a pororoca⁵³. Nesse caso, teriam que adquirir embarcações mais resistentes, no caso de barco a vela ou a vapor e estariam se expondo à vigilância da área costeira e do rio Araguari. Portanto, crê-se que eles o faziam por terra.

O caminho utilizado acredita-se ter sido por terras e não por rios, até mesmo conhecendo-se a geografia dessa região do Araguari a Macapá, pode-se acrescentar que o rio de melhor acesso de uma localidade a outra é o rio Amazonas, e esse possui grande extensão de água, tornando-se visível qualquer embarcação em seu leito, razão pela qual se supõem que, quando fizeram uso de caminhos por

⁵³ A pororoca é um fenômeno de reação do Rio Araguari em rejeição temporária às forças das águas do Oceano Atlântico. O oceano, ao jogar suas águas para o rio, ele repele-a, fazendo surgir ondas gigantes até que lentamente as águas marinhas vão adentrando pelo rio mas, nesse ínterim, essas águas em choques saem destruindo tudo que lhes vier à frente, assoreando as margens do rio Araguari. Fenômeno já registrado na Crônica de Daniel Parish Kidder – Reminiscências de Viagens e Permanência no Brasil: Província do Norte, 1951.

água, foram utilizados os pequenos igarapés, por constituírem canais mais disfarçados e labirínticos que serviam de ligação entre uma localidade e outra, bem como por seu curso de água ser favorável ao uso de canoas – embarcação pequena de fácil fabricação e manuseio. Além dos igarapés possuírem características como: serenidade das águas, pouca profundidade, pequena largura, e serem eles sempre encobertos por revestimento vegetal e suas águas correrem sob um túnel formado por árvores em todo seu percurso. Quanto às mortes, fica claro que qualquer improvisado de fuga, sem o mínimo de drible; sem um contato antecipado com mocambolas, fossem eles índios ou negros se caíria em fatal resultado.

Independente do caminho, a verdade é que as fugas começaram a ser intensas, mesmo diante da ausência de documentos que comprovem a compra de escravos a partir de 1752, quando se dá a chegada dos colonos açorianos. Julga-se, pelo número de fugas, ter entrado mão-de-obra cativa na vila de Macapá, nesse período entre a instalação dos colonos e o início da construção da Fortaleza de São José. Considerando, primeiro, a compra de um africano solicitado por uma viúva e a negociação de preço em 1763 (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 74); segundo, a correspondência entre o comandante de Macapá e o Governador do Pará, ofício datado de 16 de setembro de 1765, no qual um acaso deixa clara a presença de trabalhadores africanos entre os moradores da vila, pois no referido ofício encontra-se registrado um planejamento de fuga coletiva entre os escravos da fortificação e dos colonos. Esse documento ainda revela a proibição, a partir do intento de fuga, de comunicação entre os escravos dos moradores e os da fortificação (Idem, 1990, p. 84).

Essa proibição deixa entrever que os “escravos” destinados ao trabalho na fortaleza de São José eram mais experientes, conheciam melhor a região: talvez por anos vividos junto aos parceiros indígenas na região ou por terem sido comprados na condição de cativos e não se permitirem render a essa condição. Diferente dos escravos pertencentes aos açorianos⁵⁴ que provavelmente eram escravos do plantio e de funções domésticas, destinados ao labor da cozinha, fiação, preparo da farinha que cabiam às mulheres, e aos homens o trato com a

⁵⁴ Os cativos dos açorianos eram bem provável que fossem já afro-descendentes, mestiços com ritos religiosos cristãos. Censo de 1808 – Anais do Arquivo Público de Belém, p. 179 – 1995. Porém ao entrar em contato com os africanos comprados para atender o serviço da edificação da Fortaleza e com os mazaganistas que tinham influências mulçumanas, deram origem ao Marabaixo. Autores local os apresentam como os responsáveis pela cultura do Marabaixo, batuque e dança praticada até os dias atuais em Macapá. Vide Canto (1998, p. 18).

lavoura (plantio de arroz, algodão, milho, feijão e mandioca). Alguns deles, ao que parece, haviam garantido certa familiaridade pela confiança adquirida perante seu senhor e também por não serem serviçais de alto grau de exploração, como os cativos do eito e da construção civil, mas somente para o trabalho doméstico e de subsistência do colono e sua família.

Interrompendo o ritmo das fugas dos trabalhadores africanos para focar as trabalhadoras cativas, dentre o gênero feminino existente na vila de São José de Macapá, considerando-se que as mulheres de um modo geral aparecem na documentação pesquisada, mas são poucas as informações sobre suas práticas habituais. As mulheres colonas, especificamente as viúvas, que investiram na produção agrícola do arroz, tiveram seu reconhecimento garantido, pelo menos nas cartas que eram trocadas entre o administrador da vila e o governador do Grão-Pará. As demais mulheres se distribuíam em donas de casa, agricultoras, fiandeiras, farinheiras e reprodutoras da força de trabalho. As mulheres cativas e indígenas faziam as tarefas diárias, desde a colheita do arroz e do algodão, bem como eram fiandeiras e farinheiras para as mulheres e homens que fossem colonos produtores.

Do ponto de vista moral, um acontecimento deixa apreender ao que parece que o gênero feminino era muito desrespeitado, principalmente quando se tratava de uma trabalhadora africana, como se pode ler num ato de punição de um trabalhador cativo. Sabendo o cativo do poder que exercia os militares de satisfazer os prazeres de seus corpos com as trabalhadoras africanas, tomou para si esse poder, e se fez passar pelo alferes Roberto de Maré e foi dormir com a mulher de um outro cativo, José da Silva, motivo pelo qual foi açoitado com cinquenta chicotadas. A primeira vista, partindo de um olhar sobre a sociedade escravocrata, aceita-se que a mulher africana de fato sofria de abusos quanto à liberdade de seu corpo na vila de Macapá, que aqui aparece como sendo controlado por um poder que lhe é externo – no caso, pelo militar.

No entanto, como as lentes dos olhos focalizam distâncias, vêem coisas miúdas. Nota-se, nesse caso, que o alferes Roberto de Maré era um militar de etnia africana, mesmo encontrando-se numa posição de alferes subordinado a um campo de poder e autoridade que o constituía, consumia o jogo desse poder instituído de tomar as mulheres africanas como corpos dependentes, os quais eles podiam exercer o poder de usá-los. Por outro lado, atenta-se aqui para o poder do cativo, que logo dominou as vantagens dos militares e se fez inventivo de querer ser o

alferes, e criar com essa trapaça as possibilidades de satisfazer também seu corpo, abusando de mulheres de seu próprio grupo étnico. (VERGONLINO-ENHY e FIGUEIREDO, 1990, p. 89).

Ainda sobre os cativos e retomando as fugas, a associação entre os africanos que trabalhavam na fortificação de São José e os dos colonos não demorou a ocorrer. Só após 1765, ocorreu a primeira manifestação, quando 24 trabalhadores cativos, homens e mulheres, de ambas as instituições, planejaram uma fuga coletiva para a noite de 17 de setembro do corrente ano. Ao serem delatados por escravos do mesmo grupo, foram castigados. O intento do castigo era conter a idéia perniciosa de outras fugas. Nada os impediu, em seguida, fugiram 13 dos 24 africanos organizados. Os desejos dos africanos podiam também não ser táticos, e sim, de ira e ódio no seu interior, mesmo que esse limite os levasse à penalidade de inúmeros açoites.

Quanto à oferta de escravos para os colonos da Vila de Macapá, um outro documento datado de 1765, deixa entrever, numa comunicação entre o comandante de Macapá, Fernando da Costa de Ataíde Teive e o governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a informação sobre a chegada de um “Navio da Companhia vindo de Angola com Pretos”. Porém, não se encontra documento com demonstrativo sobre se houve ou não a compra de escravos no referido ano por colonos desta vila. O que se estranha aqui é que antes da construção da Fortaleza de São José de Macapá, nem colonos, nem autoridades denunciavam fugas de escravos, como se não existissem trabalhadores cativos na vila. No entanto, é confirmada sua existência pelo registro de fugas ocorridas em 1765, logo após o início da construção da fortificação. É prudente a essa altura chamar a atenção para o que está sendo erguido, considerando-se que esse evento só vai ocorrer a partir da edificação de Fortaleza de São José, quando os cativos dos colonos passaram a ser convocados para as atividades vinculadas à construção civil, local de trabalho mais penoso e sob controle direto de militares e administradores.

Tentando novamente puxar os fios que conduzam a um conhecimento desse detalhe, pode-se entender que, nesse contexto, as autoridades começaram a exigir dos colonos o abastecimento da cidade com produtos alimentícios para o conjunto dos trabalhadores. Momento em que os colonos vão requerer mais tempo de trabalho dos cativos em função do aumento da produção. Agora, os cativos não se limitarão mais a assistir apenas a necessidade de consumo por parte do produtor,

mas de criar um excedente que deveria ser entregue às autoridades da vila. Foi nesse momento que os trabalhadores africanos, que viviam no seu silêncio se manifestaram. Como se vê, treze anos depois da chegada dos açorianos, justamente após terem entrado em contato com parceiros sujeitos às mesmas reações de desagrado, a exemplo dos escravos públicos enviados de outras localidades do Pará para serem usados na construção civil, principalmente na edificação da Fortaleza de Macapá, visto que estavam todos os cativos agora, diante da exploração direta sobre seus corpos.

Pode-se investir também em outra possibilidade: a diferença entre ambos os cativos, pois se sabe que a maior parte dos cativos enviados para a construção da fortaleza de São José eram “escravos” pertencentes ao Senado da Câmara do Pará. Africanos com mais experiência, adquirida de forma espontânea, tanto em informações como da geografia (rios e florestas) da dita região. Talvez tenha sido a aproximação com um grupo de indivíduo de uma mesma etnia, pois os cativos dos colonos ao chegarem à vila de Macapá estabeleceram relação com grupos indígenas, de cultura estranha a eles. Esse fator retardou o processo de associação entre as duas etnias, visto que havia diferenças culturais a ser superadas (a língua falada, tradição de união conjugal), até se chegar a uma maturidade para o estabelecimento de uma aliança.

Essa distância ainda não resolvida pelos trabalhadores africanos em relação à proximidade com o indígena deixou de existir quando os cativos pertencentes ao Senado do Grão-Pará foram enviados para a vila de Macapá. O encontro entre grupos étnicos semelhantes, instalou uma confiança que permitiu alguns africanos subverter uma ordem que parecia controlada na vila São José de Macapá. Portanto, intui-se que, com os açorianos vieram escravos, ou eles compraram escravos recém-chegados da África, com a ajuda de custo dada pelo governo português, no ato de sua transferência do Pará para Macapá. No entanto, os africanos, não haviam construído uma experiência junto ao indígena que lhes permitissem investir num ato de fuga, de liberdade da condição de cativo, adiando, desse modo, uma manifestação contra as formas de pressão que sofriam.

As fontes investigadas sobre a entrada ou a compra de escravos, após 1765, nesse período de funcionamento da vila de Macapá, não revelam a quantidade exata de peças ou unidades que recebeu esse núcleo de povoamento, apenas mencionam que excederam ao número de duzentos, em menos de um ano

(VERGOLINO-HENRY, 1900, p. 177). Quantidade razoável, para doze meses, porém cabe aqui esclarecer que um quarto deles era comprado pela administração colonial, como escravos públicos. Esse investimento, a partir de 1765, deixa transparecer que essa preocupação com a entrada de africanos tinha um norte mais importante que o desenvolvimento da economia agrícola, era o adiantamento da edificação militar – a Fortificação que seria o obstáculo ao avanço francês, portanto, a segurança da região fronteiriça.

Com as freqüentes chegada de cativos, as fugas se tornavam cada vez mais aceleradas. Começa então um sistema de vigilância e captura aparentemente severo contra os fugitivos. Apesar de as autoridades da vila de Macapá, descreverem através dos ofícios enviados ao governador do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que eram rigorosos na vigilância e na captura dos fugitivos, deixavam antecipar, todavia, uma grande tensão, pois o comandante da vila de Macapá, Nuno da Cunha, estava preocupado porque se via impotente em não poder conter as fugas, que continuavam ocorrendo, apesar das ordens de vigilância e de busca recomendáveis. Segundo o comandante de Macapá, apesar dos 41 escravos recapturados, em outubro de 1765, existiam ainda 26 fugidos (Idem, 1990, p. 85).

A preocupação tomou conta das autoridades da Vila de Macapá, mais precisamente do comandante local. Logo, o administrador Nuno da Cunha baixou um decreto ordenando, em 1765, que militares ou paisanas que omitissem notícia ou protegesse de algum modo escravos fugidos seriam presos e castigados (Idem, p. 78). Em 1766, esse decreto de punição é estendido a “qualquer pessoa” que detivesse ou separasse “preto escravo” do serviço da fortificação, seria ela autuada e presa (Idem, 1990, p. 88).

O que não estava escrito no decreto era o porquê do medo do administrador de que militares e civis compactuassem com as fugas de escravos. O diferente aqui se atrai, entre o poder de busca e o poder de fuga, encontrava-se o padecimento de corpos que realizavam atividades cotidianas distintas, mas que se assemelhavam no tratamento que recebiam a exemplo da dieta alimentar; à base de farinha e do peixe, ou, na ausência dessas, do arroz. As referidas ordens omitiam o estado em que viviam os soldados, os índios, e os cativos na vila de Macapá. As condições precárias de vida entrelaçavam esses indivíduos sociais, que se faziam solidários quando podiam. Os militares tinham freqüentemente seus soldos atrasados e boa parte deles eram meninos de quatorze anos, que eram obrigados a

ser “empregados públicos”. Em muitos dos casos, retirados contra a própria vontade de sua família e deslocados para regiões distantes ⁵⁵. Outro fator não menos importante era a insalubridade do lugar. Era comum a notificação sobre escravos e índios nos hospitais, inclusive, com ocorrência de morte, atacados por febre amarela, malária e varíola.

Cabe aqui expor que militares, africanos e índios constituíram grupos sociais com condições de vida semelhantes. No caso dos militares, apesar de receberem formação para serem caçadores de cativos índios e africanos, eles não consumiam da mesma forma as instruções dadas. Por se sentirem sujeitos sociais marcados pelas mesmas dores: a da dieta precária, do não-pagamento de seus soldos, por ser esse soldado um índio ou um mestiço, ou pela obrigação de ser militar. Nesse contexto, fica visível o desencanto também do militar, o qual só lhe cabia receber ordem ou sofrer pena frente a qualquer deslize. Sabiam os comandantes dessa resignação dos militares, daí a desconfiança e o medo; levando-os a emitir os vários decretos de punição a exemplo do publicado e ordenado em 1765 e 1766, de que seriam autuados e presos. ⁵⁶ Desse modo, mesmo diante de um sistema de vigilância rigoroso, as fugas continuavam e mocambos eram estabelecidos.

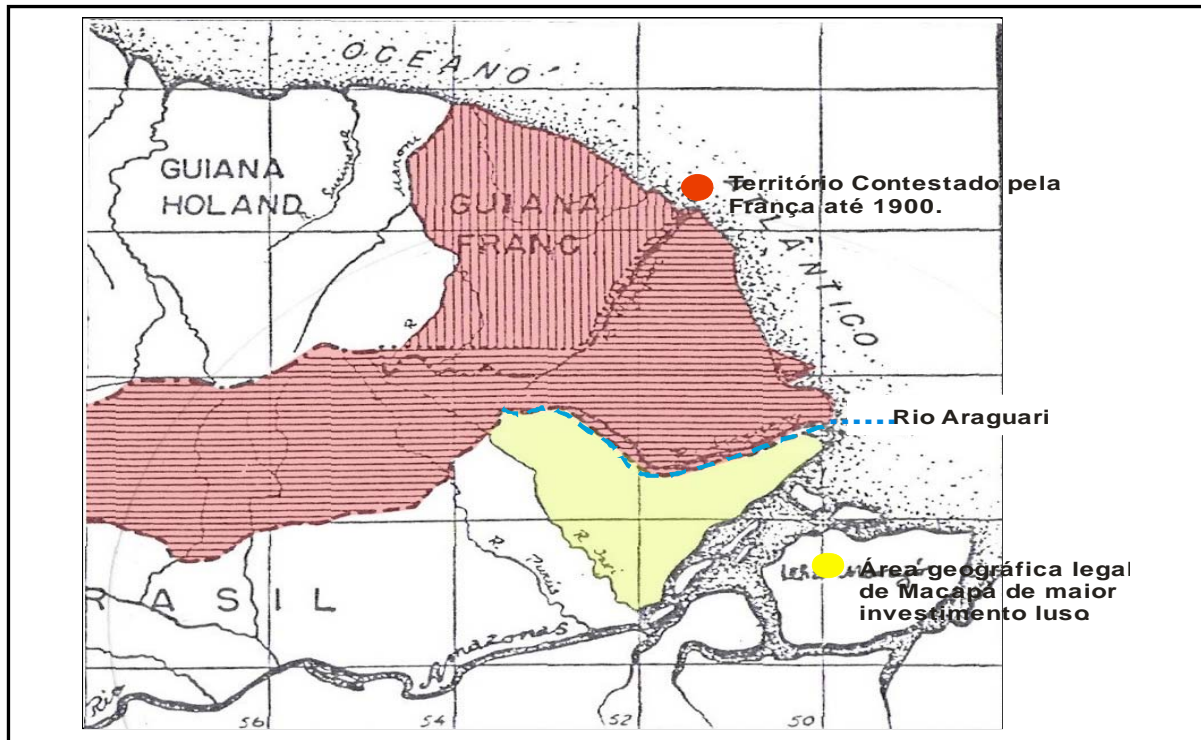
Em 1765, encontra-se registro com informações que relatam a presença de “alguns pretos terem passado o Rio Matapi em jangadas” e podiam ser encontrados “nas Campinas do Rio Anauerapucu – rio entre as terras da vila de Macapá e Mazagão – e nos lagos deste mesmo rio”. Todavia, pode-se ler nesta mesma documentação sobre a existência de “vestígio de que eles ali andavam” (VERGOLINO-HENRY, 1990, p. 85). Apesar de não estar explícito na carta a existência de mocambos, esta mesma declaração escrita deixa entrever a presença de um mocambo às margens do rio Anauerapucu.

Em 1766, não encontramos nenhum registro de fugas, porém oito dos fugitivos do montante de cinquenta e um escravos que desertou no ano de 1765, foram encontrados na costa do rio Araguari, quando uma diligência de Macapá “navegando pela costa do Araguari encontrou rastro de gente no mato, mandando segui-lo”. Fato ocorrido um ano depois da dita fuga (Idem, 1990, p. 88). Era mais um mocambo instituído nas cabeceiras do rio Araguari. Este rio constituía uma rota atraente. Era

⁵⁵ Cf. Conferir o artigo que trata sobre desertores de Nogueira e Gomes (In: GOMES, 1999); e Medeiros (2006).

⁵⁶ Códice do Apep, transcrito por Anaiza Vergolino-Henry e Arthur Napoleão Figueiredo em sua obra “A Presença Africana na Amazônia Colonial, que trata de punição sobre civis e militares que protegessem fugitivos (VERGOLINO-HENRY E FIGUEIREDO, 1990, p. 88).

margeado por mata fechada, com um longo percurso marcado por cachoeiras, local escolhido pelos africanos para assentar seus mocambos (Ler mapa 12).



MAPA 12: Rio Araguari – curso de água que separavam a região de posse legal das terras litigadas no Macapá. Fonte: Biblioteca Militar (CARVALHO, 1940, p.135)

Esse rio era a fronteira que marcava as terras contestadas. Dessa área em direção ao norte, estava implantada a dúvida se as terras seriam do Grão-Pará, Guiana Brasileira ou da Guiana Francesa. Nessa região disputada, mais acima do rio Araguari, corria o rio Flexal – onde viviam colonos guianenses criadores de gados, sujeitos sociais que sabiam muito bem negociar a prestação de serviços dos trabalhadores africanos amocambados, como do mesmo modo sabiam os fugitivos barganhar sua força de trabalho com eles. Esse rio era vida nos dois sentidos: sobrevivência e moradia segura.

No seguinte ano (1767), fugiram quatro escravos do rio Anauerapucu (local de pedreira). Aos poucos, o número de deserção de escravos ia aumentando. Uma das justificativas para as freqüentes fugas pode-se encontrar nas pressões exercidas sobre os escravos para que se empenhassem mais no trabalho, ocorrendo maus-tratos para que eles adiantassem as atividades. Essa denúncia de abuso sobre os escravos, feita ao Governador da Província Fernando da Costa Ataíde Teive do Pará, levou-o a pedir esclarecimentos sobre as referidas punições dos escravos ao comandante de Macapá,

Nuno da Cunha Ataíde Verona, que, ao receber a carta da supracitada autoridade, ficou preocupado a ponto de verificar o tratamento dado aos escravos desta Vila.

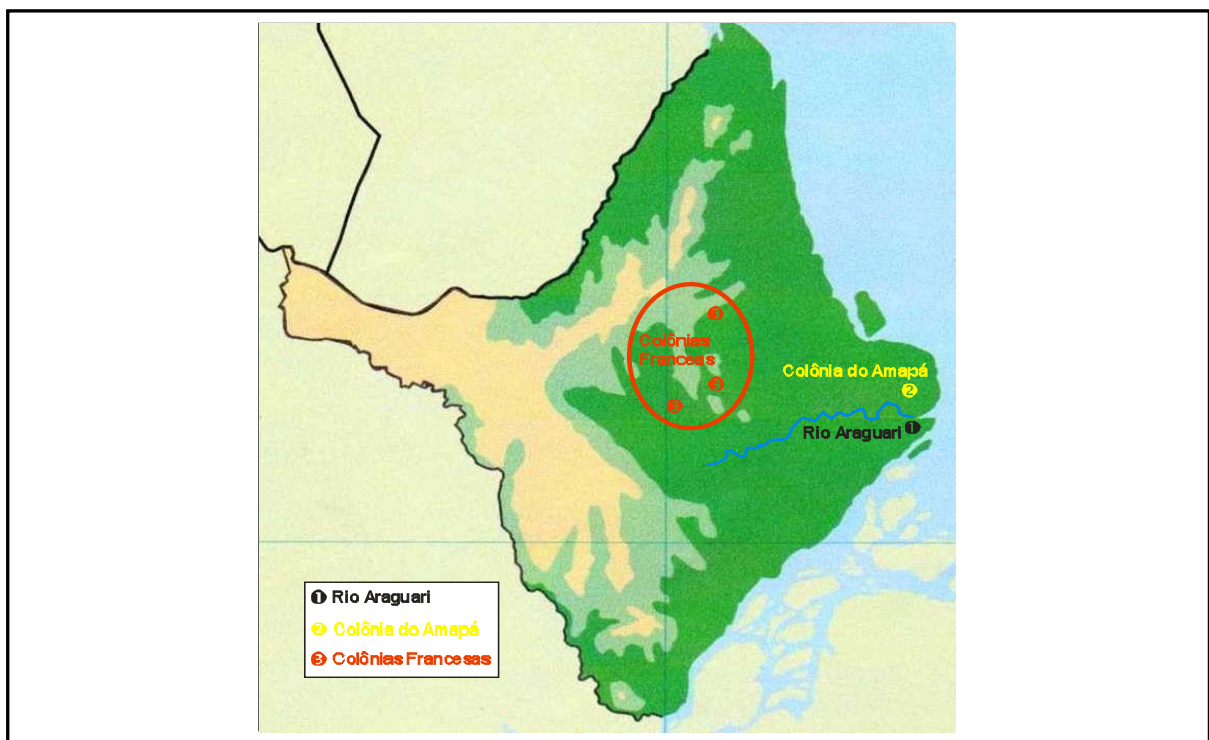
Em carta-resposta ao Governador, o comandante local reconheceu que houve violência no tratamento aos “escravos”; não da parte do administrador da pedreira, mas sim, da parte do Sargento Antonio José Pinto, que tinha o compromisso de vigiá-los. Escreve ainda o chefe local de Macapá, “que ninguém tem autoridade de mau-tratá-los, e não são poucos os que em algum tempo foram castigados, por darem pancadas nos Pretos” (APEP, Cód.174, 1767). O abuso de poder grassava, como se vê, e não se respeitavam nem as hierarquias; por livre arbítrio, o sargento punia os trabalhadores cativos sem a ordem para fazê-lo, entendendo aqui que o militar se sobrepôs ao poder executivo da vila e ao gerenciador dos negócios da pedreira, ou então, tudo consistia num jogo de defesa em forma de bumerangue que vai e volta, com o objetivo de cada um livrar-se da culpa.

O sargento é inquirido a esclarecer e dar uma resposta ao governador da província sobre suas práticas impiedosas e não autorizadas pelo administrador, nem pelo comandante local. Na réplica construída pelo sargento Antonio diretamente ao Governador do Pará Ataíde Teive, ele argumenta que apenas tem obrigado os escravos a trabalharem mais intensamente e revela que a culpa do marasmo dos trabalhadores africanos, é o demasiado carinho com que o administrador trata os africanos. Afirma o sargento Pinto que “este homem desanima os pretos”:

Com o demasiado carinho com que os trata, chamando-lhes sempre de seus camaradas; que (eles) fazem muito mais do que podem e outras práticas mais que os conduzem a desilusão e a más palavras e a buscarem todos os meios de não trabalharem e fugirem (APEP, Cód. 175, 1767).

Diante do exposto, afigura-se que a troca de acusações entre indivíduos de um mesmo campo de poder deixa ver ares de desarmonia entre eles. Portanto, dá-se o entender que foi o administrador da pedreira que fez a denúncia de maus tratos aplicados aos cativos, ao governador do Grão-Pará, pois revela o comandante de Macapá não ter recebido nenhuma queixa dos cativos. Após a investigação sobre o acontecido, o dirigente da vila de Macapá ficou sabendo por um oficial que os

“pretos” haviam sido castigados pelo sargento Antonio. Para o administrador, não se podia cobrar demais dos africanos da pedreira porque eles não vinham recebendo seus ordenados;⁵⁷ enquanto para o militar, os cativos deveriam trabalhar e não fazer corpo mole por esse motivo. Essa falta de sintonia entre o gerenciador da pedreira e sargento era percebida pelos africanos que acabavam entendendo o duplo castigo a que estavam sendo submetidos, e, logo, fugiam. Ainda nesse ano, foi enviada uma expedição para a área do Anaeurapucu, averiguando “se há alguns vestígios de naquele sítio haver gentios ou mocambos” (Idem, Cód. 175, 1767).



MAPA 13: Colônias Francesas no Macapá. Fonte: Atlas Melhoramento – 2002. Mapa retrabalhado pela autora.

Independentes das capturas e recapturas, as fugas continuavam e ganhavam forças e os mocambos se reafirmavam. Ao destruí-se um reconstruíam-se outros, visto que os escravos aperfeiçoavam suas manobras de sobrevivência e defesa a cada novo ataque. A movimentação de fuga não parava, quando não era de escravos dos moradores dessa região de fronteira – das vilas de Macapá, era do

⁵⁷ Os africanos da Câmara do Senado eram alugados à vila de Macapá e tinham suas despesas extras debitadas nas “Folhas de pagamento”, instrumento meramente formal que tinha como mecanismo o controle dos gastos efetuados na alimentação, doenças e vestuário dos escravos, para depois debitá-los no aluguel deles, pagos à Câmara do Senado. Desse modo, o Estado repassava a despesa da obra com o aluguel dos escravos para a receita da administração da “Câmara do Senado” da cidade. Ver Ravena (1988, 58-9).

Pará e da Guiana Francesa. Essa área parecia agitada pelo perigo de ameaças feitas por africanos, inclusive de comunicação entre escravos de ambas as áreas, principalmente com os de Caiena (APEP, Cód. 819, 1827)

Em 1785, alguns cativos, fugitivos de Mazagão se encontravam amocambados no Araguari, faziam ameaças aos moradores da vila de Macapá. Esta vila como área urbana parecia atrair os cativos das outras vilas. Motivo pelo qual, nesse mesmo ano, o governador do Grão Pará, informava “sobre a necessidade de se diligenciar a apreensão e dispersão dos escravos daqueles moradores amocambados naquele distrito e para as partes do Araguari” Pode-se ler nas palavras expressas, a existência de mais de um mocambo: um em Mazagão e outro no Araguari. (Cod. 424, Doc. 41, Of. 1785).

Essas ameaças à vila de Macapá tinham sua razão de ser na condição que ela representava para as demais vilas: ela era o centro de poder militar e econômico. Todas as transações comerciais e negociações de escravos se davam no porto dessa área urbana. Ela se apresentava como o lugar ⁵⁸ que atraía, estava sempre a conquistar. Enquanto Mazagão foi construída a 70 quilômetros de distância da cidade de Macapá, entre matas, com acesso possível a Macapá somente por águas – rios. ⁵⁹ Apesar de a vila ter tido grande importância, viam-se moradores dessa localidade trocando sua condição de pequeno produtor para ser barqueiro, transportador de produtos agrícolas de Macapá para outras localidades (MARTINS, 1938, p. 17).

As reclamações feitas por ofícios para as autoridades, principalmente, para o Presidente do Estado do Grão-Pará, eram freqüentes. O governador respondia sempre dando ordens de diligenciar e acabar com os mocambos. Em 1788, o tenente Leonardo José Ferreira, por ordem do Governador Manoel Gonçalves Hermíneo, é mandado diligenciar para “dar em dois mocambos de pretos, um no Rio Pedreira ou Gorujeiva, e outro em Araguari [...]”. A missão desse oficial era “fazer prender uns pretos fugidos do Povo desta vila [Mazagão], a outra parte do Rio Araguari [...]” (APEP, Doc. 390, 1789).

As fugas de escravos estavam distantes de ser solucionadas. O problema

⁵⁸ A Vila de Macapá foi elevada à condição de cidade em 1856 pelo Decreto-Lei Imperial número 87, em 06 de setembro do referido ano, porém só foi inaugurada com ato solene em 1858.

⁵⁹ Atualmente, para se chegar à Mazagão Velha por estrada, ainda se atravessa de balsa, por dois grandes rios: Rio Matapi e o Anauerapucu e todo o caminho é de barro e entre matas, mesmo que em alguns pontos, mais devastadas pela interferência do homem.

dos mocambos em Macapá, principalmente os do Araguari, tornou-se crônico. A arte de fuga aplicada pelos escravos desconcertava as autoridades e proprietários, levando-os ao desespero diante das deserções. Fato que levou, novamente, o governador Manoel G. Hermíneo, em 1788, a encarregar o Capitão Hilário Bettencourt de uma “importante diligência para dar em alguns dos diversos mocambos de escravos, e outros fugidos, que se achavam internados nos sertões desta capitania com grande escândalo e prejuízo do público e de seus respectivos proprietários” (CÓD 456. Doc. 41. Of. 1788).

A expedição deveria dirigir-se aos rios dos Anajás e rio dos Macacos, situados nas ilhas do Delta do Amazonas, entre Macapá e Marajó. Como também, de fazer apanhar um grande número de escravos, e outros fugitivos, como: soldados desertores, índios e criminosos, que se achavam fugidos e amocambados em diferentes distritos “daquela capitânia”. A ordem era rastrear, entre furos (afluentes estreitos de um rio) e rios, penetrando as entranhas das matas que ficavam às margens desses rios até chegar ao Araguari. Cabe aqui, mais uma vez, inferir que se as diligências conheciam e sabiam fazer uso da mata, os africanos agiam como as formigas, dentro da mata, criando caminhos tortos: que ora se bifurcavam, ora se entrecruzavam, enganosos, disfarçantes. Caminhos resultantes da experiência indígena, apreendida pelos fugitivos e aprimorada por eles.

O rio Araguari e as terras que o circundam (Ler mapa 13), tinha uma referência para o escravo de Macapá e de outras regiões, a mesma que os “calungas brasileiros tinham do mar e os escravos norte-americanos tinham do rio Jordão e, que podia designar a morte ou a liberdade” (GENOVESE, 1988, p. 259-400). A terra do Araguari não passava por um imaginário religioso a exemplo do rio Jordão, mais por uma experiência e conhecimento da existência de uma terra livre, sem domínio, “terras de ninguém” como declara Carlo Ramanni em sua pesquisa “Aventuras Imperialistas na Guiana Brasileira” (ROMANNI, 2007, p. 1-69). Terra, onde os escravos podiam construir sua autonomia ou à morte. Essa região do Araguari era a parte mais íntima dos africanos, foi o santuário da vida dos fugitivos. Era o lugar onde eles preservavam suas vidas; era a garantia de um espaço autônomo segundo sua concepção de liberdade, portanto eles não davam tréguas aos apreendedores de escravos.

A área do rio Araguari, essa fronteira que limitava as terras contestadas Franco-lusa-brasileira, constituía um ponto de apoio para os africanos. Daí,

organizaram uma força que os levavam a mover-se em várias direções: tanto na sua própria área, como para a vila de Macapá, e, provavelmente, para Caiena. Os africanos faziam desse rio um ponto de apoio, uma lei física geográfica, capaz de, a partir dele, se moverem por todo o território de Macapá. Um ponto Arquimediano: “Dêiem-me um ponto de apoio que moverei o mundo” (MARTINS, 2000, p. 115-121). Desse centro de poder operavam por toda a região como se fosse um sujeito livre, dando a conhecer uma autonomia que nem os moradores livres que viviam na vila tinham o direito de gozá-la.

Nesse rio, área de sociabilidade africana, mais mocambos foram se fixando, alguns conseguiram até mesmo permanecerem estáveis. Existia nesse local, à margem do dito rio, uma paragem conhecida pelas milícias como “porto dos negros” (APEP, Cód. 390, 1789). Os africanos que desertavam para esse campo, apesar de sempre perseguidos por diligências, sabiam como driblar as excursões apresadoras de fugitivos, tornando-se inconstantes na própria área do Araguari. Ao se sentirem atingidos pelas forças de perseguição, logo se atualizavam, investindo em outros giros e mudança de direção. Ora penetrando mais adentro da floresta, ora retornando para às margens do dito rio.

Para tanto, se utilizavam da ardileza de fazer plantações perto das casas e outras bem distantes, pois quando atacados, ou informados de que sofreriam ataques já tinham um lugar e viveres garantidos para sua sobrevivência. Em alguns casos, o chefe do mocambo se valia da manha, jogava bem com os acontecimentos, visto que “já não estava para fazer casas, pois os brancos já por outras vezes os tinham corrido de outros lugares donde tinham feitas casas e suas roças” (APEP, Idem, 1789).

A arte de tirar proveito dos fatos ocorridos também valia para a segurança interna do mocambo. À medida que se ausentava um membro do mocambo, sem permissão do dirigente, logo ele usava do artifício de transferir o mocambo para outro local. A fuga era vista como traição e, sem dúvida, não demoraria a chegada de um cerco militar ao grupo amocambado, como se pode perceber no depoimento de um oficial de busca: “pois já para lá não existiam pretos a perto de dois meses, pois me parece que desde que lhe faltou o dito preto João, desmancharam uns bocados de roças que tinham de mandioca, e se retiraram para longe [...]” (APEP. Cód. 390, 1789). A todo o momento, os africanos estavam prontos para perceber o que estava acontecendo, e a partir do ocorrido, atualizavam suas táticas.

Enquanto indivíduos “fracos”, “ordinários”, eles sabiam muito bem como tirar proveito dos acontecimentos que lhes eram estranhos. Quando as pressões militares ultrapassavam os limites de defesa dos amocambados do Araguari, eles jogavam a última cartada: que se “apresentariam aos franceses” (APEP. Idem, 1789).

Esse era um foco de poder não conhecido, não visto e não dito; foco que roia, que derrubava e degenerava as forças de capturas e as autoridades da vila São José de Macapá. Estamos diante de mais um jogo astucioso dos africanos, considerando primeiro que: os colonos guianenses lhes davam proteção por precisar dos serviços desses fugitivos; segundo, a captura ou a exigência de devolução desses fugitivos levaria à impasses diplomáticos e fronteiriços de delongada negociação para retirá-los de lá; que seria melhor as autoridades e os colonos, darem-nos como perdidos. Os fugitivos do Araguari já conheciam as intrigas políticas entre ambos os países, por intermédio dos diversos tratados e acordos de troca e devolução de trabalhadores africanos, estabelecidos entre Portugal e França como se viu no segundo capítulo. É de se apreender pelo sentido concedido que a relação de poder não é soberania de um grupo, visto que o poder permeia entre os indivíduos, motivo pelo qual não está localizável numa instância e noutra, como assim nos faz ver Deleuze:

As relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante “de um ponto a outro” no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retorno, giros, mudança de direção, resistências. (DELEUZE, 1988, p. 81).

O medo dos colonos quanto aos mocambos do Araguari os levavam a um julgamento prévio das perdas que poderiam sofrer. Em forma de alarde chegava, em 1791, aos administradores da vila a seguinte informação “[...] que nas cabeceiras deste Rio [Araguari] tem os escravos um asilo seguro, que ali existe grande número deles chegando à ousadia a ponto de vir à vila de Macapá desinquietar os escravos dos moradores para os seguirem”. Além de “ser um cômodo asilo dos desertores, e o mais seguro mocambo a que os escravos se recolhem, com prejuízo da cultura, poderia ainda introduzir-se por aquela vizinhança, aquele maligno espírito vertiginoso, que se tem desgraçadamente consumido” (AHI, Cód, 340, 1782). O

desespero dos colonos estava em perceber que os africanos vinham distorcendo os valores culturais escravocratas e introduzindo sentidos próprios ao seu modo de viver, que era viver em liberdade.

O desespero dos colonos aumentava cada vez mais, pois, nesse mesmo ano, as fugas foram constantes. De Macapá fugiram dezoito cativos, mas as autoridades conseguiram impedir a fuga de doze. Intrigado com as constantes fugas, o administrador de Macapá tentava encontrar através de envio de tropas de capturas “vestígios relativo a qualquer mocambo de branco, índios, ou pretos” (APEP, Cód. 891. 1791). A escolta deveria buscar todos os segmentos sociais ordinários da sociedade escravocrata que se encontravam refugiados na região do Araguari.

As autoridades perceberam que o uso da força utilizada pelas tropas de capturas não eram técnicas adequadas para o controle dos trabalhadores afros. Na tentativa de ir no encalço dos fugitivos e de extirpar com suas constantes fugas, o administrador da vila de Macapá tomou como prática alguns dribles dos fugitivos. Desse modo, procurava então ser ardiloso, embaralhar as decisões, para que elas não fossem decifradas pelos informantes dos mocambos, pois as autoridades já haviam percebido que os trabalhadores africanos eram sempre informados sobre o envio de tropas de captura.

O uso do disfarce foi empregado pelas autoridades: a informação que deveria vazar seria de que a escolta com diligentes sairia para ir visitar os destacamentos da vila de Vigia. O real objetivo deveria ser omitido: que era chegar de surpresa ao Araguari. Assim o fez o comandante da escolta. Essa área deveria ser bem vasculhada, como ordena o administrador da vila de Macapá, João Vasco Manoel Braum, que seja “miudamente explorado, até as suas cachoeiras”, e a tropa deveria verificar e registrar “a situação ou vestígios que VM. encontrar e qualquer mocambo de Branco, Índio ou pretos [...]” (APEP, Cód. 891. 1791). A rota prevista (Araguari) foi embaralhada por outras rotas, que serviram apenas de desvio: ilhas de Caviana, Mexiana, destas ilhas seguiram rumo ao rio Araguari. Chegando a escolta a esse rio, nenhum vestígio encontrou. Capturar os fugitivos da área do Araguari parecia difícil ou quase impossível, visto que eles não deixavam rastros. Como camaleões que se camuflam nas árvores ao perceber a presença do inimigo, assim agiam os amocambados desse espaço fluvial – sabiam como se ocultar – quando na presença de apresadores.

Esse aprendizado não se deu de imediato e sem grandes conflitos. O

Araguari foi a combinação de um meio ambiente de amocambados com outros segmentos refugiados, aqui eles compartilharam de uma experiência de sobrevivência em uma ecologia estranha, porém favorável por ser uma área geográfica sem jurisdição própria, com possibilidades de uma vida autônoma dos domínios e mau-trato do senhor escravocrata; aqui arquitetaram suas vidas, que se estenderam desde o referido rio até a área do Oiapoque. Mesmo diante de perseguições constantes realizadas pelas autoridades locais, regional e imperial. Os fugitivos fizeram crescer nesse espaço geográfico micro-sociedades articuladas com colonos da Guiana Francesa e com a vila de Macapá.

Em 1791, uma petição enviada da vila de Macapá para a sede do Governo, pedia providência urgente para capturar “escravos embrenhados no [Araguari] centro desses matos”. Desnorteados com as peripécias dos fugitivos, o comandante de Macapá, João Vasco Miguel e Braum, via-se impotente para dar solução à causa, como se pode apresentar: pois, “das cabeceiras do rio Araguari [...] sete armados pretos [...] chegando a esta vila [Macapá], e que dela haviam levado os escravos” e se recolhido novamente ao Araguari. O comandante local ordenou com urgência, logo, na seguinte noite “cruzar estes subúrbios [...] se não tirou outro efeito”. Apesar das mais eficazes buscas feitas pelas tropas diligentes, não encontraram “rastros ou brilho algum” dos fugitivos (APEP. Cód. 480, 1791).

Até os colonos moradores de Macapá preocupados com as freqüentes fugas denunciaram ao governo provincial, que “esta triste revolta dos pretos” era resultado da falta de guarnecimento do presídio da Praça de Macapá, o que outrora não ocorria. Já a Câmara de vereadores, da vila de Macapá, reconhece que nem mesmo uma escolta de auxiliares era possível de se organizar na vila, visto que “os mais deles são avançados em anos, casados, carregados de filhos e pobres [...]” (APEP, Cód. 468, 1791). Esses acontecimentos favoreciam as tomadas de ação dos trabalhadores africanos, visto que, se não existiam indivíduos capazes para formar uma guarda local, tampouco havia preocupação da parte do governo do Estado do Grão-Pará em guarnecer o Presídio da vila de Macapá.

Atentando para o fato de que, em 1791, já haviam transcorrido nove anos do “término” da obra da Fortaleza de São José, já não se fazia então necessária uma vigilância reforçada. A presença de “escravos negros” e índios na construção dessa edificação pública, na condição de mão-de-obra compulsória exigiam maior conjunto de militares em vigilância, até porque esses trabalhadores eram

pertencentes ao Senado da Câmara do Pará, eram escravos públicos, daí a preocupação em assegurar maior número de militares reforçando a vigilância. Além de as senzalas serem abrigos sem segurança, feitas de taipa e cobertas de palhas, arquitetura que permitia a fuga com frequência dos africanos.

Com o término desta edificação, o número de escravos públicos diminuiu, mas aumentou o de escravos privados. O governador do Pará não investiu em assegurar uma tropa em quantidade suficiente para controle de fugas. Fica então explícito o porquê do “pequeno presídio militar” se encontrar naquela década tão desprovido de militares, favorecendo as fugas, pois os trabalhadores africanos não temiam a pequena guarnição existente, motivo pelo quais os colonos denunciavam a falta de soldados para guarnecer o símbolo de controle das fugas, o presídio da Praça de Macapá que se encontrava esvaziado de militares naquelas circunstâncias.

Quando a força militar e suas excursões falhavam diante das atitudes, aparentemente confusas dos trabalhadores africanos, partiam os moradores e as autoridades para o uso também de negociações com “escravos” aliados. Desse modo, associavam-se a eles para fazer valer seus interesses na destruição das micro-sociedades organizadas pelos fugitivos e outros segmentos sociais que se colocavam ao lado dos cativos. Assim, as reclamações dos moradores da vila de Macapá, em 1792, sobre fugas de escravos levaram as autoridades a uma severa busca, da qual conseguiram capturar apenas três cativos. Crê-se que os referidos escravos capturados não se encontravam em mocambo, e, sim, em circulação, visto que as autoridades arquitetaram um plano para chegarem diretamente ao local dos mocambos do Araguari.

Esses senhores do poder público se utilizaram de uma farsa, quando enviaram um escravo fiel aos seus interesses, para fazer contato com um cativo aliado dos mocambolas. Este se disfarçando em “escravo” desejoso de fugir, solicitou ao outro trabalhador africano de nome João, conhecido como o indivíduo que fazia comunicação com os escravos dos mocambos, que ele lhe informasse toda a rota para se chegar ao mocambo do Araguari (APEP, Cód. 853, Doc. 1792). A estratégia aconteceu. O cativo João, do senhor Três Hortas, forneceu informações sobre a rota, inclusive a forma de como eles se organizavam socialmente. As autoridades conseguiram destruir os mocambos do Araguari? As impressões indicam que não, visto que existia uma rede permeada de desejos, crenças e fidelidade entre os cativos dos mocambos e os de senzalas, quiçá selada por uma

relação de indivíduos “ordinários”. Esse trato pode ser verificado nos vários contatos dos mocambolas com os “escravos” das senzalas e com outras etnias: índios, desertores militares e pequenos proprietários (APEP, Cód. 500, 1793).

Essa rede de amizade, de cumplicidade e aliança, permitia que as fugas fossem se aperfeiçoando e se ampliando, principalmente quando as pressões aumentavam da parte dos colonos senhores de escravos, momento certo para os africanos refazerem seus planos. O aprimoramento na arte das fugas, os contatos, informações intercambiadas entres cativos e fugitivos, faziam as diligências de capturas ineficazes, visto que entre os escravos apreendidos, parte deles, voltava a fugir. No ano de 1793, as autoridades locais tentaram prender escravos pertencentes a Tomé Bexiga e aquele do Capitão José Vaz, “por serem os que no campo participam todas as novidades de Macapá aos amocambados” (APEP. Idem. 1793).

Os escravos dos senhores Tomé Bexiga e José Vaz eram vaqueiros, apresentando maior poder de mobilidade em relação aos que dedicavam suas atividades à agricultura e à construção civil. Status que lhe garantia maior possibilidade de contato com os mocambolas, porém essa articulação se dava a partir de signos. Os encontros eram planejados e o “lugar ajustado” através de “sinais” (Idem, lbdem, 1793). O assobio foi um exemplo dessa manifestação, um artifício que garantia um modo de falar quase silencioso, mas, certifica uma inter-relação entre indivíduos de mesma crença, que, juntos, faziam acertos de conformidade com os seus interesses.

Os mocambos do Araguari mantinham relações sociais e comerciais com trabalhadores escravos, com taberneiros e até com proprietários e senhores de escravos – quando lhes faltava mão-de-obra para determinada atividade. No campo dos interesses dos africanos, as alianças eram sempre realizadas, com destaque para as necessidades de refúgio em momento da ação de fugas e perseguição aos cativos desertados. Quando a solidariedade era recíproca entre trabalhadores escravos em fuga e os da senzala, os perseguidos recorriam aos cativos que eram vaqueiros – era a passagem mais confiável, pois deles recebiam ajuda e faziam acordos. Em Macapá, um dos currais que os mocambolas tanto encontravam camaradas como também inimigos públicos, era o curral de José Antonio Vaz (APEP. Cód. 495, 1795). Assim, fugitivos e escravos das senzalas estavam sempre em inteira comunicação.

Essa reciprocidade podia estar voltada para o senhor de escravo, visto que neste dito curral os escravos fiéis aos seus donos denunciavam e até prendiam companheiros que na sua experiência ainda não sabiam discernir o amigo do inimigo e pediam proteção sem conhecê-los (APEP. Idem, 1795). Oficiais estavam sempre sendo convocados e escoltas sendo formadas. O Conselho municipal já percebia a situação de fugas como periclitante. Os vereadores da vila de Macapá, ao conseguir êxito em uma diligência contra fugitivos, não deixaram de expressar a grande felicidade que essa conquista representava para eles e para os moradores, mas, no final da correspondência dirigida ao governador do Pará, expuseram-lhe , em tom de alarde, que se fazia necessário continuar recebendo reforço para minar com os mocambos, evitando que os moradores perdessem seus trabalhadores escravos.

[...] se a V. Ex^a. não providenciar de remédio esse contagioso mal, já agora Exm^o Senhor poucos escravos se acharão nesta Vila, porque os desertores os vão pouco [a pouco] levando sem que pudéssemos remediar essa ruína. (APEP. Cód. 468. 1793).

Preocupados, todavia, com essa movimentação de fuga para o rio Araguari, – “donde agora vem o monte e que bem pode conduzir os que aqui existem” (APEP, Idem 1793), os membros da câmara municipal da vila de Macapá propõem em ofício ao governador do Pará, que os trabalhadores escravos capturados sejam mantidos na cadeia pública, até serem resgatados pelos seus donos. Ainda sugerem que os africanos apreendidos sejam vendidos a diferentes países, para a Macapá não retornarem mais, como assim justificam os vereadores em correspondência ao presidente do Grão-Pará,

Não devem sair da prisão da cadeia pública [...] senão na ocasião em que seus donos os venderem, o que devem fazer para diferentes países donde nunca mais aqui aparecem, por que do contrário nos ameaça outra maior ruína, porque cada um destes escravos é um piloto para aqueles continentes [rio Araguari] donde agora vem o monte e bem pode conduzir os que aqui há [...] (APEP. Cód. 468. 1793).

Nem sempre os rios estavam para os fugitivos como nem sempre o mar está para peixes. Em 1793, são capturados alguns escravos que tinham se estabelecido próximo ao canal do Bailique (APEP. Cód. 500. 1793), ilha litorânea que fica a 98 quilômetros da vila São José de Macapá, posição geográfica que não garantia possibilidade de drible pelos mocambolas, visto que constituía uma área exposta e de passagem para navegantes e entrada das expedições de captura para descanso, reparos das embarcações ou para esperar a alta da maré, antes de seguir viagem para a vila de Macapá.

Os africanos fugitivos não só se aprimoravam na arte da fuga, como também na reposição de suas energias gastas, visto que se valiam de saques, roubos. Essa atitude não era resultado de um ato vulgar de crueldade dos africanos, mas fazia parte de uma regra na sua prática cotidiana, vista como defesa, inserida em um contexto de controle do espaço territorial de disputa e sobrevivência. Não compreendendo os gestos dos africanos, as autoridades e os moradores apodaram os fugitivos de designações condenáveis à ação de sobrevivência que eles elaboravam, razões pelas quais foram tachados de “ladrões públicos dos gêneros dos lavradores destes habitantes”. Sabiam as autoridades que os mocambolas viviam das roças e “delas se mantinham a maior parte do ano”. Vindo “de mocambos, se refugiavam nas roças dos lavradores e levavam destes, alimentos, roupas e até ferramentas” (APEP. Cód. 468, 1793).

A exemplo dos trabalhadores escravos de Mazagão, outros preferiam usar de outras práticas de defesa: passaram a negociar na feira local, os produtos das roças de seu senhor até quando puderam, razão pela qual Manoel Vaz de Campos, encarregado pelo governador do Grão-Pará para exercer a função de oficial da Real Fazenda na vila de Macapá, não podendo estar atento a sua produção agrícola, via-se penalizado pela interferência de seus cativos em suas roças, portanto solicita ao Governador um homem branco para vigiar as plantações.

Va. Exa. sabe que meus escravos os poucos que a minha roça produzem me vão vender a vila de Macapá, e vila de Mazagão e vila Vistosa de N. S. Madre de Deus; e por isso careço de um homem branco que lhes proíba as ditas viagens e os faça aumentar o meu serviço. Para o que imploro e recorro a Va. Exa. que como bom Pai me há de conceder tão grande graça (APEP. Cod. 500, 1794).

Compreende-se, neste contexto de formação de mocambos e sobrevivência dos africanos, que eles construíram suas vidas a partir de uma operação por meio da qual eles combinaram todos os elementos sociais da vida urbana que as vilas lhes emprestaram, permitindo-lhes laços de sociabilidades comerciais. Complexo de meios que se ajustou para a obtenção de experiências e de transformações retiradas da vivência dos africanos no espaço social das três vilas (Macapá, Mazagão, Sant'Anna e Madre de Deus), de forma simultânea. Práticas resultantes da interseção de aspectos sociais que, à primeira vista, pareciam incompatíveis, mas que resultaram em novos comportamentos, que iam implicando outros resultados. Os impulsos dos que controlavam o poder administrativo da vila São José de Macapá sob os corpos africanos os levaram também a produzirem um campo de poder em sua defesa. Essa interseção permitia um jogo de forças, que se deparava a todo o momento, que se contorcia em busca de equilíbrio, ao mesmo tempo permitindo perdas e ganhos, ora em um campo de poder, ora no outro campo. Toda relação social da vila estava entremeada por movimentos de equilíbrio semelhante ao porteau e o volante, como veremos a seguir.

4 ENTRE O PORTEAU E O VOLANTE: AFRICANOS REDESENHANDO A VILA SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

O poder se exerce em rede e, nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetido a esse poder e também exerce-lo. [...] O poder transita pelos indivíduos e não se aplica a eles (DELEUZE, 1999, p. 35).

4.1 As Sociabilidades Africanas na Festa do Rosário

Antes mesmo que brilhasse a luz de uma aspiração de independência no palácio dos lusos que governavam as terras brasileiras, as idéias da Revolução Francesa já circulavam por entre o território contestado do Macapá e corriam matas, rios e campinas até chegar à vila de Macapá. A rapidez com que se espalhavam as notícias parecia contar com a força do vento, principalmente quando as forças do “Corpo de Voluntários Paraenses” ocuparam Caiena (1809), obrigando esse território de controle Francês a se manter sob domínio brasileiro até 1817, quando foi devolvido. O contato cotidiano dos militares paraenses com as palavras de liberdade, igualdade, fraternidade e soberania fizeram-nos acrescentá-las ao seu universo vocabular.

Outros raios luminosos vieram reforçar os ideais de liberdade que já assolava as terras do norte do Brasil, eclodia em Portugal a Revolução Constitucionalista do Porto, movimento político que permitiu vir à tona as idéias de liberdade como ideais liberais contrários ao absolutismo. Esse evento e a ocupação de Caiena tiveram rápida acolhida no Pará e em suas terras fronteiriças, como em Macapá; quando os sentidos de liberdade fluíram e se deslocaram de Caiena e de Portugal para vila de Macapá, numa comparação, com a mesma velocidade das ondas dos rádios e se espalharam chegando aos ouvidos dos vários grupos sociais e suas idéias foram consumidas por intelectuais, como também pelos trabalhadores indígenas e africanos, que logo lhe emprestaram uma leitura de liberdade para eles.

Os contatos para trocas de idéias entre escravos fugitivos e os que se encontravam em senzalas existiam e assumiam várias formas. Alguns contatos eram

ocultos, articulados entre dois ou três membros, outros mais explícitos – como os que ocorriam durante a festa o Rosário (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1791, p. 144-145). Esse ritual de culto religioso e festivo se fazia especial entre os africanos e se realizava no espaço urbano da vila de Macapá; era um momento de interação, de correlação social, de conversas abertas como também secretas sobre os acontecimentos que entremeava a vila. Sandra Jathay Pesavento assinala que a troca de sensações entre o espaço urbano e os seres que o habitam constitui a matéria prima da cidade, melhor dizendo aqui, da vila, pelo que afirma:

Uma cidade é, sem dúvida, uma materialidade de espaços construídos e vazios, assim como um tecido de relações sociais, mas o que importa, na produção de seu imaginário social, é a atribuição de sentido, que lhe é dado de forma individual e coletiva, pelos indivíduos que nela habitam (PESAVENTO, 2002, p. 32).

Para que esse evento ocorresse, uma solicitação antecipada era feita pelos cativos às autoridades que o consentiam. Apesar de, ao que tudo indica, ser verdadeiro que, enquanto as idéias e as tradições não interferissem na vida e na ordem social da vila de Macapá, os escravos podiam realizar seus rituais: podia tocar seus tambores, dançar, cantar, fazer suas festas. Aqui, presencia-se uma partilha de energias positivas que a interseção entre os interesses dos poderes envolvidos possibilitou, permitindo que a festa ocorresse no espaço urbano da vila.

O batuque era a expressão maior da festa do Rosário, sua toada e cantos faziam acumular inúmeros africanos que socializavam alegria, conversas, paixão e dores.⁶⁰ As autoridades, apesar de reconhecê-lo, ignoravam-no, denominando-o “tumultuo dos negros”. Mas o importante é frisar que essa manifestação popular permitia a participação de todos os cativos, fossem eles domésticos, públicos, da produção, vaqueiros e até mesmo os fugitivos, posto que não se tinha o controle dos trabalhadores escravos de todos os colonos mais distanciados da vila ou pertencentes aos senhores das outras localidades. Essa tradição religiosa reunia escravos de várias vizinhanças da vila Macapá.

⁶⁰ A festa do Rosário, permite pelo seu comportamento, considerá-la como os primórdios do ritual do Marabaixo, praticado pelos afro-descendentes, como se pode ver em Fernando Canto, autor de “A Água Benta e o Diabo”. Obra na qual ele registra esse ritual sendo praticado, em 1899, e se estendendo até os dias atuais. Informação tomada do Jornal Pinzônia de 31 de março de 1899 (CANTO, 1998, p. 21-5).

Durante a aglomeração de africanos para o festejo do Rosário na vila de Macapá, em 1791, após dois anos da Revolução Francesa, um ajuntamento de 200 escravos debochava e ria em público da tropa de militares existente ali. A guarnição que se encontrava formada por uma minoria de soldados não podia contê-los, ocorrido que desconcertou o capitão da tropa da fortaleza, motivo pelo qual, não podendo prendê-los, represou-os de forma arbitrária – denunciando alguns “negros” – acusando-os de conspiração, quando foram presos por trinta dias e impedidos de participar de seus festejos. Os acusados foram apreendidos. Eram os cativos: Bonifácio e Luís. Acevedo Marin acrescenta o escravo Miguel do senhor Antônio Miranda (ACEVEDO MARIN, 1992, p. 44). Essa troca de sensações dolorosas deixa transparecer o cotidiano da vila, que nem sempre era gratificante para seus moradores, inclusive para os militares.

Após o inquérito, o Sargento-Mor estranhou. Havia divergência entre a acusação de Eugenio Alves e a de seu irmão que era o capitão da fortaleza de São José de Macapá e o depoimento dos cativos presos. Segundo o capitão-mor, as prisões foram precipitadas de sua parte, pois considerava que os referidos acusadores não eram sujeitos escrupulosos em se conduzir e também não o seriam em exagerar no pretexto da trama que depois poderiam coonestar, como bem o prova a diferença entre a primeira acusação (de conspiração) e a segunda versão dos militares – depoimento de que os escravos acreditavam numa breve liberdade, portanto, debochavam deles em público – quando interrogados durante o processo, razão pela qual o administrador comunica em ofício:

É certo Exmo.sr. que se me houvessem feito àquela participação, antes dos ditos dois negros serem presos e eu sustado o seu festejo; talvez eu não tivesse tomado a dita prevenção e houvesse desprezado esta providente represália; [...] para haver de dissipar a pusilânime tradição que grassa nessa vila de que mais dia menos dia ela há de ser surpreendida pelos pretos ou pelos franceses (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 144-145).

O Comandante da vila São José de Macapá, João Vasco Manuel Braum, – disse que, depois de levado a efeito os exames legais, seus resultados lhes asseguraram que podia mandar soltar os sobreditos africanos. A acusação souu

como motivo de ira da parte do capitão Eugênio e de seu irmão, posto que os militares não apresentaram provas suficientes contra os acusados, conduzindo-os no final do inquérito a ser conivente com eles. O medo de um levante por parte dos africanos, nesse período de festividades na vila de Macapá, parecia macabro aos brancos, levando-os a denúncias precipitadas, ou ao uso delas como forma de punir os africanos.

A acusação foi indevida, portanto foi esclarecida em público pelo administrador da vila de Macapá, que aproveitou para narrar a trama que sucedera e comentou sobre a libertinagem dos trabalhadores africanos: o fato de 200 escravos em deboche, bons caçadores e flecheiros diante de um número tão exíguo de soldados, pobres, frágeis e desarmados que, por essa condições, têm tanto se familiarizado com os negros, que poucos os respeitam e muito menos os temem. Ainda revela que essa falta de respeito havia sido o motivo pelo qual um escravo do vigário da paróquia de Macapá havia sido punido com “uma novena de açoites diários”, justamente por ter-se sublevado de forma desrespeitosa com a ronda militar, desconsiderando a autoridade ali existente. (Idem, 1990). Era possível investir na disciplina de um, mas era praticamente impossível controlar duas centenas de “escravos” bem armados em relação ao número reduzido de militares, sem as mínimas condições de defesa e até mesmo moral, de impedir a falta de respeito dirigida a eles; sujeitos sociais que representavam à ordem na vila. Esse desequilíbrio entre as forças opostas favorecia os africanos, que davam ares de glória para um corpo que havia sido sentenciado à escravidão.

Fica claro, no acontecimento acima exposto, a ponte movente que possibilitou os cativos adentrarem no espaço da ordem e poder do lugar. Apesar de a documentação pesquisada registrar apenas o ponto de vista do administrador, torna-se necessário apreciar como ele detrata a imagem dos militares tratando-os de guarnição de estropiados (privada de membros); de indignância (pobreza, miséria completa, falta do indispensável), retratando a condição ordinária desses sujeitos sociais; ainda revela a rede de articulação entre eles e os cativos, demonstrando a aproximação entre ambos os grupos, de modo que esses indivíduos sociais já não tinham respeito um pelo outro em função da amizade estabelecida.

Apesar de, ao que tudo aponta, ser verdadeiro que o capitão da fortaleza escondia alguma queixa, pois omitia, por assim dizer, algo que parecia ferir seu brio, que aparece aí como opaco, como uma zona de silêncio que parecia estabelecer um

pacto entre o militar e os cativos acusados. Talvez algum acordo feito entre eles, o qual não podia agora ser rompido, mas que lhe causava rancor, fazendo-o não dar ordem de prisão naquele momento pela condição de inferioridade em que se encontrava diante da quantidade de africanos, mas o fez denunciar três dos duzentos cativos aos estratos militares superiores – ao capitão-mor, todavia, no momento do inquérito voltou a inocentá-los.

É bem provável que sua queixa tenha sido proveniente das relações estabelecidas entre eles e os cativos; com quem eles ousavam fazer operações de trocas, negociações, considerando que a condição social dos militares, como retrata o capitão-mor, era de indigentes, e estes estavam sempre negociando com os mocambolas, que podiam oferecer-lhes suprimentos com maior abundância, colhidos de suas plantações ou outros produtos, a exemplo de panos, sapatos, sal e bebidas, os quais eles adquiriam por negociação na região do Contestado, com colonos franceses ou comerciantes (regatões) que circulavam por essas terras, que ora se encontravam fora do alcance da lei.⁶¹

Essa condição social e econômica dos fugitivos em mocambos os deixavam bem mais favorecidos socialmente que os militares, que apesar de serem sujeitos livres, eram indivíduos nativos ou mestiços, pobres, desocupados, e sem nenhuma crença que os levasse a participar de forma diferente na vida social da vila, portanto foram arregimentados compulsoriamente para essa função. Outras queixas podem estar associadas à ira do capitão, entre elas a de não poder conter e exercer poder sobre os cativos e até mesmo de raiva contra o Comandante da vila, que só os acusava, mas não atendia a solicitação feita por mais militares para guarnecer a vila, controlar e impedir o grande número de fugas que ocorriam ainda em Macapá. A situação levava o capitão a perder sua moral de homem de poder e ordem na vila.

Aqui se está diante de olhares diferenciados sobre os militares; um converge para a desvalorização da guarda apresentada pelo comandante João Vasco Manuel Braum; e, o outro, do pouco caso dispensado aos militares pelos africanos. Este último olhar permite detalhar melhor o sentido de liberdade, que os trabalhadores africanos queriam dar à vila de Macapá. Necessidade que parecia

⁶¹ Sobre a circulação de mercadorias no Pará, pode-se ler a tese de Siméia de Nazaré Lopes, “o Comércio Interno no Pará Oitocentista”, na qual a estudiosa destaca as várias formas de comercialização de mercadorias no interior do Pará, inclusive sobre o circuito do comércio clandestino, sobressaindo a vila e Macapá (LOPES, 2002, p. 37-94).

vital para os cativos; condição que os libertariam das amarras sociais que os limitavam moralmente de poder participar desse espaço urbano. As percepções sobre os acontecimentos ocorridos na França, como a primeira abolição da escravatura – era capturada pelos cativos como uma possibilidade de essa conquista chegar a eles também.

E tudo aparentemente indicava estar próximo, inclusive levando-se os trabalhadores africanos a não prestarem obediência aos militares, quando transitavam na vila. Crê-se, portanto, que esse era o motivo do deboche, e eles não os teria praticado se não tivessem conhecimento sobre os acontecimentos em nível local, como também sobre o internacional. Presencia-se aqui que os “escravos” não estavam alheios às mudanças que estavam ocorrendo na França, pois capturavam essas informações à medida que mantinham contato direto com os colonos guianenses e obtinham deles instruções sobre o processo de abolição nesse país.

Essa experiência acumulada era investida da convicção de uma breve vida livre, enquanto em nível local eles percebiam a oportunidade de ocupar esse espaço urbano, visto que a vila de Macapá já andava desprovida de militares, principalmente, após o término da construção da Fortaleza de São José, como se pode presenciar na escrita de Vasco Manuel Braum, dirigida em forma de ofício a Francisco de Souza Coutinho, governador do Grão-Pará:

Uma das primitivas causas que tem mantido esta triste revolta dos pretos parece ser o pequeno presido militar, que eles presentemente aqui observam. – Sim Senhor, quando esta Praça era guarnecida de maior conjunto de soldados, lhes eram mais temível e eles menos se desaforavam, porque viam que se fugissem, haviam potencia para os ir arrancar de onde eles se achassem [...] agora que a tropa existente apenas basta para encher os posto da Praça e que em caso nenhum devem vagar [...] (APEP. Cód. 468, 1791).

A ausência de um maior número de militares para atender as necessidades da cidade deixa clara a inferioridade demográfica de homens em idade de ser alistado para formar os corpos de milícias já no final dos setecentos, realidade da região do Grão-Pará e especificamente da vila São José de Macapá, onde os garotos e jovens foram arregimentados, levando paulatinamente a escassez de indivíduos para formar as milícias auxiliares, como se pode ler.

É verdade que para aquela empresa [as milícias - que eram compostas de um conjunto de soldados arregimentados forçosamente ou de voluntários] se poderia formar uma escolta de auxiliares, mas como senhor? Se os mais deles são avançados em anos, casados, carregados de filhos e pobres (...) (APEP. Cód. 468, 1791).

Esse contexto demonstra que é do resultado da interseção entre os espaços da cidade que se constitui a vida urbana. Portanto, foi no dia-a-dia, no jogo de equilíbrio entre seus diversos sujeitos sociais, que a vila São José de Macapá foi sendo moldada, e, certamente foram seus sujeitos sociais, que, na prática cotidiana, fizeram seu existir. Nessa operação em conjunto, os cativos ao perceberem que estavam em vantagem com relação aos soldados, que se apresentavam em número bastante inferior ao poder de força que eles detinham, logo investiram na ousadia dos deboches, pois, em tempos anteriores, as tropas militares se apresentavam em grande número e os desafiavam. Mas como “o indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é efeito seu, seu intermediário” (FOUCAULT, 1999, p. 35), deduz-se aqui que esse deboche fora os procedimentos deles contra anos de reprimidas investidas sobre eles. Já para Georges Balandier, esse deboche é uma forma de “desmanchar a desordem, é antes de tudo jogar com ela, submetê-la à prova do deboche e do riso, introduzi-la em uma ficção narrada ou dramatizada que produza este efeito” (BALANDIER, 1997, p.121). Essas libertinagens, como produto dessa operação coletiva, revelam também como os cativos sabiam transitar com o poder que os constituíram.

Pode-se associar a crença de liberdade dos cativos com os rumores que chegavam à vila de Macapá e vinham como um ciclone, não tão forte como em seu local de origem (França), mas traziam os ventos das informações sobre a abolição escrava ocorrida neste país (LINEBAUGH e RADIKER, 1990, p. 7). Esse conteúdo fazia os africanos se espelharem, crerem nessa fascinante esperança e ampliá-lo para o lado de dentro, já que o ser livre de fora tinha o efeito de quererem ser os cativos de Macapá também livres, razões pelas quais os africanos mensageiros viajavam sempre para a vila. Ali deixavam fluir as idéias de liberdade entre os cativos em senzalas e em conciliação com eles recebiam informações e as levavam para os mocambos, especificamente, sobre as exigências dos colonos para capturá-los e das expedições que as autoridades planejavam contra eles.

É quase certo que as idéias abolicionistas vindas da França soavam como prenúncio de possibilidade de uma vida livre. Deduções que são ao mesmo tempo verdadeiras ou falsas, visto que, no período do supracitado festejo, as autoridades pouco podiam saber das vontades e desejos que se passavam na cabeça dos “escravos” durante “o tumulto dos negros,” como assim o nomeavam. Os segredos nem sempre circulavam, fortalecendo a tomada de decisão dos trabalhadores africanos, constituindo-se em textos transcritos ocultos; invisíveis e contrários aos senhores como conceitua James C. Scott em “Los dominados y el arte de la resistência”, mas que podiam terminar manifestando-se abertamente, porém de forma disfarçada (SCOTT, 1990, p. 20). Nesse caso os encontros eram planejados e o “lugar ajustado” por “sinais”. O assobio foi um exemplo de uma linguagem silenciosa dessa manifestação.

[...] pois ambos são vaqueiros [...] cada um em suas fazendas de gado e ambos do mesmo Vaz; porém todas as referidas participações e falas aos mocambos, foram sempre incógnitas [...] ocultas de seus parceiros, porque era por certos sinais que os ditos [escravos] faziam no campo, e que eles lhe iam falar no lugar ajustado para esse fim [...] (APEP. Cod. 500, 1793).

A festa do Rosário foi, portanto, um direito “transcrito oculto” que os cativos ao perceberem a chance de os administradores a reconhecerem, tornaram-na pública, redesenhando o comportamento urbano da vila. Outro direito oculto que pareceu estranho e incompreensível aos colonos foi a comercialização pelos cativos de produtos agrícolas de suas terras, como já vimos anteriormente. A sensação de desgoverno sentida pelos trabalhadores africanos de ver seu senhor deixar suas terras e ir trabalhar na vila de Macapá os fizeram substituí-lo em sua ausência; ao espelhar-se na prática que deveria executar o seu senhor e em ações realizadas por eles no passado, como pólos inseparáveis, estavam eles desse modo afirmando seus direitos, portanto instituindo uma nova cultura e um mundo também para si, investido de novos significados que se fazia de “uma síntese entre o passado e o presente” desses sujeitos sociais (COSTA, 1998, p. 102).

A sensação de desgoverno e o espelhar-se era produto de um cruzamento de experiência entre o cativo e seu senhor. Essa operação prática que

de início era quase invisível vinha modificando as relações sociais estabelecidas e assim redesenhando o existir da vila de Macapá e de outras vilas: Mazagão e Madre de Deus. Aprecia-se, aqui, que os trabalhadores cativos recriavam e até mesmo invertiam os compromissos que lhes foram dados de que fossem apenas o braçal da produção, acrescentando a si o direito de comerciar. O presente aqui se juntava à memória das práticas passadas e, a partir delas, os cativos intentavam elaborar suas atividades cotidianas. Ao mesmo tempo, quebrava uma realidade que era a relação de cativo designada pelo poder senhorial, que agora parecia tremular e perder sua linha vertical, tomando contornos tortos para os colonos. Essa fronteira sinuosa era o caminho que dava significado a experiência do trabalhador cativo. Procedimento de poder que se acredita ter permitido o redesenhar da vila de Macapá. Marcas africanas que plasmaram a vila; mancha, nódoa que não desmancha e só clareia, mas não apaga mais.

As táticas como formas de operações entrecruzadas dos cativos com os colonos foram constantemente usadas e prosseguiram até encontrar uma força interna propícia, a separação do Brasil de Portugal. Idéias de liberdade foram correntes entre os intelectuais durante o período de independência e perpassaram esse movimento considerado sem luta: vindo de fora como um fato consumado (SALLES, 1988, p. 262). Se não houve reação no princípio da separação do Brasil dos poderes lusos, ela ocorreu durante a aplicabilidade desse projeto de soberania, na formação política do Império brasileiro, quando várias províncias demonstraram interesse em permanecer obedientes a Portugal.

Nos cinco últimos anos da década de 30 dos anos oitocentos, ocorreu a Cabanagem na região norte. Essa mobilização envolveu os segmentos médios e “ordinários” da sociedade paraense. Dentre esses indivíduos, estavam os trabalhadores africanos, que, a partir de um olhar interno inspecionando no tempo todos os acontecimentos sucedidos na região e as informações que nela transitavam, foram armazenando informações vindas também de outros sentidos, como os ideais da Revolução Francesa, a ocupação de Caiena, a Independência do Brasil dos poderes lusos, assim como a Revolução do Porto. Esses eventos trouxeram consigo os propósitos de liberdade do cativo; mesmo que esse ideal não estivesse no plano das elites dominantes, eles foram divulgados.

No Pará, um franciscano Luiz Zagalo e o padre Batista Campos⁶² “principiaram a associar desde então as idéias de independência à de liberdade, ou supressão da lei do senhor” (SALLES, 1988, p. 242). A participação dos trabalhadores africanos nesse acontecimento que lhes parecia viável representava para eles a possibilidade de concretização de suas crenças - a convicção de que por seu envolvimento nessa luta contra o poder político provincial, chegaria à conquista da liberdade de que tanto eles ouviam falar e por fim a aspiravam.

Essa crença de liberdade ganhou mais força e parecia próxima, quando os escravos captaram a possibilidade de ganho com o movimento da cabanagem. Em 1835, os grupos sociais estavam em estado de ebulição. A sociedade paraense queria nessa ocasião afirmava-se a outro direcionamento. Os discursos e as idéias calorosas de Fellipe Alberto Patroni,⁶³ que na conformidade da independência já defendia a liberdade dos “escravos”, agora mais ardorosamente liderava o movimento cabano, e nele, como assinala Vicente Salles, “as fileiras cabanas não diminuam nunca; ao contrário, engrossavam cada vez mais, com os desertores militares do exército legal, e a adesão dos indígenas e escravos” (Idem, 1988, p. 261).

Nessa conjuntura, a decisão de participação dos cativos em favor de sua liberdade foi crucial. O movimento Cabano propagou uma expectativa de liberdade entre os indivíduos cativos, porém, dentre eles, nem todos desejavam participar desse descontentamento social. Os africanos e seus descendentes se envolveram nesse movimento, acreditando ser o momento certo da “captação do vôo” (CERTEAU, 1994, p. 47). Arregimentaram seus irmãos afros de fazenda em fazenda, de sítio em sítio, inclusive utilizando-se de pressões sobre os que não estivessem de acordo em participar do movimento. Aqui, as idéias heterogêneas, múltiplas vão criando rupturas. Desse modo, “qualquer ponto pode se conectar a outro, qualquer linha pode ser rompida, quebrada em algum lugar e também

⁶² *Luís Zagalo*, franciscano, apóstata, e pedreiro livre, instruído na Praça de Caiena. Defensor fanático da Revolução Francesa transferiu-se para o Pará, não para fugir aos horrores da revolução, como outros lavradores, mas para se juntar aos pedreiros livres, que lhes deram proteção. Foi expulso após abalar a sociedade paraense com seus princípios de liberdade e igualdade. *O padre Manoel Gonçalves Batista Campos*, homem de letras, fundou o jornal “O Paraense”, em 1825, nele publicava impressos subversivos vindo de Portugal. Campos defendia e estimulava a idéia de liberdade aos africanos e pôs em prática a união das raças (SALLES, 1988; MUNIZ, 1973, p. 79).

⁶³ Fellipe Alberto Patroni foi estudante da Universidade de Coimbra e se tornou partidário da revolução liberal do porto. Suas idéias se espalharam por todo o Pará e ganhou expressão política entre os africanos desde a independência ao movimento da Cabanagem, quando se tornou líder dessa mobilização popular (SALLES, 1988, p. 243).

retomada segundo uma ou outra de suas linhas e mesmo segundo outras linhas” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p.18). Quiçá marcados, muitas vezes, pela dor, pelo sofrimento, por dúvidas e incertezas, se deveriam dar crença a essa proposta de liberdade; mesmo assim, alguns viam nesse movimento a possibilidade de liberdade e entregaram-se a ele, comungando com um campo de poder que parecia comportá-los.

Maus-tratos e até morte sofreram alguns africanos que não quiseram participar do movimento da cabanagem; os cativos agora fugiam não mais do seu senhor, mas sim, da ferocidade que o movimento tomou (REIS, 1949, p. 87). Como sujeitos singulares e plurais, os africanos cativos não sabiam os limites; eles não pareciam muito nítidos, nem havia necessidade de que o fossem, posicionavam-se diante dos conflitos, porém cada um partia de sua própria experiência; de forma que uns investiram no distanciamento de ambos os poderes em choque, aproveitando a oportunidade para fugir e buscar liberdade em lugar distante desse conflito. Para outros, os mais envolvidos com os ideais de liberdade e igualdade, estes se lançaram diretamente no movimento Cabano, vendo-o como um projeto de mudança para a sociedade, portanto, buscando conferir-lhes outra forma de direção, principalmente a de eliminação do trabalho “escravo”. Esses últimos adentraram na rebelião, com a esperança na possibilidade de ver eliminado, nesse novo projeto de sociedade, o corpo africano como propriedade de um senhor.

As divergências ocorridas no seio do grupo de africano levaram vários cativos a buscar abrigo nas imediações da vila de Macapá, Mazagão em Mapá (localidade constituída por índios, brancos, desertores militares, cativos fugitivos das senzalas e da justiça e que deu origem ao atual município de Amapá), bem como na ilha do Baillique e no Oiapoque. Partes desse universo de trabalhadores africanos fugiam da cidade de Belém e de outras vilas da província, posto que parcela deles não dava por certo o resultado desse movimento, portanto não desejavam se envolver com esse acontecimento e foram buscar tranquilidade em terras contestada de Macapá. Partiram então à procura de novas sociabilidades em áreas mais distantes, fator que contribuiu para o crescimento da vila de Macapá nos idos de 1840, como assinala Cézár Reis, em seu livro: “Território do Amapá – Perfil Histórico”, ao revelar que:

Macapá crescera pela fuga dos que, procurando escapar à ferocidade dos entreveros cabanos, se havia encaminhado para o município, pondo-se ao abrigo da fortaleza ou, mais acima, situando-se no litoral, em direção a fronteira com Guiana Francesa (REIS, 1949, p, 87).

O rompimento no interior do conjunto dos trabalhadores cativos, ocorridas possivelmente pelas divergências entre as diferentes formas de pensar desses sujeitos sociais que representavam aparentemente um mesmo campo de poder; deu ares de que esse poder estava sendo estilhaçado por todos os lugares, de modo que os trabalhadores africanos da parte opositora foram buscar refúgio, como já foi dito, nas terras da vila de Macapá, e em seus espaços contíguos, e delas logo se apropriaram. Nesse ínterim, a ocupação da região fronteira fez revelar e desencadear uma série de complicações diplomáticas que levaram o governo brasileiro e francês a viverem momentos de tensão, visto que em, 1836, o governo imperial ficara inteirado de que o governo francês havia estabelecido, em 1835, um posto militar na margem direita do Oiapoque.

Para os governantes brasileiros, o referido ato foi entendido como um insulto das autoridades franceses, posto que o Império compreendia ser esse território pertencente ao Brasil. Enquanto a França justificava que havia ordenado a construção com o objetivo de proteger a possessão francesa de atos violentos que se desenrolavam em consequência da “revolta” da Cabanagem (1835-1840), mas não significava a intenção de fazer objeção ao limite estabelecido. Três anos depois, o governo imperial toma conhecimento que mais outro posto foi instalado no rio Amapá, defronte à ilha de Maracá (CALÓGERAS, 1989, p. 254/5). As autoridades brasileiras puseram-se irritadas com as intervenções dos franceses na região do Contestado e, mais ainda, com a presença de cabanos dando suporte a esses projetos franceses. Ao receber informação sobre mocambos de Cabanos fugitivos nessa área, não dispersaram suas energias quando, em agosto de 1837, ordenaram “arrasar um mocambo de rebeldes”, não muito distante da vila de Macapá (Cód. 855, Cx. 145. 1837).

O governo imperial, intrigado com os pretextos franceses de ocupar a região contestada, além de preocupado com a influência que esses franceses já exerciam sobre africanos fugitivos, aventureiros, criminosos, desertores do exército

brasileiro e agora com os cabanos instalados na área em litígio, passa a observar com mais empenho a realidade da área de fronteira. Informado de que os franceses mantinham relação econômica com os cabanos, e esses fugitivos estavam entregues à atividade de agricultura e de pesca para eles, negociação entendida como negativa pelo governo central, visto que essa operação levaria a ocupação da fronteira inclinada à legalidade francesa, razão pela qual o ministro do Império, no início de 1840, expediria determinação ao presidente da província do Pará para que fosse evitado que esses brasileiros permanecessem sob a órbita de influência francesa:

O mesmo Regente em Nome do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, tomando na devida consideração tudo quanto V. Ex. a. participa no mencionado ofício, Há por bem ordenar, [...] que V. Exa. procure por todos os meios ao seu alcance, chamar aos interesses da Província, que lhe esta confiada, os Brasileiros dissidentes, que se acham empregados pelos Franceses em lavouras, e pescas, nos pontos por estes indevidamente ocupados no território Brasileiro; proporcionando V. Exa. para este fim aos ditos dissidentes alguns socorros, uma vez que, antes de despender com este objeto qualquer quantia, se assegure por meio de pessoa idônea, que para isso deve escolher, da probabilidade de tirar vantagem desse projeto (APEP, Caixa 67, 1940).

Com o término da cabanagem, veio o retorno à política oficial vigente, que conservou a continuidade do regime senhorial e estabeleceu uma rigorosa lei do trabalho, a qual investia no controle de indivíduos ociosos, desculpados, vagabundos e na forma de controle pela via do recrutamento militar. Nessa década dos oitocentos, Vera B. Alarcón Medeiros, em seu trabalho acadêmico “Incompreensível Colosso: A Amazônia no início do Segundo Reinado”, registra que o recrutamento foi uma prática bastante usada na Amazônia para atender às necessidades do Império. Esses homens recrutados eram nomeados de “os depósitos”, como assim denominaram os indivíduos arrematados para o corpo da Armada Imperial ou para os Corpos de Imperiais Marinheiros (MEDEIROS, 2006, p. 226/247).

No início, o recrutamento não foi criterioso, era formado por qualquer pessoa do sexo masculino (africanos libertos, índios) de 14 a 25 anos;

posteriormente, a solicitação de recrutamento dava preferência aos tapuios. Essa interferência na condição dos africanos livres, bem como dos que aspiravam por essa liberdade foi um choque que repartiu energias para todos os lados, posto que essa decisão governamental não foi aceita pelos grupos de cativos que acreditavam estarem livres; por outro lado, a tentativa de controle dos africanos livres, que, na percepção dos governantes, eram sujeitos ociosos (vagabundos, desordeiros), fez aumentar o conjunto de fugitivos. Essas fugas fizeram-se freqüentes em direção à vila de Macapá e à Guiana Brasileira, região contestada de Macapá, e possivelmente para Caiena.

Cumpra aqui lembrar que esse processo de evasão de cativos fugitivos para as terras de Macapá, vai agora ser reanimado por desertores militares contribuindo para o aumento da população da vila de Macapá, assim como para a formação de uma comunidade multiétnica na região de fronteira; por conseguinte, maior entrelaçamento dos fugitivos dessa área com sujeitos sociais da vila de Macapá e de Caiena. Conquista africana, compreendida, segundo Vicente Salles, pelo fato de os mocambos formados em Macapá, ao contrário dos demais mocambos da província do Pará, “não terem sofrido um combate sistemático” (SALLES, 1990, p. 223). Mesmo diante dos lamentos dos proprietários receosos de ficarem reduzidos à miséria, as autoridades hesitavam, pois tinham receio de que uma ação direta viesse trazer conseqüências diplomáticas. Esse recuo da parte dos produtores do poder imperial vai ser para os africanos uma das ocasiões perfeitas para paulatinamente irem adentrado, e redesenhando seu existir no espaço urbano da vila de Macapá. Afirmando, portanto, novas sociabilidades, questão que será trabalhada nesse próximo item de leitura.

4.2 As Ocasões para Ocupar a Vila São José de Macapá

O aprendizado parece ter sido o caminho e o desejo, a tentativa, pois a conquista dependia sempre das possibilidades. Para os africanos, a própria vida era um paradoxo: um africano escravo, ao ser alertado por outro companheiro, de que ele não deveria fugir para o mocambo, pois o preto era conhecido como amigo dos

brancos e corria o risco de ser morto. – ele responde: “eu sempre fujo, se lá eu me der bem, fico! Quando não, torno a voltar, e digo ao meu senhor, que tenho andado perdido desde o dia que fui a caçar” (Cód. 853, 1792). Entende-se aqui que cada indivíduo constitui seu ponto de vista sobre um acontecimento e esse modo de ver a vida sofre influência do momento e da situação em que ela emerge, portanto, a vontade dos fugitivos era sempre ambígua, paradoxal. No caso exposto, o cativo era possuidor de um pensamento movente, nem estava com os quilombolas nem com seu senhor, mas sim, ao lado de seu querer, de sua vontade.

Nessa fala, o pensamento do escravo demonstra um estado de interseção, ao mesmo tempo de equivalência entre as forças sujeitas. Entende-se que foi no conjunto dessas partículas de crenças paradoxais desses sujeitos sociais cativos e de outros sujeitos singulares (africanos livres, colonos pobres, militares na ativa e desertores), que a vila de Macapá deixa de ser um fato histórico dado para ser uma construção coletiva, elevada por modos de pensar e agir diferentes, quase incerto, que se metamorfoseava a todo instante. Desse modo, a edificação da vila passa por uma busca constante de equilíbrio e se situará sempre entre as forças cujas partes se opõem.

Forças opostas em algum momento se juntavam. Descontente com a ordem escravocrata e com o tratamento que era dado aos militares, um desertor militar do primeiro regimento de linha, João Pedro Moreira, construiu sua própria regra de sobrevivência, como se vivesse em uma rede social deslocada do controle e da disciplina programada pelo Estado, razão que o levou a refugiar-se da vila e passou a chefiar um mocambo de “negros”. Quando delatado, as forças de capturas seguiram no seu encaço. No ato de captura do mocambo, só conseguiram aprisionar dois escravos e a concubina do militar (Cód. 819, 1825). O desertor militar conseguiu fugir, graças aos fossos, cheios de estepes que construíram em torno do mocambo e que impediram uma ação mais eficaz das tropas, pois, na primeira investida, alguns dos soldados caíram na armadilha dos mocambolas, possibilitando os fugitivos ganharem tempo para retirarem-se do local.

Esse desertor militar deixa transparecer sua insatisfação quanto ao tratamento que lhe era dado. Desse modo, procurava ser o “outro” assumindo o padrão identitário de um comandante, no sentido do uso do poder e dos bens adquiridos, pois, na casa existente nesse mocambo, foram encontrados móveis que

pertenciam a um comandante já falecido do Gurupá e outros do capitão de Monte Alegre (APEP. Idem, 1825). Entende-se aqui que o desertor militar colidia com as normas vigentes, levando-o inclusive a praticar crimes, visto que matou o Capitão Herculano, que se encontrava aquartelado na ocasião da investida da escolta. Algumas cartas encontradas pelas forças de captura e a própria confissão da parceira do desertor militar e dos ditos escravos detidos vieram a comprovar que o desertor mantinha contatos com pequenos proprietários. Os escravos encontravam, no interior desta sociedade, condições que os equilibravam frente às forças do regime senhorial e lhes permitiam cada vez mais participar do espaço social da vila.

Insatisfeitos com a força dos africanos, os proprietários exigiram ação da parte das autoridades para controlar essa força opositora. Foi quando organizaram, em 1841, um intenso corpo de milícias no sentido de capturar escravos e destruir mocambos. Aborrecidos com os resultados negativos das buscas, pois as investidas das milícias pareciam infrutíferas, sem o retorno desejado, cuidaram logo de instituir a distribuição de prêmios em valores monetários, com a finalidade de estimular os capturadores a realizar essa atividade de busca com mais condição de não se renderem às negociações com os fugitivos. (SALLES, 1990, p. 217). A reação das autoridades parecia fatal no sentido de extirpar as forças contrárias.

A guerra contra o “fraco” parecia ininterrupta, mas o fraco emergia para confundir o forte como um eclipse que de mansinho apaga o sol. Talvez, o agasalho e o conforto dos mocambos fosse o prêmio maior que os valores monetários oferecidos, quando esses eram pagos. Os capitães do mato, agentes criados para fazer buscas e capturas de escravos se envolviam com os mocambolas, apesar dos estímulos financeiros oferecidos pelo poder administrativo da província do Pará. As condições de precariedade social desses fragmentos que compunham a vila os levavam ao rompimento com os princípios da ordem social que os instituiu. No inquérito do proprietário Manoel Joaquim dos Reis, acusado de ter comunicação com pretos, foi a ele perguntado: com quem os pretos faziam correspondência, além da pessoa dele. Ele respondeu que também os fugitivos faziam contato com “Bernardo, que é capitão do Mato” (APEP. cx. 97, 1848).

O emaranhado entre militares, capitães do mato, pequenos colonos e fugitivos já apresentavam muitos nós que fragilizavam os colonos produtores de maior posse e criadores de gado. Mas fortalecia ao mesmo tempo o pequeno colono que encontrava no fugitivo, mão-de-obra barata, da qual ele podia tirar proveito. Na

captura ocorrida em 1848, de alguns “escravos”, momento em que quatro deles foram presos e respondiam a processos com inquérito, foi então descoberta uma extensa rede de comércio clandestino e de prestação de serviços realizados por escravos fugitivos em local próximo a Macapá.

Os interesses mercantis circulavam desde a vila de Macapá, Mazagão até Vila Velha⁶⁴. A fabricação de sacos de estopa que eram usados para o ensaque de farinha, arroz e outros cereais, era de grande necessidade para os colonos de poucas posses. A confecção desse artefato era de grande benefício para eles, porém sua fabricação clandestina ocultava um entrelaçado relacionamento entre vários segmentos sociais, permitindo aos trabalhadores fugitivos a organização de uma base econômica vinculada ao comércio. Portanto, a relação mercantil se assemelhava a uma teia de aranha, a qual, ao ser tocada, não se puxa um único fio, mas todos, pois todos se conectam, impedindo que um se libere do outro. E foi assim que se constituiu uma rede comercial para a aquisição de sacos de estopa: um mulato livre convidara os escravos fugitivos Gregório e Manuela para ajudá-lo na produção de sacos, em seguida, a produção era entregue a um comerciante (morador do rio Maracá). Este último negociava a produção de sacos com os pequenos colonos produtores locais, como se pode apreciar na fala do escravo no ato de um inquérito:

[...] mandou o referido mulato Jabob [o escravo Manoel e o mulato Gregório] para o Rio Maracá, em cujo rio andavam com franqueza acoitado por quase todos os moradores daquele rio a onde ele, o dito Manuel e o Mulato Gregório foram fazer estopa e coube a parte desta vinte e nove arrobas, a qual foi entregue a Clemente da Rosa Espírito Santo, morador daquele rio para vendê-las, como a vendeu: uma porção a Luís Freire, outra a Matheus Flexa de Mazagão, a preço de mil reis cada arroba, e o dito Manoel [escravo] presenciou essa venda por está escondido dos compradores e não souberam que ele era fugitivo (APEP. Cx. 97, 1848).

Destruir os emaranhados sociais que criavam a defesa dos escravos parecia difícil. O comércio, as alianças estabelecidas, as articulações interétnicas,

⁶⁴ Esta Vila é muito citada em cartas administrativas ou em documentos judiciais, porém se crê que ela tenha sido uma localidade organizada por missionários em função de um vestígio ainda presente nessa área: uma igreja que resistiu à ação do tempo e permanece lá nos dias atuais (APEP. Cx. 97, 1848).

eram campos difíceis de ser minados, visto que cada vez mais esse comércio se afirmava, à medida que se ampliava a participação indispensável dos quilombolas nesse processo. Para assegurar o “*laissez passer*” dessa economia, era necessário esquecer a condição instituída ao trabalhador africano e até fazer vista grossa de sua situação de fugitivo. Outros tipos de articulação, acompanhada de proteção ocorriam como a permissão de negociação entre escravos fugitivos e “escravos” em senzalas, fortalecendo, desse modo, o escravo amocambado. Nesse caso, pode-se notar que o mocambo ou o rancho ficavam muito próximos e/ou dentro da propriedade do acoitador. Fazer de conta que esses indivíduos eram livres, fazia parte de um jogo de interesses que ambas as partes acreditavam que lhes rendiam resultados positivos; ao não denunciar o fugitivo o colono obtinha em troca produtos de seu interesse; conseguia peixe salgado, carne, ovos, banha e óleo de tartaruga para o uso doméstico e como combustível para os lampiões (APEP. Idem, 1848).

É a partir dessa peleja cotidiana que o trabalhador africano vai penetrando e desfazendo leis, padrões morais e campos sociais estabelecidos. Para que ocorresse essa inserção gradativa do cativo num espaço social que juridicamente e moralmente lhe fora negado, dois pontos de apoio foram imprescindíveis: primeiro, a ocupação do rio Araguari, divisor entre as terras contestadas e as de posse legal; segundo, as relações comerciais estabelecidas com colonos franceses, que lhes garantiram um aprendizado. Esses dois pontos de apoio encontrados pelos africanos se prestaram não só à reposição de suas energias gastas, mas também de articulação comercial, visto que estas práticas serviram de base ao fortalecimento nos africanos do ideal desejável de comerciar e até ocupar território próprio na vila de Macapá.

Esse centro urbano no qual convergia um número maior de moradores, de grandes, mas também de pequenos produtores, desassistidos da necessidade de circulação de mercadoria e de bens e serviços que o governo imperial e provincial não conseguia mais suprir, foi o espaço vazio, principalmente, com a evasão do domínio privado da Companhia de Comércio (convém lembrar, que a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão se retirou desde 1778), que os africanos foram paulatinamente penetrando e se aproximando da vila São José de Macapá, quando ela também se mostrava como campo possível e favorável para um intercâmbio comercial.

Concomitantes ao entrelaçamento social e comercial, as idéias e contatos

eram firmados. O ano de 1848 começava cintilante para os africanos em senzala e para os que se encontravam em mocambos no rio Araguari e em outras localidades de Macapá, posto que ocorreram mudanças no cenário político francês, com a queda da monarquia e a instauração da segunda República na França, desencadeando a segunda abolição escrava na Guiana Francesa. Os ventos do Atlântico facilitavam a rapidez das informações e os cativos davam ares de que captava no ar os acontecimentos externos. Era o processar das idéias em forma de “bumerangue”, como captura conceitual de Peter Linebaugh em seu artigo “Todas as Montanhas Atlânticas Estremeceram” e que Flávio Gomes Santos adequou-o para seu artigo “Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia” e a partir dele enfatizou o movimento de idéias entre os mocambolas na Amazônia (GOMES, 1996).

Parece ser verdadeiro que os trabalhadores africanos fugitivos e livres captavam no ar as informações que eram pulverizadas pelos franceses, e não resta dúvida de que eles também sabiam apreender muito bem o que se passava no Brasil. Na província, contavam os “escravos” com as “vozes no ar” dos produtores de discursos a favor da abolição, eles pareciam estar atentos às comunicações, as ondas eletromagnéticas de informações de dentro e de fora da Província. Todos esses ventos de notícias eram atraídos pelos trabalhadores cativos. A abolição na Guiana francesa muito rápida foi consumida pelos cativos em senzala e pelos fugitivos, acontecimento que preocupou o Ministro da Justiça da coroa brasileira, que solicitou ao governo da província do Pará que procurasse controlar os homens que desviassem a opinião da população. É interessante destacar, aqui, a presença dos ideais abolicionistas e seus defensores, considerados como “turbulentos” pelo administrador da província e, pelo que parece, não eram poucos, pois o governador se compromete em evitar essas manifestações, atendendo às recomendações e decisões do Ministro do Império:

Recebi hoje o Aviso reservado de 17 de abril próximo passado, em que V. Exa. por ocasião dos acontecimentos na França, julga necessário pronunciar-me com algumas instruções, atenta a gravidade daqueles acontecimentos, e de cujo contágio cumpre preservar o espírito público. Executarei Exmo.sr. mui religiosamente as recomendações, que me são feitas, procurando ao povo desta Província a tolerância e justiça da constante conduta do Governo

Imperial, e da sua fidelidade as Instituições juradas, evitarei quanto couber no círculo legal de minhas atribuições, que homens irrefletidos ou turbulentos consigam desvairar a opinião do povo [...] (AHI. 1848-1852).

Porém, na mesma carta o governador do Pará justifica ao Ministro do Império que a boa-vontade não é suficiente para reduzir a ação dos abolicionistas, portanto, exigiu que mandassem polícia e dinheiro, como fica esclarecido no ofício abaixo:

[...] Eu também sinto essa mesma necessidade, mas rogo a V. Exa. que me facilite os meios pecuniários, e proponho que o Exmo.sr. Ministro da Justiça, mande aqui pôr à disposição da Polícia, e para despesas reservadas a quantia de 2:000\$ réis a 2:400\$ réis. É preciso pagar a quem escreva, e impressões; é mesmo preciso que a autoridade pública esteja habilitada a [?] escutar as tramas que se podem urdir secretamente, e para tudo isto não vale a boa vontade, é preciso dinheiro (Idem, 1848- 1852).

Esse acontecimento efervesceu as idéias dos africanos, que, como já foi estudado, trocavam idéias com colonos e escravos da Guiana Francesa, do Maranhão e das outras cidades do Pará. Acreditavam os cativos ter chegado hora da grande liberdade, se não ocorresse na vila de Macapá, seria nas terras do Contestado Brasileiro. Trabalhadores africanos que viviam ao sul do Pará (de onde provinham maior número de fugitivos) até a ilha de Marajó, e, sem dúvida, das vilas de Macapá e Mazagão, que se situavam na parte centro leste das terras do Macapá; seguiram essa brilhante idéia de fugir para a região do Contestado, como os três reis magos seguiram a estrela brilhante como símbolo do encontro com a salvação.

A estrela não só serviu de orientação para os fugitivos. Apreensivo, o governo imperial punha de sobreaviso a qualquer transbordamento na fronteira das motivações revolucionárias. As fugas não deixaram de ocorrer após a reportada abolição, conduzindo as autoridades do Pará, aliadas aos administradores da vila de Macapá, a seguirem a rota desse caminho luminoso. Não se sabe quantas vezes, porém, mais de uma vez foi encaminhada expedição e tropas ao encalço dos fugitivos. A luz que os guiava resplandeceu quando essas milícias se depararam

com grupos organizados que já decidiam suas vidas em assembléias, da qual participavam o conjunto de homens, mulheres, jovens e crianças, fugitivos e residentes ali (escravos, desertores militares, criminosos, dissidentes da cabanagem). A informação foi levada de imediato ao administrador da cidade de Macapá, Francisco Coelho, que, oficialmente, encaminhou a comunicação ao governo da província do Pará, Jerônimo Francisco Coelho. Este, por sua vez, o fizera chegar ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardo de Souza Franco, no Rio de Janeiro:

Junto remeto a V. Exa. 2ª via do meu ofício do 1º de Junho deste ano, em que tratando dos nossos limites com a Guiana Francesa, dei também conta ao Governo de uma perigosa reunião, que pouco a pouco se tem formado nas margens e imediações do lago Amapá. Essa reunião continua e agora aumenta, com a noticia da liberação dos escravos de Cayena, e de outras Colônias Francesas, mais urgente se torna, que alguma medida se tome para se evitar as fugas dos escravos tendo no Amapá aquela reunião e o passo livre para Cayena [...] (AHI, 1849).

Acusava ainda o documento que esses habitantes do Mapá,⁶⁵ dirigiam-se à vila de Macapá, desassossegando seus moradores com suas investidas como relata o governador Jerônimo Francisco Coelho, que, ao mesmo tempo, propõe destruí-los, arrasar com suas organizações.

É indispensável que sejam dali varridos os criminosos, e grandes malfeitores, que se tem agregado, e que de mais põe em susto os habitantes de Macapá, ao menos isto se poderão resolver-se, como me parece melhor, a ocupação permanente do Amapá por uma força de 50 praças comandada por oficiais de confiança. Expeça-me o governo as ordens, e eu imediatamente farei as disposições necessárias e seguras para o infalível resultado (AHI, Idem, 1849).

O rio Araguari era o ponto de apoio, o lugar da produção de bens desses

⁶⁵ Colônia denominada de Mapá, situada na área central do território de Macapá, teve seu existir marcado pela presença de transfugas de várias etnias: africana, índia, brancos dissidentes da cabanagem, desertores militares e criminosos que ali se fixaram e criaram um povoado. Posteriormente, ela foi transformada em vila, quando recebeu o nome de Amapá. No período em que a região do Macapá foi transformada em território nacional, essa área territorial recebeu o nome de cidade do Amapá e foi proclamada a ser a capital do Estado. Sua posição geográfica não lhe permitiu essa ostentação. Coube à Cidade de Macapá – Antiga Vila São José de Macapá essa vocação. (CAVALCANTI, 1997; MORAIS e ROSÁRIO, 1999).

trânsfugas, mas se dá a entender que a vila de Macapá era o lugar ideal para as articulações comerciais, inclusive, considerada mais preciosa para a comercialização do que mesmo com os colonos de Caiena que se situavam na área em litígio. Isso era percebido pelos fugitivos desde que iniciaram contatos culturais com a vila a partir dos festejos do Rosário realizados em Macapá. Essa vila era também foco de interesses dos que desejavam praticá-la com o exercício da posse arbitrária dos bens particulares, (ferramentas e armas) e dos frutos resultantes do trabalho realizado pelos colonos.

Preocupado a distância com o desconforto que os “escravos” fugitivos estavam causando à população da cidade de Macapá, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Bernardo de Souza Franco, propõe ao presidente do Pará que tome providência no sentido de destruir a ação dos “escravos” e garantir as “ordens convenientes para tranqüilizar os moradores daquele distrito”, bem como investir no controle da fuga de cativos para Caiena. Assim, destaca:

[...] cumpre a essa presidência manter em Macapá força precisa para perseguir os criminosos e grandes mal feitores até o Amapá e obstar a fuga de escravos que, como V. Ex. há tem por ali o passo livre para Cayena [...] (APEP, cx. 67.1848).

O afluxo de “escravo”, nesse período de 1848 a 1849, adicionado ao conjunto de fugitivos já existentes nas proximidades da vila de Macapá, assim como os da localidade do Mapá, pôs as autoridades em situação de indecisão. Entre satisfazer os interesses dos colonos da vila de Macapá de mandar prender os fugitivos, ou atender os interesses governamentais de fazer do Mapa, um espaço nacional, um trauma estava agora instaurado. Ambos os projetos estavam sendo pleiteados por grupos de poderes diferenciados, porém dentro de um mesmo campo de forças.

As decisões governamentais oscilavam a todo o momento, pois, ora investiam altos custos para prender todos os fugitivos, projeto que atendia e tranqüilizava os colonos produtores e criadores da vila São José de Macapá, que tinham seus cativos de volta; ora investiam em reconhecer a população do Mapá, antes nomeada de “indivíduos forasteiros”, mas que haviam conseguido se adaptar

à região como brasileiros livres; os quais os poderes públicos da província do Pará os viam como pessoas ideais para formar uma comunidade capaz de deter o avanço da França. Sabendo da indispensabilidade político-social dessa população instalada no Mapá, e em cuja reunião o Ministério Estrangeiro não interveio, o governador do Pará solicitou ao governo imperial, no ano de 1849, o indulto de perdão e anistia para os moradores da referida área.

E como no Amapá como V. Exa. se refere há já uma grande porção de Brasileiros pela maior parte foragidos desertores e quilombolas para cuja reunião não interveio o Governo Imperial, não podendo este fato dar lugar á reclamações; em vez de persegui-los autoriza o mesmo Governo à V. Exa. a conceder indulto (sic) e anistia aos desertores e criminosos de culpas que não sejam atrozés, a fim de que se possa para o futuro estabelecer alguma autoridade policial no lugar, e com isto argumentar nas questões de limites que sobrevenham ainda por aquela parte; cumprindo porém para evitar que tais anistiados, cessado o motivo que os fez buscar um asilo tão insalubre procurem migrar para outras povoações dessa Província; que tais anistias e indultos sejam concedidos com a clausula de continuarem a residir no Amapá, ficando sem efeito logo que sejam encontrados em outras povoações; e neste sentido vou officiar ao Sr. Ministro da Justiça para que haja de expedir pelo Ministério á seu cargo as ordens que forem precisas [...] (APEP. cx. 147. 1850).

Outra condição que os levou a recuar na decisão de captura dos fugitivos estava no fato de que as condições da região eram precárias, pois era considerada área insalubre, doentia, a qual fez malograr a experiência de fixação de um povoado – a colônia militar Pedro II⁶⁶. Até mesmo os dissidentes da Cabanagem receberam anistia por parte da província do Pará para compor a população enviada para a Colônia Pedro II, implantada próximo à cabeceira do rio Araguari, porém, por ser essa área mórbida, evadiram-se de lá. Era, portanto, uma região de pouco interesse a iniciativa de ocupação por “famílias de paz”, quer dizer, por grupo de casais civilizados no conceito das autoridades.

Esse desconforto regional levou as autoridades a uma ação favorável

⁶⁶ A Colônia Pedro II foi fundada em 5 de maio de 1840, pelo capitão do Imperial Corpo de Engenheiros, José Freire de Andrada Parreiras. Foi edificada á margem direita do Araguaia, a poucas léguas depois de sua foz, nas vizinhanças da propriedade do fazendeiro João Manoel Ferreira. Porém em 1841, Bernardo Souza Franco, governador do Grão-Pará, fez um relato negativo do progresso da Colônia Pedro. As moléstias continuam a perseguir os habitantes, tendo entre eles falecido quatro mulheres, e quase a maior parte das crianças. Essa situação levou várias famílias a solicitarem o abandono do lugar, inclusive se propondo a perder tudo que já haviam construído e se comprometendo em pagar os pecúlios recebidos, mas não queriam permanecer mais naquela região insalubre. Até os fugitivos da cabanagem que barganharam o compromisso de ir povoar a Colônia, em troca de sua anistia, logo desertaram. Ver Reis (1949) e Medeiros (2006).

para com os foragidos e desertores. Aqui, pode-se ver um retrocesso das forças que representavam o poder político, inclusive contrariando os comerciantes produtores da vila de Macapá em favor de forças opostas. Situa-se aqui a fragilidade das certezas e da totalidade do poder central e local frente às forças diferentes, ou seja, cativas e naturais. O outro recuo constitui aqui um componente de convivência, uma mistura que se fazia necessário fazer. A nação de malfeitores, de desordeiros, agora passaria a ser nomeada de cidadãos brasileiros.

O objetivo dessa proposta era assegurar que a população da localidade do Mapá garantisse, através de sua permanência na região, o controle e a posse das terras em litígio, pela presença de indivíduos brasileiros, o que garantiria no futuro manter uma autoridade policial no lugar. As forças políticas, provincial e nacional, recuavam diante de ambos os campos de poderes – diante dos cativos, não os perseguindo mais, e ao mesmo tempo, criavam diferenças no interior de seu campo de poder, na medida em que contrariavam os interesses de parte de seu corpo social, a exemplo dos colonos criadores de gado e produtores de cereais da vila de Macapá – para colher frutos mais adiante: a conquista definitiva das terras que ficavam entre o rio Araguari e o rio Oiapoque. Os investimentos objetivando inibir a fuga de escravos pela embocadura do rio Amapá foi esquecida pelas autoridades imperial e provincial, que viram, nessa ação, a possibilidade de conflito com a França, como se pode ler no ofício a seguir.

E, pois é altamente conveniente que, por medidas e postos estabelecidos em nossa fronteira, se procure evitar a facilidade que achavam os escravos da Província do Pará em penetrarem no território da Guiana por uma fronteira inteiramente aberta [...] A seção, sem poder contestar as vantagens deste posto no que toca à sua situação, julga dever ponderar 1º - que o modo com que ele foi desocupado pela França sem ficar definitivamente decidida a nossa questão de limites, não permite que ali se estabeleça fortaleza, ou posto militar, sem risco de desinteligência com o Governo Francês: 2º - que este ponto, com quanto possa ter vantagens de situação, é constante ser demasiadamente insalubre. Em tais circunstâncias a seção julga conveniente que se prefira outro ponto aquém do Amapá, cuja escolha se poderia deixar ao Presidente (Cx. 67. 1840-1849)

Em 1851, a imprensa paraense na voz do jornal “O Velho Brado do Amazônia” lançou uma matéria que traduziu o desespero dos colonos de Macapá,

pelo desaparecimento de sua escravatura em grupos de cinco, dez, até doze indivíduos (O VELHO BRADO, 1851). O desespero tomava conta dos colonos de mais posses, pois, sem o trabalho dos cativos, tudo parecia desmoronar. No entendimento dos colonos de maior posse, já que o governo não agia, cabia a eles fazer sua própria defesa, mesmo que tais investimentos lhes custassem grandes somas, era preciso agir com urgência.

Muito rápido, os colonos de Macapá reuniram-se no intuito de evitar que seus estabelecimentos agrícolas caíssem em ruínas, para tanto, reuniu-se a Câmara Municipal e convocaram-se as Casas de Conselho, o delegado e os habitantes mais notáveis do lugar. Nessa reunião, deliberou-se que para atalhar o mal das fugas, convinha sem demora postar na embocadura do rio Amapá uma barca, esta, financiada pelos cidadãos mais afortunados da vila de Macapá. A idéia foi desaprovada pelo presidente da província do Pará, ainda pela insistência de que a referida decisão implicaria em complicações diplomáticas.

Após reconhecer a necessidade e o desespero dos produtores e senhores de escravos da mencionada vila, as autoridades provinciais liberaram uma força militar para a região. Esse benefício do governo provincial foi tardio e deixou descobertos os colonos num período de maior excitação dos escravos por liberdade (abolição da escravatura na Guiana Francesa). A comunicação escrita do “Velho Brado do Amazonas” ainda propagava que, após uma pesquisa, realizada pelos senhores de escravos, para descobrirem o destino dos fugitivos, levaram-nos à conclusão de que “os escravos evadiam costa abaixo, para irem demandar o Mapá, [Amapá] e daí buscarem guarida em terras de Caiena”; é mais provável que em terras contestadas (Idem, 1851). Essas ocasiões de indecisão e de traumas fortaleciam as fugas e aumentavam o número de uma população desejosa de ser livre e participar da vida social da vila de Macapá, local mais favorável para suas práticas, fossem elas “honrosas”, a exemplo do trabalho; fossem elas extorsivas.

A linguagem e a escrita dos ofícios que divulgavam as fugas dos africanos deixam entender que elas ocorriam em direção a Caiena. Tais razões levaram alguns autores a tomá-las como verdades absolutas. Mas sua apreciação como real parece incerta, visto que a região contestada (do Araguari ao Oiapoque) passou longos anos de contenda judicial, disputa que só foi solucionada em 1900 com o Laudo Suíço em favor do Brasil. Em tempo anterior a esse pleito, a área litigada era paraense na concepção do Pará/Brasil, e Guianense, na percepção da

França. Essa incerteza põe dúvida quanto ao caminho de fuga para Caiena, nos idos antes e pós 1848. A probabilidade de fugas de escravos do Pará ou da vila de Macapá para as terras Guianenses, em ambas as conjunturas, parece ter sido mínima, apesar de não duvidosa, principalmente depois da segunda abolição da escravatura em Caiena.

Contra esse aspecto, pode-se apreciar em alguns ofícios, que deixam transparecer em seus escritos, que a dita fuga para a Guiana Francesa, não passava na verdade de fugas para as terras da Guina Brasileira, como se pode ler no ofício de 23 de fevereiro de 1849, correspondência do Governador do Grão-Pará – Gerônimo Francisco Coelho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que assim enuncia por palavras.

“Lembro a V.Exa. que independente de emissários, os escravos desta província desde muitos anos estão no costume de escaparem para Cayena, pela fronteira do lado de Macapá, e que há muitos fugidos que vivem nas imediações, e margens do lago Amapá” (AHI, 1849).

É conveniente comparar essa semelhança no depoimento de um cativo de nome João ao revelar que, para trabalhar com os franceses, saíam de manhã e regressavam à noite, fatos anteriormente analisados (VERGOLINO-HENRY e FIGUEIREDO, 1990, p. 112). Esse caso era praticamente impossível, pois do espaço geográfico do rio Araguari até Caiena torna-se inconcebível uma caminhada de ida e outra de volta, num mesmo dia, em tempos mais remotos. Tudo indica, desse modo, que eles fugiam e se fixavam na região do Mapá, terras localizadas em área contestada.

Esse acontecimento comprova que as atividades desenvolvidas pelos “escravos” fugitivos para os franceses não eram realizadas nas terras Guianenses, mas sim, em terras contestadas, portanto área brasileira na concepção do Pará/Brasil. Acrescenta-se a esse depoimento do cativo uma leitura de um mapa geográfico organizado por Alexandrino. Neste, encontra-se registrada a presença de três antigas habitações francesas na região de Macari. Uma localizava-se próximo ao rio Maicaré; uma outra, em St^o Hilaire, perto do igarapé da Serra; a última, entre o

rio Flexal e o Carapaporis, mais a leste, denominada de Manaye⁶⁷. Todas em terras do Mapá, atual cidade do Amapá (Ler mapa 14a).

Essa preocupação em destacar o lugar para onde fugiam os cativos parece deslocada, mas ela constitui também um dos elementos do corpo de ocasiões que contribuíram para os fugitivos do rio Araguari e ocupantes do Mapá se aproximarem da vila de Macapá, pois, com o deslocamento das colônias francesas, exigidas pelos conflitos entre ambos os países em disputa, a vila São José, que era antes apenas o alvo para o aliciamento de cativos para os mocambos e palco para os festejos culturais, passa agora a sofrer intervenção desse corpo social com mais frequência.

Essa operação social nas terras contestadas pode-se afirmar que começou com os primeiros mocambos, com aproximadamente 100 pessoas que se encontravam localizados em terras entre o rio Araguari e o rio Carapaporis. Estes estabeleceram contatos comerciais com os franceses e sócios culturais com a vila de Macapá. Recorde-se, aqui, a festa do Rosário. De início, faziam viagens para a vila de Macapá se dirigindo pelo rio Flexal. Após 1792, os fugitivos mudaram o itinerário, encurtando a distância do caminho para a vila de Macapá, tomando como rota o rio Araguari, passavam pelo curral do colono Manoel Antonio Miranda, criador de gado, e cruzavam o rio Araguari em uma canoa, que lhe pertencia (Idem, 1790, p. 113).



MAPA 14a: Colônias francesas no mapa de Alexandrino. Fonte: Mapa elaborado por Alexandrino (1749). Nele destacam-se colônias francesas, ou antigas habitações francesas. Documento existente na Biblioteca do Museu Goeld, doação feita sob o no. 443.

No auto de pergunta feito ao trabalhador Miguel, escravo do colono Antônio Miranda, ele deixa claro que as atividades de sobrevivência dos fugitivos eram feitas do Araguari para lá (acima do rio Flexal), onde estavam situadas as colônias francesas, mas que todos os pretos fugidos estavam da parte de cá (área entre o rio Araguari e o Carapaporis). O que se tira desse fato, tomando como referência o mapa geográfico de Alexandrino e Cavalcante (este último mostra um maior número de colônias francesa que o de Alexandrino),⁶⁸ é que essas colônias estavam situadas na região de litígio, contestada por campos de poderes de nacionalidades distintas, era o contestado franco/luso/brasileiro. Enquanto os mocambos estavam localizados bem próximos ao rio Araguari, que fazia divisa entre terras nacionais e terras judicialmente contestadas.

O que se pode registrar de mais importante nesse mapa é a presença das três antigas povoações francesas com as quais os trabalhadores africanos faziam comércio. Diante dessa exposição, tudo leva a crer que a prestação de serviços e a venda da produção realizada pelos trabalhadores amocambados do rio Araguari era feita com os franceses, melhor dizendo, em “terras de ninguém”. Porém, elas eram tidas pelas autoridades políticas do Império, como brasileiras e não de Caiena. Em suma, nas terras contestadas, com concepção de posse distinta entre as

⁶⁸ Vide CAVALCANTE, M.F.B. 1896. Commission bresiliense dexploration du Haut Araguay. Mapa Geográfico. Acervo do Museu de Mineralogia do Centro de Geociências/UFGPA. Também pode ser encontrado no Museu de Caiena-Guiana Francesa.

nacionalidades envolvidas, confirmando o depoimento do escravo Miguel (Idem Ibdem, 1990, p.114), ao revelar que saíam pela manhã e regressavam no final da tarde (ler mapa 14b).

Outra razão coerente situa-se na visibilidade de como a região da Guiana Brasileira se fez povoada, sem a intervenção de projetos de povoamento da parte do governo imperial. Juntando pedaços como a arte do mosaico, crê-se que a maioria dos escravos fugia para a região contestada e alguns deles foram capturados pelos franceses, portanto levados a Caiena, visto que na acepção dos colonizadores caienenses, essas terras lhes pertenciam. Pressupõe-se, então, que as fugas dos escravos do Pará ou de outras áreas contíguas se limitavam à região do contestado; primeiro, porque encontraram, aí, colonos franceses, criadores de gado, com quem puderam estabelecer negociação de trabalho; segundo, porque os escravos tinham o conhecimento de que em Caiena vigorava a pena de morte como punição para os cativos fugidos, evidenciando o rigor da escravatura (APEP. Cód. 819. 1827).



MAPA 14b: Colônias francesas nas terras contestadas. Fonte: Carta de Cavalcante (1896) referente ao domínio sul da planície costeira. Nela podem-se perceber as várias colônias francesas. Documento exposto no Museu de Mineralogia de CG/FFPA. Cedido pelo Prof. Dr. Marcondes Lima Costa.

Esse entendimento permite compreender por que na metade do século dezenove já não era possível controlar um grupo social que se formava a partir de princípios próprios, e realizava assembléias autônomas em regiões tão próximas à

vila de Macapá que aspiravam a qualquer modo fazer parte de seu espaço urbano. O governo imperial, ao tomar conhecimento dessa assembléia de homens livres no Mapá, acatou a sugestão do presidente da província do Pará no sentido de regularizar a situação dessa população, concedendo-lhe anistia a escravos fugitivos e militares desertores e aos criminosos de culpa que não fossem tão atrozos. Por fim, reconhece as assembléias desses grupos sociais. A intenção de ambas as autoridades, imperial e provincial, era estabelecer a ocupação e manter alguma autoridade na região, especificamente no Mapá.

Pode-se atentar aqui as formas de conquista e liberdade adquiridas pelos africanos fugitivos, afirmando-se como indivíduos livres na região do Mapá. A referida anistia apresentava como cláusula que os indivíduos anistiados continuassem residindo na área. Caso saíssem, perderiam os direitos adquiridos de liberdade ou da anistia de penalidades. Mas algum encanto continuava a atrair os africanos para a vila de Macapá, de onde parte deles havia saído. O que os motivou a investir nesse desejo crê-se por vezes, que eles queriam esvaziar de trabalhadores cativos os moradores da vila de Macapá, para depois apresentar-se à vila com outra forma de oferta de mão-de-obra, ou então queriam eles estender as relações de serviço e comércio que já vinham produzindo com os franceses, que agora estavam voltando para Caiena, ou as duas práticas faziam parte de seus jogos de interesses.

Aqui, percebem-se os vários fossos abertos: o rio Araguari e o comércio são provavelmente os canais que possibilitaram o redesenho da vila de Macapá: o primeiro assegurou aos africanos um ponto de apoio para a tomada de decisão, de mobilização e de retorno após suas investidas; o segundo elemento constituía um ponto forte para os fugitivos, que era o empenho em garantir uma interseção com as forças opostas, só que agora com a cidade de Macapá, principalmente com os grupos de pequenos produtores, visto que a falta de serviços e circulação de mercadoria para abastecer os colonos parece ter sido um dos “fossos sem água dentro da região” como assina-la Flávio Santos em sua tese acadêmica – *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil* (GOMES, 1997).

A necessidade de abastecimento dos produtores da vila de Macapá acredita-se ter sido a possibilidade que os fugitivos encontraram e partindo daí organizaram, ombreados com os demais segmentos sociais, uma articulação

comercial que abriu para eles um espaço que foi modificando o comportamento de muitos dos colonos. A troca de serviços prestados por gêneros poucos acessíveis aos africanos: como sal, utensílios domésticos, tecidos, possibilitou-os ir reescrevendo, redesenhando a vila de Macapá, mesmo diante das forças que lhes eram opostas como as autoridades administrativas e os proprietários de maiores posses. Proibir essa prática mercantil já não era possível pelas autoridades, tomando-se em consideração o grau de complexidade a que chegou esse comércio clandestino entre fugitivos e colonos, que, para se servirem deles, acobertavam sua presença e lhes criavam canais de participação e sobrevivência.

Por extensão, os trabalhadores africanos, nomeados de “negros escravos”, de forma espontânea e gradual foram se constituindo e se fazendo visível no espaço social da vila São José de Macapá e esta, enquanto área urbana foi se adaptando, mais do que transformando seu objetivo original de ser um lugar de interesse administrativo dos governantes lusos, posteriormente, do Brasil império. Emerge, então, na vila um território africano, agora, já afro-descendente, entre a falésia onde foi construída a fortaleza de São José de Macapá e a do terraço alto, onde foi construídos os prédios administrativos, a igreja e o pelourinho, impressão fotográfica de um espaço físico que foi inaugurado em 1856 como cidade de Macapá, quando partes desses trabalhadores africanos por alguma razão ainda estavam marcados pela fronteira que os limitavam a escravidão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dúvida real surge por ocasião de uma situação da vida que é o resultado de nossa confrontação com o mundo. Ela interrompe o avanço do curso reto e tranqüilo do nosso comportamento (JORNAL FILOSOFIA, 2009, p.2).

Com o pensamento voltado para a cultura afro-descendente na cidade de Macapá, Estado do Amapá, e meus persistentes interesses em conhecê-la e fazê-la ser conhecida; isso fez com que minhas idéias se transformassem em estudos que indagassem sobre as experiências africanas realizadas nesse espaço territorial. Esse excitação nasceu de um olhar atual sobre a cidade, mas que me conduziu a querer conhecer o passado desses sujeitos sociais. Foi a partir da realidade espacial da cidade, que além de apresentar uma população descendente de africanos, possui emblemas que valorizam os trabalhos prestados à cidade por esses cidadãos brasileiros; a exemplo, de Mestre Julião (representante devotado do Marabaixo); Mãe Luzia (parteira indispensável), Mestre Sacaca (conhecedor das ervas, portanto, médico na cidade); e o Bairro do Laguinho, de concentração afro-descendente. Essas homenagens feitas pelos poderes públicos a essas singularidades sociais já passadas, e seus rituais de Marabaixo, conservados por seus descendentes até os dias atuais, provocaram-me e levaram-me à apropriação desse objeto/sujeito (os trabalhadores africanos) de estudo. Partindo desses reconhecimentos e da história que a etnia africana deixou marcada pela sua vivência em cada canto do Estado do Amapá, como já visto na introdução deste trabalho, investi em perscrutar as vivências mais remotas desse grupo social. Tomei essa idéia como uma lente pela qual gostaria de ver como os trabalhadores africanos se fizeram presentes, e adquiriram reconhecimento nesse espaço urbano da vila de Macapá. Para tanto, dediquei-me em perguntar e conferir significados sobre as práticas sociais e culturais que os africanos constituíram como experiências, especificamente na conjuntura de 1840 a 1856, período marcado por eventos sociais e políticos na província do Pará, que inquietaram os trabalhadores africanos, especificamente na vila São José de Macapá, espaço territorial pertencente ao Grão-Pará, denominado de “O Macapá” no tempo histórico colonial e imperial.

Parti então da crença (premissa) de que os africanos redesenharam a vila de Macapá com suas experiências marcadas por uma interseção entre as partes que compunham o existir da vila São José de Macapá. Meu empenho em procurar

por essa experimentação de vida dos trabalhadores cativos não assumiu a postura de pretender chegar a uma verdade, mas apenas de dar-lhe um sentido renovado, uma direção que viesse a superar outros olhares mais sentenciosos. Desse modo, apenas conferi significados ao caminhar dos cativos, tomando por base minha idéia de interseção, pois entendo que, como pesquisadora e sujeito singular, não sou dona da verdade, unicamente tenho o poder de construir minhas lentes, meu modo de ver e sentir esse mundo dos trabalhadores africanos, por sua vivência na vila de Macapá, sem apartá-los das multiplicidades sociais desse espaço.

Pretextos histórico-filosóficos me motivaram a ir à procura de sentidos na documentação pesquisada e não de verdades, ampliando suas potências e conhecendo, a partir deles, as vivências desse grupo étnico. Assumo, portanto, minhas dúvidas frente à realidade com que me defrontei, bem como, com relação aos meus sentimentos, apresento com a maior dignidade possível as considerações finais, sem aqui submetê-las à solidificação da verdade. Sendo assim, organizei minhas idéias através da acepção de que as práticas cotidianas e entrecruzadas dos trabalhadores africanos com as multiplicidades sociais da vila de São José de Macapá foram paulatinamente dando outro sentido a esse espaço social urbano, criado pelo Marquês de Pombal.

Conseqüentemente, pude apreciar pela documentação pesquisada que os hábitos culturais e políticos dos africanos deram um novo desenho à vila; que se metamorfoseou de um espaço reservado ao poder e à administração do governo central, do império brasileiro, a ser um espaço social em equilíbrio entre múltiplos desejos que ora se combinavam; ora se rompiam, mas, nesse jogo de malabares, novo estatuto ía se instituindo. E, nesse espaço urbano, pude sentir a força do trabalhador africano, elemento étnico degradado à condição de escravo, que foi se constituindo nesse âmbito social urbano à medida que o renovava também.

Debruçada sobre livros e documentação em busca de avançar sobre a condição que limitou o trabalhador africano a ser “negro escravo”, mais especificamente como esse sujeito social procurou atualizar-se diante dessa crise identitária, impacto que marcou uma ocasião de sua vida. De um modo geral considero a desterritorialização dos africanos como a crise que os levou a necessidade de criar novas experiências. Porém, detendo-me à presença africana na vila São José de Macapá, posso dizer que o ponto de impacto para esse corpo social foi o projeto de edificação da Fortaleza São José de Macapá, bem como, o

maior investimento em produção de arroz para exportação; ambas as atividades exigiram o controle sobre o tempo de trabalho dos africanos.

Tudo indica que esse impacto teve sua razão de ser no início da construção da fortaleza de Macapá nos idos de 1765, quando aumenta a presença de mão-de-obra cativa na vila e maior pressão sobre a força de trabalho dos cativos. O que pude perceber, nesse período de 18 anos de construção civil na vila de Macapá, é que as fugas tiveram início em 1765, quando, todavia, não tinha completado um ano de trabalho cativo nesse canteiro de obras públicas, e não deram cabo mais delas. Interessante é apreciar a existência de cativos bem antes dos investimentos nessa engenharia militar, mas nenhum susto é registrado sobre fugas deles pelos seus donos.

Considero, aqui, que as atividades agrícolas, de cunho doméstico, não constituíram nenhum impacto com relação ao modo de viver dos trabalhadores africanos. Fica então evidente que a prática que limitou o poder dos trabalhadores africanos e, ao mesmo tempo, permitiu-lhes um enfrentamento, condição para sua superação foi a urbanização da vila, melhor dizendo, foi a crise que os levou a buscar um sentido renovado para suas vidas, a reconstrução de sua própria história, num mundo que lhes era alheio. Essa procura de sentido os ajudou a se afastar das incertezas da significação de suas idéias de vida, que parecia dizer que seriam cativos sempre. Outros acontecimentos além das obras públicas vieram compensar essa impressão do vivido, permitindo possibilidades tantas para esses sujeitos sociais.

Apresento o encontro dos cativos com seus senhores, que deles lhes tiravam proveito e os limitavam ao estado de “escravo”, como ponto significativo que o conduziu a sentir um impacto diante da outra cultura; por outro lado, esse efeito o levou a nova experiência, visto que lhe foi favorável o encontro com outros corpos sociais que de forma compulsória prestavam serviços aos colonos, a exemplo dos nativos que já não admitiam os vários anos de domínio que o colonizador português tentava exercer sobre seus corpos.

Esse encontro parece ter sido um dos elementos dentre as possibilidades que iam emergindo e favorecendo os africanos, porém, outros foram sendo captados pelos trabalhadores africanos: como as intrigas diplomáticas pelas terras de fronteiras. A presença de colônias francesas na região litigada e a morosidade dos trâmites administrativos com relação às ordens de capturas. Esses acontecimentos

parecem ter sido cruciais para os trabalhadores africanos construírem suas idéias a partir de um pensar já vivido. Esse aprendizado fez emergir um sentido renovado nos cativos, que não perderam tempo em fugir para a região de fronteira. Como redigi no capítulo dois, o rio Araguari foi o ponto arquimediano para a construção da nova história da etnia africana no Macapá.

Destaco que o ano de 1752 foi o começo de todo esse acontecimento, conjuntura de reorganização interna e externa dos interesses econômicos e de decisões políticas do Estado português, voltado para a urbanização como princípio e ato civilizador; quando, para a aplicabilidade do projeto lusitano, o Ministro Pombal fez sair os missionários, em função do poder de força que eles detinham sobre a mão-de-obra indígena e capital indispensável para movimentar, o projeto de desenvolvimento agrícola pensado para o Norte do Brasil. A idéia principal era fazer dos índios colonos livres, mas essa liberdade não se concretizou da parte dos portugueses, nem muito menos os cativos se permitiram submeter a esse propósito, como deixo entrever, pois as pressões exercidas sobre a força de trabalho dos nativos, impeliram-lhes a revoltas, levando-os a se embrenharem pelas matas, fugindo do domínio dos colonos portugueses, porém muitos deles foram obrigados a trabalharem sob uso de calceta.

Deixo sobressair que esse cenário foi lido pelos olhos dos trabalhadores africanos que chegaram com os colonos ilhéus para povoar a vila de Macapá. Em um primeiro momento, as cenas não chegaram a exercer forte efeito, pois, por quase uma década, a força de trabalho do cativo foi tão-somente para produzir alimentos para o sustento básico dos colonos ilhéus açorianos e funchalenses, e o excedente era vendido para Belém do Grão-Pará. Mas, nesse ínterim, quando tudo parecia ocorrer de forma harmônica, o projeto de edificação da fortaleza militar da vila São José de Macapá passa a exigir cada vez mais força de trabalho para sua construção. Esse fator desconcertou vários grupos de colonos que se viram chamados a abastecer com seus cativos e com a sua produção a vila de Macapá. Para os trabalhadores africanos, veio a idéia de revolta pelos excessos de trabalho; para os colonos de poucas posses, a indignação em ver seus filhos de quatorze anos sendo arrebatados para compor a milícia armada, além de apossarem-se de seus “escravos” e de seus excedentes em produtos agrícolas para abastecer a vila de Macapá.

A conjuntura em que a vila, como existir de vários grupos sociais passava por uma multiplicidade de olhares e de diferentes emoções, mas, que em algum momento harmonizavam-se permitindo uma reelaboração de seu existir. Esse entrelaçamento entre grupos sociais diferentes, cativos colonos, militares, desertores, fugitivos, foi um modo de ressignificar o viver da vila São José de Macapá e de criar novas sociabilidades antes praticamente impossíveis, como a convivência de colonos com fugitivos. Recordo, aqui, o apoio de colonos a mocambos de cativos fugitivos em troca de eles protegerem a seus filhos que desertavam das fileiras militares.

Cada acontecimento, posso assim dizer, principalmente para os cativos era um momento para construir e dar sentido à sua vida. No recorte histórico que delimito deixo entrever como o trabalhador africano, na busca de se assentar na vila São José de Macapá, estabelece relação com os capitães do mato, com militares, com comerciantes e estes opostos o fazem do mesmo modo. As práticas iam desde a colaboração mútua a serviços prestados, aos disfarces, jogos de palavras, uso de linguagem oculta, uso do fazer vista grossa e do silêncio; experiências que iam sendo constituídas a partir da visão que os cativos iam tendo dos acontecimentos e deles elaborando suas idéias. Atentei para não perder de vista que esse jogo de equilíbrio era constante. Não era fixo e sim volante, ora beneficiavam os trãnsfugas; ora dava ganho para as autoridades administrativas e para os colonos comerciantes e criadores de gado. Os conhecimentos adquiridos pelos trabalhadores africanos sobre a vila de Macapá – primeiro, por ter vivido nela; segundo, por tê-la conhecido durante as festividades de devoção à senhora do Rosário, quiçá por informação de outrem – levaram os fugitivos a crença de ocupar a vila São José de Macapá, principalmente, após a saída dos colonos franceses da região contestada.

Movimentos sociais e políticos ocorridos um pouco antes da década de 40 dos oitocentos, como a Cabanagem, contribuíram de modo significativo para os cativos elaborarem idéias de liberdade. Eram a possibilidade de se constituírem cidadãos livres. O ano de 1848, data da abolição da escravatura de Caiena, sendo que essa conquista dos cativos guianenses se dava nas idéias dos trãnsfugas como sua também, levando a área territorial do contestado a se encher de fugitivos. Elaborei também conhecimentos de que as diferenças podem estar no cerne de um mesmo grupo de poder, fossem eles de colonos ou de trabalhadores escravos, conduzindo-os a uma ruptura, e, conseqüentemente, favorecendo ao grupo de poder

oposto. Em compensação, revelo que existem idéias singulares entre os cativos; aqueles que preferem não estar nem de um lado, nem do outro. Desse modo, sobressaem-se de ambos os grupos de poder.

A ruptura entre um mesmo grupo de poder, ocorrida entre governantes da Província e os colonos empresários da vila de Macapá, em função de as autoridades do império terem anistiado os trãsugas da área contestada, e, ao mesmo tempo, proibido os colonos de disporem de uma barca para limitar as fugas de “escravos” para a área contestada. Essa decisão administrativa que teve a finalidade de evitar atritos diplomáticos com Caiena, prejudicando os interesses dos colonos de mais posses e os deixando contrariados a ponto de sobrevirem rupturas, foram resultados de contrariedades vindas das extremidades para a superfície dentro de um mesmo grupo de forças. Esse descontentamento dava sinal de fragilidade entre os poderes de um mesmo campo de força, a exemplo dos grupos dirigentes do Brasil Império. Sendo assim, a interseção entre as multiplicidades de sujeitos sociais revela um equilíbrio, mas também pode instaurar oscilações e desvios; condições que permitiram os trabalhadores africanos tirar proveito de algumas situações.

Quanto à vila, faço referência também às formas de vivência que marcaram seu existir, seu espaço urbano, mostrando as atividades cotidianas realizadas pelos trabalhadores africanos. Do mesmo modo, procuro revelar que as ocupações sociais e a arquitetura da vila definiam seu projeto urbano, pautado por homens para a produção e para os enfrentamentos militares. Emerge, então, a fortaleza São José de Macapá, emblema que dava significado aos investimentos para a consolidação do domínio das terras do Macapá ou Cabo do Norte, como posses luso-brasileiras.

Para os lusos, a fortificação representava o símbolo maior do existir daquela vila. Portanto, o tilintar das pedras, quando cortadas ou lapidadas (ver foto em anexo), o afiamento das pontas dos pregos, as doenças, as punições, o uso de calceta como penalidade, os abusos sobre os bens materiais e humanos pertencentes aos colonos, as fugas, demonstram um espaço social urbano de outras vivências, dos múltiplos sujeitos sociais que constituíam o existir da vila de Macapá. Apesar de pouco enfoque dado às mulheres e às crianças, faço ver a mulher e seus afazeres domésticos e, em menor grau, os interesses particulares delas e os abusos contra elas. Quanto às crianças, deixo registrada a possibilidade, para os interessados em estudo sobre a infância, o legado de documentação importante

para o estudo de menores trabalhadores, principalmente para o corpo da Marinha Imperial, na região norte.

Faço conhecer, como resultado, que os trabalhadores africanos, homens e mulheres, enfrentaram campos de poderes adversos e souberam tirar proveitos dos fatos que lhes eram estranhos, bem como deixo ver as operações inventivas que utilizaram como: os dribles, as bulas, as manhas e manobras como táticas de defesa. Nesse processo de experiência e conquista dos cativos, faço referência de como sabiam utilizar as informações e o crivo que delas faziam, elaborando novas idéias para ler os acontecimentos ao seu entorno e, até mesmo, para fazer leituras externas a eles, chegando inclusive a debochar de situações que o efeito do poder havia feito cair sobre eles, mas, naquele momento, pareciam estar a seu favor.

Investi em não deixar despercebidos os textos ocultos que os cativos puseram em prática, no momento certo e de forma disfarçada, a exemplo dos produtos agrícolas do senhor colonial, vendidos pelo seu “escravo”. Desse modo, procuro descortinar o viver, as experiências cotidianas desses trabalhadores como corpo social da vila São José de Macapá e como indivíduos que operam mudanças nesse espaço sociável que, em 1856, tornou-se a cidade de Macapá. Insinuo, aqui, que os cativos na vila de Macapá eram como Saraminda do romance de mesmo nome de José Sarney, uma mestiça de africano com índio, que era mulher e virgem quando queria. Eram assim os cativos da vila de Macapá, cheios de manhas.

A riqueza de apreciar como os trabalhadores cativos foram se constituindo na vila São José de Macapá pode ser vista atualmente na cidade de Macapá, que guarda, até os dias atuais, essa história escrita por homens e mulheres africanos, na sua arquitetura, e nas instituições que os homenageiam pela contribuição que esses sujeitos sociais, com sua inteligência (ervas medicinais – Sr. Sacaca), com suas mãos (parteira – mãe Luzia) e com sua cultura (Marabaixo – Mts Julião), deixaram para a prosperidade da cidade. Iconografias da década de 10 e 20 dos novecentos permitem ver e ler a presença de afro-descendentes ocupando a área urbana da cidade de Macapá.

Essa iconografia retratada pelas casas dos afros, seus rituais, acompanhados e aceitos por várias outras etnias, porém só rejeitados pelos representantes do catolicismo romano, permaneceram sem muita modificação até decisão presidencial de fazer de Macapá um território nacional (1943), quando o primeiro governador interino (Janary Nunes Pereira), do nomeado Território Federal

do Amapá retirou-os do centro da cidade para conduzi-los a bairros mais distantes, pois as moradias desses sujeitos sociais apresentavam um desenho irregular do ponto de vista da arquitetura e descontínuo, segundo o primeiro governador do Território do Amapá, quando lá chegou, quase um século após o período aqui estudado. Para este governante, as casas enfeavam a cidade, e esse espaço urbano precisaria de higienização e beleza para apresentar-se como capital do território. Pouco faltava para os afro-descendentes entenderem que esse acontecimento viria a exigir-lhes novas operações nesse espaço social, onde suas experiências permaneciam quase imóveis, sem crises que os chamassem a atualizá-las, como pode ser visto, nas cenas fotográficas do período anterior à implantação do Território. Na década de 40, quando eles ainda permaneciam no centro da cidade, foi chegando um poder de força que os levou a novas experiências.

Diante dessa nova sensação, que a princípio constitui um indício de estranhamento, para mim, como pesquisadora, consiste agora no motivo pelo qual penso então tomar os descendentes dos trabalhadores africanos (os afro-descendentes) como sujeito de estudo para um possível doutorado e estudar como esse grupo social novamente desterritorializado se constituiu recentemente na cidade de Macapá, agora capital de Amapá.

FONTES E REFERÊNCIAS

FONTES

Fontes Manuscritas Arquivo Público do Estado do Pará – APEP

(Correspondência de diversos com os Governadores)

- APEP. Ofício de Manuel Joaquim de Abreu, da vila São José de Macapá. para o Governador do Grão-Pará – Capitão e General Francisco de Souza Coutinho. Cód. 853, Doc. 33. Ofício de 27 de fevereiro de 1792 e Doc. de 1792.
- APEP. Ofícios da Secretaria de Polícia do Grão-Pará. Cx. 145. Doc. 855. Of. de 38-08 de 1837.
- APEP. Ofício de João Batista da Silva ao Presidente da Província do Grão-Pará. Códice 819 – Doc. 14. Of. de 17 de junho de 1825.
- APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série 13, ofícios 1840/1849 – Caixa 97 – Ofício do Escrivão Picanço de 11.05.1848.
- APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Série 13, ofícios 1840/1849 – Caixa. 67 Doc. 54. Ofício: 06.09.1848.
- APEP, *Annais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Vol. VIII. (Alvará, Cartas régias e Decisões). Secretario de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública, Dr. Amazonas de Figueiredo em 16 de março de 1734. Doc. 428, of. 16.03.1734, p. 208/209.
- APEP. Ofício de Isidoro José Cabral, enviado ao Governado Martinho de Souza Albuquerque. Cód. 424, Doc. 41, Of. 7 de janeiro de 1785.
- APEP - *Annais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Vol. VI. (Alvarás, Cartas-régias e Decisões), Doc. 413, p. 222. Of. 06.02.1734. Carta do Rei de Portugal D. João para o Capitão Geral do Estado do Grão Pará e Maranhão, José Serra.
- APEP - Secretário dos Negócios da Marinha, Marquês de Paranaguá, ao presidente da província do Grão-Pará, em 31 de março de 1842. Fundo: Documentação do governo. Avisos do Ministério do Império 1842 [1154]. Aviso do ministério e secretário da Guerra, José Clemente Pereira, ao presidente da província do Grão-Pará, em 27 de agosto de 1842. Fundo: Documentação do governo. Avisos do Ministério do Império 1842 [1154].
- APEP - Aviso do Ministro dos Negócios do Império, Manuel Antônio Galvão, ao presidente da província do Grão-Pará, em 31 de janeiro de 1840; 05 de setembro de 1848. Doc. 54 e 06 de junho de 1849. Doc. 74. Fundo: Secretaria da presidência da Província. Série 13, ofícios 1840-1849 - caixa 67. Ofícios de

Bernardo Souza Franco, ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes da Gama e ao Governador Gerônimo Francisco Coelho.

- APEP, Ofício da Câmara de vereadores de Macapá (Manuel da Rosa, José Antônio Picanço, Boa Ventura T. de Souza e Manuel [...] Luís. Cód. 468, doc. 72. Of. de 21 de fevereiro de 1793).
- APEP. Ofício de Nunes Francisco de Mello da vila São José de Macapá para Francisco de Souza Coutinho, Governador do Estado do Grão-Pará. Cód. 468, Doc. 29. Of. de 07 de setembro de 1791.
- APEP, Ofício do Comandante de Macapá – Manuel Joaquim de Abreu ao governador do Grão Pará – Mendonça Furtado. Cód. 61, doc. 14, Of. de 27 de fevereiro de 1765.
- APEP, Ofício de Nuno da Cunha de Ataíde Verona - Coronel Comandante da Praça São José de Macapá para Fernando da Costa de Ataíde Teive – Governador da Capitânia do Grão-Pará. Cód.174, doc. 09, Of. de 20 de janeiro de 1767.
- APEP. Ofício de Antônio Pinto para Fernando de Ataíde Teive – Governador da Capitânia do Grão-Pará, sobre as fugas e rigor dos espancamentos. Cód. 175, Doc.17. Ofício de 25 de janeiro de 1767.
- APEP. Ofício do Governador e Comandante militar Major Ignácio Pereira da Praça São José de Macapá ao Presidente da Província do Grão-Pará, José Felix Pereira Burgres. Cód. 819, Doc, 39. Of. de 09 de julho de 1827.
- APEP. Ofício de João Batista da Silva da Vila São José de Macapá para o Presidente da Província Capitão e General José de Araújo Rosa. Cód. 819, Doc. 14. Of. de 17 de junho de 1825.
- APEP. Caixas de Inquéritos – Termos de perguntas. Ata do escrivão Florentino José Picanço da vila de São José de Macapá, enviado para o Presidente da Província Coronel Jerônimo Francisco Coelho. Cx. 97. Ofícios de 11 de maio e de 07 de junho de 1848.
- APEP. Ofício da Câmara Municipal da vila de Macapá – de Leonardo José para o Capitão Comandante Manoel Gonçalves. Cód. 390, Doc. 49, Of. de 16 de janeiro de 1789.
- APEP, Ofício de João Vasco Manuel de Braum da vila São José de Macapá para Francisco de Souza Coutinho - Presidente do Estado do Grão-Pará. Cód. 891, Doc. 22, Of. de 21 de março de 1791.
- APEP. Ofício de João Vasco Manuel de Braum da vila São José de Macapá para Francisco de Souza Coutinho - Presidente do Estado do Grão-Pará. Cód 480, Doc. 36, Of. de 06 de setembro de 1791.

- APEP, Ofício de João Joaquim de Abreu da vila São José de Macapá para o Governador do Estado do Grão-Pará. Cód. 500, Doc. 03, Of. de 18 de janeiro de 1793.
- APEP. Ofício de Manoel Gonçalves Hermínio da vila São José de Macapá para o Governador do Estado do Grão-Pará Francisco de Souza Coutinho. Cód. 495, Doc. 42, Of. de 07 de dezembro de 1795.
- APEP. Ofício de Manuel Vaz Campos da vila de Macapá para o Governador do Estado do Grão-Pará. Cód. 500, Doc. 59, Of. de 27 de agosto de 1794.
- APEP. Fundo: Secretaria da Presidência da Província. Cx. 147; Doc. 09; Ofício de 30.05. 1851.e Cx. 67 [1840-1849]. Aviso do ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, visconde de Olinda, ao presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho, em 7 de junho de 1840.
- APEP. Carta do sargento Antônio José Pinto para Fernando da Costa de Ataíde Teive, Governador da Capitânia do Grão Pará. Cód. 17 5, doc.17, datada de 25 de janeiro de 1767.
- APEP. Ofício do Comandante Capitão de Soure ao Governador Bernado de Mello de Castro, Cód. 113, Doc. 19. Of. de 07 de janeiro de 1762).
- APEP. Portaria 407 do governador Martinho de Souza de Albuquerque para o Capitão Hilário de Moraes Bitancourt. Cód. 456, doc. 41, Of. de 01 de janeiro de 1788.
- APEP. Ofício de João Vasco Manuel Braum, Comandante de Macapá para Capitão e governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho. Cód. 891, doc, 22 de 13 de junho de 1791.
- APEP. Ofício de Nunes Francisco de Mello da vila São José de Macapá para Francisco de Souza Coutinho, Governador do Estado do Grão-Pará. Cód. 468, Doc. 29. Of. de 07 de setembro de 1791.
- (APEP. Carta do Comandante da vila de Macapá Manuel Joaquim de Abreu ao governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho. Cód. 853, Doc. 33, datada de 27 de fevereiro 1792).
- APEP. Carta do Comandante da vila de Macapá Manuel Joaquim de Abreu ao governador do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho. Cód. 500, Doc. 03, Of. 18 de janeiro de 1793.
- APEP Mapa das Famílias, que, a exceção da dos índios aldeados que se acham existindo em cada uma parte das freguesias de ambas as capitânias do Estado do Pará e sua possibilidade de aplicação no ano de 1778.

Projeto Resgate Barão do Rio Branco - 2003.

- AHI, Códice. Arquivo Histórico do Itamarati – Documentação Rio Branco – Códice 340 – 1 – 3. Of. 08.07.1782; 01.03.1791. (Ofício de D. Francisco de Souza Coutinho a Marinho de Melo e Castro).
- AN, Ofício do Presidente da Província do Grão-Pará, Coronel Jerônimo Francisco Coelho, ao ministro e secretário dos Negócios do Império, visconde de Macaé, em 19 de maio de 1848. Fundo: Ministério do Império. Correspondência do presidente da província do Grão-Pará 1841-1852 [IJJ/9 111, Rel. 1-A, vol. 30, pp.276-281].
- AHI, Ofício do presidente da província do Grão-Pará, Jerônimo Francisco Coelho, ao ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros, Bernardo de Souza Franco, em 1 de junho, 5 de agosto e 5 de setembro de 1848. AHI. Fundo: Correspondência do presidente da província do Grão-Pará com o ministro e secretário dos Negócios Estrangeiros 1842-1848 [308-04-02].
- AN Informes de Manuel de Souza D'Eça. In: Anais da Biblioteca Nacional, Tomo XXVI p. 345-6.
- BN - Doc. do Conselho Ultramarino. Biblioteca Nacional, Arquivo Histórico Colonial, nº 31 do catálogo IV – Colapso Luso Brasileiro. Mapa de todos os habitantes e logos que existem na região de São José de Macapá. 30.06.1773.

Jornais

O Velho Brado do Amazonas - Belém, Ano 2, nº 72, 24 abr. 1851, 1 cad., p.1 Documento micro-filmado. Fonte: Biblioteca Pública do Estado do Pará.

Filosofia – Jornal Mundo Jovem, R. G. do Sul, Ano1; n. 01, fevereiro de 2009. Publicação da Faculdade de Filosofia Ciências Humana da PUCRS.

PINZÔNIA, - Jornal de Macapá n. 116 (praticamente apagado) de 31 de maio de 1899. p. 1e2.

Fontes Iconográfica e Oraís

Carta náutica da Companhia Francesa de Navegação. SG. Guyane Française. Centre des Archives d'Outre-Mér, CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.

Carta de Cavalcante (1896) referente ao domínio sul da planície costeira. Nela podem-se perceber as várias colônias francesas. Documento exposto no Museu de Minerologia de CG/FFPA. Cedido pelo Prof. Dr. Marcondes Lima Costa.

Carta de ALEXANDRINO, p. 1749. Mapa da desembocadura do Rio Amazonas. Acervo do Museu Paraense Emílio Goedi (Biblioteca).

Carta da parte da terra firme da Guiana Caribenha. SG. Guyane Française. Centre des Archives d'Outre-Mér, CAOM, Aix en Provence. Fotografado em 2002.

Entrevista realizada sobre a confecção artesanal dos tambores para o ritual do Marabaixo com Cosme Espiridião Nascimento Ramos em 17 de dezembro de 2006. Nesta missão de ouvir o morador, além das informações sobre os tambores, muitos detalhes foram acrescentados sobre o existir da cidade de Macapá (RAMOS, 2006, 17/12).

Livros

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém: Ed. Universidade Federal do Pará, 1969.

BETTENDORFF, Pr. João Felipe. *Crônicas dos Padres da Companhia de Jesus do Estado do Maranhão*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves; Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Militar. 1945. (Livro com mapas da região contestada).

D'AZEVEDO, J. Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará – suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999. (*Série Lendo o Pará*, n. 20). (Com Notas que são transcrições de documentos, incluso da Biblioteca Nacional de Lisboa).

REIS; Artur César Ferreira. *Limites e Demarcações na Amazônica Brasileira*. 2. ed., v. 1. Belém: SECULT. 1993 (Com documentação transcrita do Arquivo Histórico de Itamaraty e Biblioteca do Estado do Pará).

VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. *Presença africana na Amazônia Colonial: uma notícia histórica*. Belém: Arquivo Público do Pará, 1990. Com documentação transcritas pelos referidos autores: Correspondência de diversos como os Governadores do Arquivo Público o Pará.

● Cód. 58, doc. 27-Cópia, 19.12.1765, p. 78; ● Cod. 58, doc, 12/18. Of. 07 e 13.02.1765, p. 78; ● Cód. 61, doc. 10, Of. 21.06.1765, p. 81; ● Cód. 61. Doc. 14, Of. 03.08.1765, p. 82; ● Cod. 62, doc. 47. Of. 01.07.1765, 85), ●Cód. 40, doc, 83, 11.04.1763, p. 74; ● Cód. 61, doc. 44, Of. 16.04.1765, p. 84); ● Cód. 599, doc. 272, Of. 30.01.1776, p. 177; ● Cód. 61, Doc. 56, Of. 11.10.1765, p. 85; ● Cód. 71, doc, cópia, 25.09.1766, p. 88; ● Cód. 70, doc. 137, Of. 15.05.1766, p. 8 8; ● Cód. 266, doc, 07. Of. 27.01.1791, p. 144; ● Cód. 599, doc, 266. Of. 29.01. 1776, p. 176. ● Cód. 599, doc. 472, 1776, p. 179; ● Cód. 286, doc. 16, 1794/1832, p. 153/4; ● Cod. 254, doc, 13, 1799. Of. 19.04.1799, p. 111; ● Cód. 70, Doc. 137, p. 88. ● Cód. 286, Doc. 16. Of. De 16.11.1794, p. 153; Doc. 76; Doc. 09; Of. 20.01.1767, p. 89.

VIANNA, Arthur. As Fortificações na Amazônia. In: Anais da Biblioteca Pública do Pará. Vol. IV, Belém, 1905.

DISSERTAÇÕES E TESES (MESTRADO E DOUTORADO)

BEZERRA NETO, José Maia. *Fugindo sempre fugindo*. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre Conflitos e Negociações: o Território Contestado na última década do século XIX*. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento - PLADES). NAEA/UFPA, Amapá, 2003.

FUNES, Eurípedes. *Nasci nas Matas, nunca tive senhor* – história e memória dos mocambos do Baixo Amazonas. Tese (Doutorado em História), São Paulo, FFLC/USP/, 1995.

FERREIRA, Isabella F. Braga. *Territorialidades de um império: a Amazônia colonial (1751- 1759)*. Dissertação (Mestrado História Social) – Instituto de Ciências Humanas – Departamento de História, Universidade de Brasília. Brasília, 2002.

GOMES, Flavio dos Santos. *A Hidra e os Pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (Sec. XVII-XVIII)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas. Mar/1997.

LOPES, Siméia de Nazaré. *O comércio interno oitocentista: atos, sueitos sociais e controle entre 1840-1855*. Dissertação (Mestrado Planejamento do Desenvolvimento - PLADES) – NAEA/UFPA, Amapá, 2002.

MEDEIROS, Vera B. Alarcón. *Incompreensível Colosso: a amazônia no início do Segundo Reinado (1840-1850)*. Tese (doutorado em Antropologia Cultural), Faculdade de Geografia e História Departamento de Antropologia Cultural e História da América e África Programa de Doutorado: Estado e sociedade na América e África Biênio: 1990-1992. Universidade de Barcelona, 2006.

NASCIMENTO, Durbens Martins. *Projeto Calha Norte: Política de Defesa Nacional e Segurança Hemisférica na Governança Contemporânea*. Tese (doutorado em Estudos Amazônicos) pelo NAEA – Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. *À última página do Gênesis*. A formação territorial do Estado Brasileiro na Amazônia Oriental (O Caso do Amapá). Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia da USP. São Paulo, 1997.

RAVENA, Nírvia. *Grandes obras da Amazônia Colonial: a fortificação de São José de Macapá* (não impresso). UFPA, 1988.

Referências de Apoio

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth; CASTRO, Edna Maria. *Negro do Trombetas: guardiões das matas e rios*. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

_____. “Açorianos nas terras conquistadas pelos portugueses no vale do Amazonas – Açorianos no Cabo Norte – Século XVII”, in Vera Lúcia Maciel Barroso, *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: Ed. Est, 2002.

_____. *Du Travail Esclave Travail Libre le Pará (Brasil) sous le regime colonial e sours L’Empire (XVII e XIX Siecles)*. Paris Ecole de Hautes Etudes in Sciences Sociales, 1985. Tese de doutorado não publicada. Tese em francês 1985.

_____. *A Escrita da História Paraense (Org.)*. Belém: NAEA/UFPA, 1998.

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. A influência da Revolução Francesa no Pará. In: CUNHA, José Carvalho da. *Ecologia, desenvolvimento e cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ, UFPA, 1992.

_____; GOMES, Flávio Santos. *Colônias, agricultura e escravos nas Guianas (Grão-Pará – Guiana Francesa, séculos XVIII e XIX)*. Artigo apresentado no II Simpósio internacional do Caribe no Brasil, cidade de Goiás 10 e 12 jul. 2002.

_____. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: experiências dos colonos In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte – fronteiras, colonização e escravidão na Guiana brasileira – Séc. XVIII/XIX (org.)*. Belém: Ed. UFPA, 1999.

ANDRADE, Gomes Freire de. IHGB, Carta de Sua Majestade, 19 de jul. 1687. p. 71.

ALMEIDA, Rita Heloísa. *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Ed. UnB, 1997.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Belém, Macapá e Mazagão. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 1998.

ARAÚJO, Nilson Montoril de. *Maracima, marabaixo de ladrão em ladrão, a saga de uma nação!*. Macapá, 07 maio 1996. (Artigo - mimeo).

AZABUJA, Priscilla. et al. *A técnica construtiva do Brasil Colônia*. Disponível em: <www.histeo.dec.ufms.br/trabalhos/teoria3_2008/Tecnicas%20Construtivas.pdf>. Acesso em 20 set. 2008.

BALLANDIER, Georges. *A desordem: elogio do movimento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Açorianos no Brasil: história, memória, genealogia e historiografia*, Porto Alegre: Estudo, 2002.

BEZERRA NETO, José Maia. *Escravidão Negra no Pará (Sécs. XVII-XIX)*. Belém: Paka-Tatu, 2001.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *História e fotografia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BUARQUE, Manuel. *O Amapá*. Calçoene. Macapá: Editora oficial do Estado, 1991.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A Política exterior do Império: da Regência à queda de Rosas*. v. 3. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão: Companhia Editora Nacional, 1989.

CANTO, Fernando. *A água benta e o diabo*. Macapá: Fundação de Cultura do Estado do Amapá – FUNDECAP, 1998.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARREIRA, Antonio. *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*. São Paulo: Nacional. 1988.

CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco*. Rio de Janeiro: Editora da Biblioteca Militar. 1945.

CARVALHO, João Renôr Ferreira. *Momentos de história da Amazônia*. Imperatriz: Ética, 1998.

CERTEAU, M. da. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. v.1. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CASTRO, Adler Romero Fonseca. *O Fecho do Império: história das fortificações do Cabo do Norte ao Amapá hoje*. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo do Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – Séculos, XVIII/XIX*. Belém: Ed. UFPA, 1999.

CAVALCANTI, Jarbas A. *Fortaleza de São José de Macapá*. Macapá: Ed. São José, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma História das última décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A Beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

COELHO, Mário (Org.). *Relatos de Fronteiras*, Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Edusp, 1991.

COSTA, Emília Viott da. *Coroa de glória, lágrimas de sangue – rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COSTA, Paulo Marcelo Cambraia da. *Na Iharga da Fortaleza, logo ali na Beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá – 1945 a 1970*. Belém – Pará: Edl AÇAÍ, 2008.

DANIEL, João. *Tesouro descoberto no máximo Rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Contaponto, v. 2, 2004.

DELSON, Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia*. Planejamento Espacial e Social no Século XVIII. Brasília: Alva-Ciord, 1997.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. v.1, Rio de Janeiro: Editora 34, 1995a.

DELEUZE, Gilles. *Bergsonismo*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

DEL PRIORE, Mary; GOMES, Flávio (org.). *Os senhores dos rios*. Amazônia, Margens e Histórias. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003, p.195-225.

DIAS, Manuel Nunes. *Fomento e Mercantilismo: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1775-8)*. São Paulo: EDUSP, 1971.

ERTZORGUE, Marina Haizenreder; PARENTE, Temis Gomes. *História e sensibilidade*. Brasília: Paralelo 15, 2006.

FARAGE, Nádía. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1983.

_____. Sobre as salvas de palhinha pintadas pelas índias da Vila de Santarém, as quais foram remetidas no caixão n. 3, - primeira remessa do Rio Negro (Barcelos, 05/02/1786). In: CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão Pará, Rio Negro e Cuiabá*. Memórias – Antropologia. Departamento de Imprensa Nacional, 1974.

FERREIRA, Eliana Ramos. Estado e Administração Colonial. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A Escrita da História Paraense* (Org.). Belém: NAEA/UFPA, 1998.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Núcleos urbanos criados por Pombal no Brasil do século XVIII. SEMINÁRIO HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 4. *Anais...* Rio de Janeiro: PROURB. v. 1 p. 602-620, 1995.

FRIDMAN, Fania. Breve Histórico do Debate Sobre a Cidade Colonial Brasileira. In: PINHEIRO, Eloísa Petti; FIGUEIRAS GOMES, Marco Aurélio A. *A Cidade como História: os arquitetos e a historiografia da cidade e do urbanismo*. Salvador: EdUFBA, 2004.

FREITAS, Dércio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. Porto Alegre: Movimentos. 1973.

FOUCAULT, Michel. *História da violência nas prisões*. Petrópolis, Vozes, 1987.

_____. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

GENOVESE, Eugenio D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq. 1988.

GINSBURG, Carlo. *O Fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Flavio dos Santos. *Nas fronteiras da liberdade: mocambos, fugitivos e protesto escravo na Amazônia colonial*. Belém: Anais do Arquivo Público do Pará, 2005.

_____. *História de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

GOMES, Flavio dos Santos. Em torno dos bumerangues: outras histórias de mocambos na Amazônia colonial. *Revista USP*, São Paulo, n. 28, dez-fev. 1995-96

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1985.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.

LAURENT, Vidal. *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins, 2008.

LARA, Sílvia H. *Campos da violência: escravos e senhores na capitânia do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília: Paralelo 15; EdUnB, 1999.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí – (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

LINEBAUGH, Peter; RADIKER, Marcus. *La Hidra de la Revolución: marineros, esclavos y campesinos em la historia oculta del Atlântico*. Barcelona, 2005.

LINEBAUGH, Peter. Todas as montanhas atlânticas estremeceram. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, set. de 1983.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação (1822-1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

KIDDER, Daniel. *Reminiscências de viagens e permanências nas Províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Itatiaia; EdUSP. 1951.

MARINHO, Célia Azevedo. *Onda negra medo branco: o imaginário das elites. Século XX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MARTINS, Ananias Alves. Imigrantes esquecidos na fronteira norte. In: BARROSO, Vera Lúcia Maciel. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: Estudo, 2002.

MARTINS, R. A. Arquimedes e a coroa do rei: problemas históricos. *Caderno Catarinense de Ensino de Física*, v. 17, n. 2, p. 115-121, ago. 2000.

MARTINS, Francisco D'Assis Oliveira. Fundação da Vila Nova de Mazagão: Subsídio para a História da Colonização Portuguesa no Brasil. *Congresso da Expansão Portuguesa no Mundo, 1*. Lisboa, 1938.

MARQUES, Ester. Imigração açoriana no Maranhão e fundação de São Luís. Disponível em: <http://www.adiaspora.com/_port/educa/trabalho/esterimigracao.htm>. Acesso em: 10 maio 2008.

MARQUESE, Rafael de Bivar. *Feitores do corpo missionários da mente: senhores letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queiróz. *Ser escravo no Brasil*. Rio de Janeiro, Brasiliense. 1998.

MAXWELL, Kenneth. “Pombal e a nacionalização da economia lusa - brasileira”, In: _____. *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEIRA, Sílvio Augusto de Bastos. *As fronteiras sangrentas: heróis do Amapá*. Rio de Janeiro: Conselho Estadual de Cultura do Pará, 1975.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de. *A Amazônia na era Pombalina*. v.I e II. Rio de Janeiro: Biblioteca Digital do Senado, Brasília, 2005.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A arte de curar no tempo da Colônia: limites e espaços de cura*. Recife: Fundação de Cultural Cidade do Recife, 2004.

MENDES, Fábio Faria. Encargos, privilégios e direitos: o recrutamento militar nos séculos XVIII e XIX. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MORAIS, Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivoneide Santos. *Amapá: de capitania a território*. Macapá: Valcan, 1999.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. *Índios da Amazônia de maioria à minoria (1750-1850)*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MOURA, Clovis. *Rebeliões de Senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNIZ, João de Palma. *Adesão do Grão-Pará à Independência e outros ensaios*. Belém: Conselho Estadual de Cultura do Pará, [1922] 1973.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva; GOMES, Flávio dos Santos. Outras paisagens coloniais: notas sobre desertores militares na Amazônia setecentista. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (século XVIII/XIX)*. Belém: Ed. UFPA, 1999.

PEREIRA, Manuel Nunes. A Introdução do Negro na Amazônia. *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro, v.7, n. 77, p. 509-15, ago. 1949.

_____. Negros escravos na Amazônia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 10. *Anais...* Rio de Janeiro, IBGE, v.3. 153-185, 1952.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Imaginário da Cidade: Visões Literárias do Urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

QUEIRÓZ, Jonas Marçal. História, mito e memória: o Cunani e outras repúblicas. In: Flávio GOMES (org.), *Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira (século XVIII/XIX)*. Belém: Ed. UFPA, 1999.

RAMOS, Maria de Nazaré Lima. Povoamento do Grão-Pará – famílias de Mazagão. In: *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 1, t. 1, 1995, p. 13-170.

RAVENA, Nírvia. O controle de tempo e do Trabalho na Colônia. Belém, *Cadernos PLADES*, n. 1.UFPA/NAEA. 1992.

RAVENA, Nírvia. Abastecimento no século XVIII no Grão-Pará. Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. *A escrita da história paraense* (Org.). Belém: NAEA/UFPA, 1998.

_____. Maus vizinhos e Boas Terras: idéias e experiências no povoamento do Cabo do Norte – Séc. XVIII. In: GOMES, Flávio dos Santos. (Org.). *Nas terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Guiana Brasileira* (século XVIII/XIX). Belém: Ed. UFPA, 1999.

_____. O controle de tempo e do trabalho na Colônia. *Cadernos PLADES*, Belém, n. 1. UFPA/NAEA, 1992.

_____. *Grandes obras da Amazônia Colonial: a fortificação de São José de Macapá*. Trabalho de Iniciação Científica, DEP/HIST/UFPA, 1988.

REIS, Artur César Ferreira. *Território do Amapá: perfil histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1996.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida. Rivalidades imperiais e imigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII. In: *Anais de História de Belém-Mar*, Lisboa, v. 4, 2003.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

ROMANNI, Carlo. *Cobiça e morte em terra de ninguém: aventuras imperialistas na Guiana Brasileira (1884-1900)*. Fortaleza: UFCE. Relatório de Pesquisa – na Área de História Geral. Período 08/2007 – 08/2008. (mimeo).

SALLES, Vicente. *O negro do Pará: sob regime da escravidão*. 2. ed. Ministério da Cultura; Belém: Secret. de Educação e Cultura/Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1988.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SALVADOR, Frei Vicente do. *História do Brasil (1500-1627)*. 6. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Instituto Nacional do Livro, 1975.

SANTOS, Roberto. *História econômica da Amazônia: 1800-1820*. São Paulo: Ta. Queiroz, 1990.

SANTOS, Francisco Jorge dos. *Além da conquista: guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina*. Manaus: Ed UFAM, 2002.

SANTOS, Fernando Rodrigues. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do Janarismo, 1943-1970*. Belém: Graniforte e Comércio, 2006.

SARNEY, José. *Saraminda*. São Paulo: Siciliano, 2000.

SCOTT, JAMES C. *Los dominados y el arte de la resistência*. Tlalapata: País Vasco, 1990.

SILVEIRA, Simão Estácio da. *Relação sumária das cousas do Maranhão: dirigida aos pobres deste Reino de Portugal*. São Paulo: Siciliano, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUZA, Gabriel Soares de. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; EdUSP, 1971.

SMITH, Robert C. *Urbanismo Colonial no Brasil (1954)*. *Bem Estar*, João Pessoa, n. 1, fev-mar 1958. (Coleção de uso da Biblioteca da UFPB).

SPINK, Mary J. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e práticas*. São Paulo: Cortez, 1999.

VARNAHAGEN, Francisco Adolfo de. *História geral do Brasil*. Tomo 1. São Paulo: Melhoramentos; INL/MEC, 1975.

L961 Luna, Verônica Xavier

Entre o portea e o volante: africanos redesenhando a Vila de São José de Macapá – 1840-1856 / Verônica Xavier Luna; orientador Solimar Oliveira Lima. - Terezina, 2009.

163 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em História, Terezina, 2009.

1. Amapá – História – Escravidão. 2. Amazônia – História - Escravidão. 3. Brasil – História - Escravidão. 4. Vila de São José de Macapá – Estudo Urbano. 5. Amapá – Século XIX. I. Lima, Solimar Oliveira, orient. II. Título.

CDD 20.ed.: 981.16